Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 60 – Série VII – N.º 848
29 de Março de 1990
Preço: 80$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa ... 0 Lisboa

Debate sobre os problemas da Mulher

OS OBSTÁCULOS À IGUALDADE

Pág. 1 / Semana

NEGOCIAÇÕES LABORAIS

O preço de um privilégio

Págs. 4 e 5
Em Foco

Em Foco / Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Viagem a Trás-os-Montes (I)

Via reduzida
para o desenvolvimento

Quanto mais se avança para o interior do país mais se ouve falar em desenvolvimento. E, pelos montes e vales fora, mais desolação se encontra, menos desenvolvimento se vê, menos resultados dele se podem ir somando. Pelo contrário. Em lugar do apregoado desenvolvimento, o Governo parece apostado em arrancar ao território as suas possibilidades. Não se limita a abandonar. Reduz.

Visitámos com brevidade a região de Vila Real e esperamos dar, neste e em próximos números, alguns dados para um retrato. Desta vez, e a propósito de um debate promovido pelo PCP sobre «As Linhas Férreas e o Desenvolvimento de Trás-os-Montes», ficámos a saber que o desenvolvimento vai por via reduzida...

Fomos ver os comboios — e a ausência deles — e falar com gente que se não resigna. Vimos a linha do Corgo, desafectada, onde crescem as ervas e não medram trens. E lembrámo-nos que antigamente as crianças eram obrigadas, na escola primária, a recitar as linhas e ramais ao longo do mapa. O que, pelo menos, lhes dava algum conhecimento do que era a realidade. Se fosse hoje, o ministro obrigaria a recitação bem pior: a dos ramais encerrados. Poder-se-ia ouvir uma estranha lengalenga: foram encerrados os ramais ferroviários de Valença/Monção, Vila Real/Chaves, Amarante/Arco de Baúlhe, Sernada/Viseu, Évora/Reguengos de Monsaraz, Évora/Estremoz/Vila Viçosa, Estremoz/Portalegre, Beja/Moura e o Ramal de Sines.

Não se trata de uma lengalenga. Mas do que ainda há pouco aconteceu por obra e graça da CP/governo e foi denunciado no debate pelo deputado comunista Luís Roque. Que também disse: «Estas populações que estão a ser espoliadas de um bem a que têm direito, não se esqueçam que o único ramal a encerrar é o do autor desta inqualificável medida, isto é, encerrar o ramal ao PSD».

■ *LM*

De Vila Real para cima já não circulam comboios E a carruagem velha, que ainda há pouco transportava gente nas condições que se adivinham, mostra que a

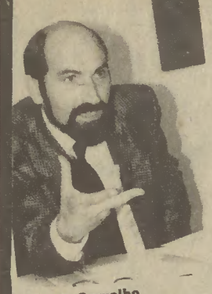
XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

Mesas Redondas

Economia planificada e economia de mercado

com



Lino de Carvalho, membro suplente do Comité Central do Partido e deputado à Assembleia da República

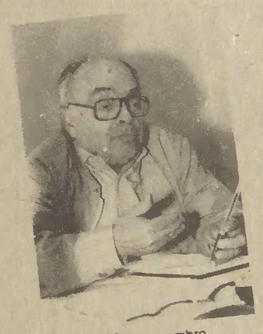
Joaquim Pina Moura, suplente do CC

Octávio Teixeira, suplente do CC e deputado à AR

Joaquim Miranda, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu

PCP, organização, quadro de funcionários e experiência de trabalho

com



José Vitoriano, membro da CCCQ

Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros do Comité Central

António Andrez, membro do CC

Vasco Paiva, membro do CC

- Opinião & Cartas
- Reportagem

Suplemento Congresso

150 mil Contos para o Terreno da festa
Avante! com a Campanha

Campanha dos 150 mil contos para a compra do Terreno da Festa do Avante
Participe! Adquira os Títulos de Comparticipação
Venha à confraternização e traga outro amigo também!

Grande Confraternização
na Atalaia
Sábado, 7 de Abril
Quinta da Atalaia - Amora - Seixal

XIV Festa Avante!

Editorial

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Na dinâmica do Congresso

É um facto incontroverso que a vida corre veloz nos dias actuais.

Cada semana, por vezes cada dia, situações novas emergem, novas realidades tomam corpo e se perfilam nos horizontes. A batalha política e ideológica diversifica-se e torna-se mais aguda, conhece novas facetas e novos desenvolvimentos.

Aos comunistas, a todos os defensores da Democracia, do Socialismo e da Paz no mundo, novas exigências de acção se colocam, novos desafios reclamam acertada resposta - resposta imediata e resposta reflectida às questões de âmbito nacional e às que no mundo em rápida mudança são engendradas a cada passo.

Nós, comunistas portugueses, assumimos plenamente as nossas posições e as nossas responsabilidades nesta rude batalha.

No esforço para a caracterizar com justeza certas palavras entraram ultimamente com desusada frequência no nosso vocabulário político.

«Complexidade» é uma das tais. Têmo-la utilizado aqui com frequência para caracterizar as situações e a época excepcional que vivemos.

Queremos com ela significar uma realidade ainda em formação, ainda em transe de definições, ainda insuficientemente aprofundada, composta de elementos de natureza vária que simultaneamente se conjugam e se contraditam entre si.

Sim, são mesmo complexos os fenómenos do tempo presente. Exactamente pela sua complexidade exigem uma grande abertura de ideias, largueza do debate no seio do nosso Partido e na sociedade em que nos inserimos, perspectivas rasgadas para o futuro.

São fenómenos inéditos que pela sua natureza complexa não se compadecem com formas de abordagem levianas, oportunisticas, diversionistas como os vemos abordados por alguns analistas do superficial ou por pseudo-analistas de ocasião.

Para os comunistas a luta política e ideológica trava-se hoje em múltiplas frentes: na frente de classes onde mesmo assim é a cada passo necessário delinear o que é antagónico e o que pode transitoriamente convergir entre as forças em presença; na vasta frente dos que ombreiam com os comunistas no combate em defesa da Liberdade e da Paz apesar das divergências e de naturais diferenças de opinião; na frente interna, entre irmãos de ideal sob a forma do debate e do aprofundamento das ideias na busca de soluções acertadas.

Nalguns casos, a batalha ideológica e política é um jogo sem regras. Para os inimigos do PCP vale tudo na luta contra as suas posições políticas, a sua natureza de classe, os seus princípios. Movem contra o nosso Partido os ataques mais soezes, caluniam de modo abjecto os seus mais qualificados dirigentes, cega-os um mórbido anticomunismo.

As leituras que fazem da vida e da luta dos comunistas portugueses e do seu partido carecem em absoluto de seriedade. Montam deliberadas deformações da realidade, atropelam a verdade e a ética política mais elementar, alguns têm na raíz dos seus conceitos motivações inconfessadas.

É indubitável que tudo isso torna mais «complexa» a complexidade da hora actual - na luta diária contra os planos restauracionistas da direita em Portugal, no debate interno, na compreensão e no enfrentamento das grandes questões da época excepcional que vivemos.

Mas tais são as condições do combate ideológico e político que nos são impostas, tais os desafios a que necessariamente devemos dar resposta, tal o contexto em que vamos realizar o XIII Congresso (extraordinário) do nosso Partido no qual depositamos fundadas esperanças de ajustamento às novas realidades e às novas exigências de acção que se nos colocam.

Este terceiro mês de 1990 tem sido fértil em acontecimentos notáveis no nosso País e no Mundo, indicativos da complexidade actual que atrás caracterizámos:

Amplia-se e agrava-se a luta e a contestação social de massas dos trabalhadores contra a política laboral do governo PSD/Cavaco em resultado da intransigência e das opções de classe governamentais contra o mundo do trabalho.

Neste próprio momento os metalúrgicos acabam de cumprir 24 horas de greve por melhores salários e pela defesa dos seus direitos; os descarregadores de mar e terra do porto de Setúbal estão até amanhã em greve por quatro dias consecutivos por iguais motivos; os controladores do tráfego aéreo acabam de cumprir um período de greves parciais de quatro horas diárias também por idênticos motivos; os examinadores-inspectores e os técnicos de viação da DGV retomaram um novo período de paralisações; os trabalhadores da CELBI, da ACTA (estaleiros do Cacém), da MARCONI, e todas as actividades económicas do concelho de Castanheira de Pera, os trabalhadores da TAP, movimentam-se em formas várias, incluíndo a greve total ou parcial; os trabalhadores da portagem da Ponte 25 de Abril anunciaram uma nova greve parcial de quatro horas por turno durante dois dias; os maquinistas da CP decidiram retomar em 9 de Abril a greve por um novo período de 10 dias.

É aqui impossível dar um quadro com a necessária vastidão dos acontecimentos e manifestações significantes da instabilidade política em Portugal e no Mundo.

Os novos acontecimentos do Leste europeu e as suas repercussões no âmbito da Comunidade Europeia e da Paz mundial dominaram os acontecimentos mundiais e foram objecto de exame e debate no seio do Conselho da Europa, alargado aos países do Comecon e Pacto de Varsóvia, reunidos em Lisboa;

Nos fins de Fevereiro realizou-se em Portugal uma conferência subordinada ao tema «A Europa nos anos 90» sob o ângulo de visão de destacados representantes de grandes grupos do capital financeiro internacional e do grande capital português;

Ao abrigo da nova Lei-Quadro das Privatizações, agora reforçada com a declaração de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional (que recolheu o voto contra de 5 juízes) recrudesceu a ofensiva das reprivatizações do Sector Público e Empresarial do Estado já calendarizada pelo sucessor de Cadilhe na pasta das Finanças;

Em meados de Março, Cavaco Silva dirigiu às estruturas do partido do Governo uma «carta» a que já fizemos aqui referência destinada a moderar as contestações internas no PSD contra a chefia e as medidas de Cavaco e a ganhar o partido para conquistar de novo a maioria absoluta em 1991;

O Gongresso do CDS reafirmou a chefia de Freitas do Amaral, propôs-se ocupar o antigo espaço do partido na direita portuguesa, definiu um quadro de alianças post-eleitorais com o PSD ou... o PS(!) conforme as votações das legislativas de 91. Freitas do Amaral, que na sequência da demissão do governo PS/CDS de 78, confessou ter aceitado a coligação para melhor afundar o PS e Mário Soares, prepara-se agora para retomar o velho objectivo nas novas condições.

É natural que nesta fase em que os três maiores partidos do leque político-parlamentar português - PSD, PS e PCP - preparam os respectivos congressos, a vida política nacional passe por um período de grande agitação e tensões, por uma definição de objectivos que permitam o aclaramento subsequente do quadro político português na perspectiva da criação do Mercado Único Europeu em 1992 e da integração de Portugal no Sistema Monetário Europeu, uma perspectiva carregada de incertezas e de preocupações para os portugueses.

O quadro idílico da «estabilidade» esboçado por Cavaco Silva na sua carta às estruturas do PSD tem, porém, nos horizontes uma «tempestade» cujos primeiros ameaços são já inequívocos: a eventualidade com sérias hipóteses de concretização de uma novo grande «crash» nas principais Bolsas capitalistas do Mundo e de uma recessão de imprevisíveis dimensões no sistema capitalista mundial.

Os sintomas são claros e insofismáveis. Os próceres do capitalismo mundial não escondem os receios de na sequência de uma recessão nos principais países se suceda uma grave depressão.

Nas actuais condições do sistema de exploração capitalista outro colapso das Bolsas pode não resultar em desastre. Mas no Japão - terceiro centro de decisão do capital monopolista mundial - são visíveis os sinais de pânico; em Nova Yorque, Londres, Bona, a um inflar arficial das cotações bolsistas estão agora sucedendo acentuadas quedas; nos Estados Unidos os ritmos de crescimento atingiram os níveis mais baixos nos últimos três anos, os defices do Orçamento e da Balança Comercial atingiram já números astronómicos, as oscilações do dólar criam grandes perturbações no mercado monetário, aumentam em número as falências bancárias.

Em Portugal, a imprevidência do governo cavaquista ameaça fazer perder ao Tesouro português 18 milhões de contos das reservas de ouro do País, a taxa de inflação dispara de novo para valores que nos distanciam cada vez mais das médias europeias.

So a égide tecnocrática de Cavaco o governo tenta impôr tectos salariais abaixo da inflação, joga com taxas fictícias nas despesas do Estado (com reflexos directos nas finanças das autarquias, na segurança social, nos salários reais) e joga com a taxa real da inflação (que em Fevereiro atingiu os 13/1%) nas receitas fiscais, nos salários dos trabalhadores, nos encargos da saúde e da educação à custa das populações.

A ofensiva das reprivatizações está levando para o domínio e a posse do capital estrangeiro as empresas mais rentáveis do sector público e a abrir aos especuladores estrangeiros a porta às grandes negociatas bolsistas. Os portugueses, principalmente os trabalhadores e mesmo os capitalistas do sector privado não monopolista, têm amplas razões para se preocuparem com a evolução da economia do seu País sob a política cavaquista.

O Partido Comunista Português intervém activamente em todos os planos (na luta de massas, na acção parlamentar, no poder local democrático) para que um travão seja posto nesta corrida para uma nova e grave crise.

A preparação do XIII Congresso (extraordinário) é inseparável da resposta política ao cavaquismo governante.

Todo o Partido se movimenta na discussão das Teses, As convocatórias feitas neste número do «Avante!» são indicativas de uma dinâmica significativa nas fileiras do Partido.

O nosso suplemento é um elemento activo do debate de ideias, de iniciativas no plano nacional, no esclarecimento e na informação dos militantes sobre as questões e os objectivos específicos e «extraordinários» do Congresso.

Virados para a acção, para o enfrentamento das novas realidades e situações, para a materialização das suas propostas políticas de uma alternativa democrática o PCP procura estar à altura da complexidade da época actual.

Resumo

21
Quarta-feira

Decorre em Lisboa um plenário de Sindicatos da CGTP-IN que convoca grandes lutas para Abril, com especial incidência nos dias 5 e 6 ■ Termina a greve parcial dos maquinistas da CP, que teve um nível de adesão na ordem dos 100 por cento ■ Portugal obtém a concessão de cinco licenças para a pesca de lagosta ao abrigo do acordo CEE-Marrocos ■ San Nujoma proclama a independência do novo Estado Namibiano ■ Os dois partidos conservadores do governo Dinamarquês perdem terreno nas eleições municipais, registando-se uma subida acentuada da oposição ■ O presidente da URSS, Mikhail Gorbatchov, emite um decreto em que garante que não haverá intervenção militar na Lituânia ■ O vice-presidente romeno, Cazimir Ionescu, responsabiliza a organização fascista «Guarda de Ferro» pelos confrontos sangrentes entre romenos e húngaros ■ Os EUA e a URSS iniciam em Helsínquia conversações sobre o Afeganistão ■ Os trabalhadores sul-africanos observam uma greve geral de vinte e quatro horas para assinalar o 30.º aniversário do massacre Shaperville.

22
Quinta-feira

O PCP promove na Assembleia da República um debate sobre a condição da mulher em Portugal ■ É formalizada a candidatura de João Amaral à presidência da Assembleia Municipal de Lisboa ■ Os controladores aéreos iniciam uma greve parcial que se prolongará até à próxima terça-feira ■ Primiro-Ministro Cavaco Silva inicia uma visita oficial a França onde se encontrará com o seu homólogo francês, Michel Rocard, e com o presidente Mitterrand ■ O ministro dos Transportes garante ao Sindicato dos Maquinistas que a posição intransigente do conselho de gerência da CP não tem origem em orientações do ministério ■ O Sindicato Nacional da Administração Local anuncia dois dias de luta para Abril e Maio ■ O Partido conservador de Margaret Thatcher sofre uma importante derrota eleitoral em Mid-Staffordshire, no centro da Inglaterra ■ É assassinado Berardo Jaramilo, candidato à presidência da Colômbia pela União Democrática ■ A Hungria propõe à Roménia conversações sobre os confrontos étnicos na Transilvânia, na condição de que Bucareste restabeleça a ordem e segurança ■ O presidente sul-africano, De Klerk, garante ao secretário de Estado norte-americano, James Baker, que vão prosseguir as reformas políticas no seu país.

23
Sexta-feira

O PCP apresenta publicamente um projecto de lei que prevê a criação de uma autarquia supramunicipal Área Metropolitana de Lisboa ■ Os candidatos ao ensino superior concentram-se frente ao ministério da Educação para exigir medidas que lhes garantam a possibilidade de prosseguir os estudos ■ A estrutura autárquica do PS nomeia Jorge Sampaio e Fernando Gomes candidatos para o Conselho Geral da Associação de Municípios ■ O secretário-geral da UGT, Torres Couto, afirma ser apologista da realização este ano de um 1.º de Maio, em unidade, organizado conjuntamente com a CGTP-IN ■ Portugal recebe o apoio da Comissão Europeia e dos parceiros comunitários para a realização de um programa de prevenção e combate à poluição marítima por hidrocarbonetos e outros produtos considerados perigosos ■ Desertores lituanos do exército soviético colocam-se sobre a protecção do Soviete Supremo da república ■ O secretário de Estado norte-americano, James Baker, visita o Soweto onde é recebido por Walter Sisulu, dirigente do Congresso Nacional Africano ■ O Comité Ministerial do Conselho da Europa, reunido em Lisboa, recomenda o acompanhamento das minorias nacionais nos países do Centro e Leste Europeu bem como dos movimentos migratórios no continente.

24
Sábado

Realiza-se em Alcanena um seminário nacional sobre ambiente promovido pela CGTP-IN ■ Os dirigentes da FENPROF defendem em Tróia a necessidade de autonomia para os institutos politécnicos ■ O MDP-CDE discute a sua integração no PS como uma das cinco hipóteses futuras para aquele partido ■ Pedro Canavarro admite que o PRD se tenha esgotado numa perspectiva política ■ Demite-se o Governador Civil de Aveiro, Sebastião Marques ■ O secretário-geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, manifesta-se optimista quanto à realização ainda este ano de um referendo no Sara Ocidental ■ O presidente cubano, Fidel Castro afirma que uma invasão de Cuba pelas tropas norte-americanas custaria aos EUA mais de meio milhão de mortos ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, Gyula Horn, denuncia perante os seus homólogos, presentes no Conselho da Europa reunido em Lisboa, a tentativa de extermínio da minoria húngara da Roménia ■ Realizam-se eleições legislativas na Austrália, estando o Partido Trabalhista do primeiro-ministro, Bob Hawke, em boa posição para obter a vitória.

25
Domingo

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, participa em Alpiarça, numa reunião de quadros da Organização Regional de Santarém ■ O Comité Episcopal Europeu para os Média, reunido durante três dias, em Fátima, decide propor o estudo de um projecto para a criação de uma cadeia de televisão europeia por satélite ■ A Confederação Nacional da Agricultura manifesta em Coimbra total oposição à importação de vinho ■ Decorrem eleições legislativas na Hungria, tendo já o recém-formado Partido Socialista Húngaro reconhecido a sua derrota no sufrágio ■ O Partido Socialista Operário Espanhol perde a maioria absoluta na Câmara dos Deputados, no enclave de Melilla, a norte de Marrocos ■ Um incêndio deflagrado numa discoteca de Nova Iorque provoca a morte de pelo menos 87 pessoas ■ O Partido Comunista da República Soviética da Estónia pronuncia-se em Tallin, durante o seu XX Congresso, pelo princípio de independência completa perante o Partido Comunista da URSS

26
Segunda-feira

Cerca de 95 mil alunos inscritos para a Prova Geral de Acesso ao Ensino Superior respondem à primeira chamada, estimando-se as vagas em 45 mil ■ Os trabalhadores da Marconi iniciam o seu primeiro dia de greve, com 95 por cento de adesões, por melhores salários ■ O Secretário do Comité Central do PCP envia um telegrama à União Patriótica da Colômbia em que condena firmemente o assassinato do candidato presidencial Bernard Jaramillo Ossa ■ A Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção emite um comunicado repudiando a política do Governo no sector, que, segundo afirma, se prepara para infligir novo golpe na Reforma Agrária ■ O Presidente da RFA chega a Lisboa para uma visita oficial de quatro dias a Portugal ■ O governo do Líbano anuncia que apresentou queixa contra Israel nas Nações Unidas devido aos trabalhos de anexação realizados em regiões situadas no sul libanês ■ A polícia de choque sul-africana abre fogo contra manifestantes negros, matando quatro pessoas e ferindo cerca de 388 ■ O «Pravda» apela à separação das forças radicais do Partido Comunista da União Soviética.

27
Terça-feira

A Assembleia da República recebe o presidente da RFA, Von Waizsaecker; depois da sessão solene, os deputados debatem alterações ao Código dos Direitos de Autor; o PCP apresenta um voto de saudação pelo Dia Mundial do Teatro ■ O PRD anuncia para 15, 16 e 17 de Junho a realização da sua Convenção Nacional ■ Reunidos nas ilhas Figi, representantes dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) protestam contra os maus tratamentos infligidos aos seus nacionais residentes nos estados da CEE.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22
ADMINISTRAÇÃO: EDITORIAL «AVANTE!», SA Rua de São Bernardo, 14, 2.º 1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000$00
CRC matrícula: 47059
NIF – 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02
ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas – Tel. 90 00 44
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44
PUBLICIDADE CENTRAL: Rua de São Bernardo, 14, 2.º Tel. 67 01 93
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67
Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15
Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394
Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85
Tiragem média no mês de Fevereiro: 22 037 exemplares

Semana

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

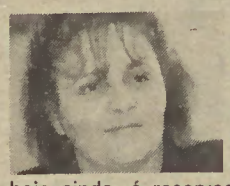
Debate sobre os problemas da Mulher comprova:

Degradação das condições de vida e trabalho é obstáculo à igualdade

Foi sem dúvida um debate incómodo para a maioria PSD e para o Governo o que preencheu a totalidade da sessão plenária, faz hoje uma semana, por iniciativa do PCP, em torno dos problemas das mulheres portuguesas.

Uma incomodade que deriva não apenas do facto de se tratar de uma temática a que o partido do Governo sempre se tem mostrado avesso — o sistemático bloqueio imposto sempre que há diligências para discutir esta problemática é disso o melhor exemplo —, como ainda por não lhe ser fácil, para não dizer impossível, conferir credibilidade e coerência a um discurso que, aliviado de alguns estafados chavões, não resiste ao confronto com a respectiva prática, ela própria negação das palavras.

Ilda Figueiredo: «As discriminações das mulheres no local de trabalho não se ficam pelas remunerações salariais e dificuldades generalizadas no acesso a cargos de chefia e direcção, sendo um dos casos mais elucidativos o da função pública em que são mulheres 53 por cento das trabalhadoras e são apenas 14 por cento do pessoal dirigente e 33 por cento dos técnicos. Nos bancários em que as mulheres são cerca de 35 por cento do total de trabalhadores, a generalidade estão integradas nos níveis mais baixos de tabela salarial e o Banco Comercial Português nem sequer admite mulheres nos seus quadros. Mas as discriminações em várias empresas e sectores chegam a atingir o ridículo de obrigar só as mulheres a usar uma chapa para cada ida ao quarto de banho (Jacinto-Têxtil) ou de as sujeitarem a uma revista no fim do trabalho (Confetil).»



Odete Santos: «As razões profundas das discriminações das mulheres, no trabalho, na família, na sociedade assentam no papel que ao longo dos anos, e hoje ainda, é reservado à mulher no mundo do trabalho» (...) «A entrada da mulher no mundo do trabalho exigida pelo desenvolvimento do capitalismo que contraditoriamente e também por necessidades próprias do sistema económico lhe exigia o trabalho doméstico, parte integrante do próprio sistema produtivo porque reconstituinte da força de trabalho do homem, a entrada se por um lado sujeitou a mulher à exploração, por outro trouxe uma nova família em que os direitos individuais começaram a despertar por contraposição aos direitos da família quantas vezes asfixiantes da dignidade da mulher.»

Luísa Amorim: «O actual agravamento das condições de vida e de trabalho das mulheres favorece a sua dependência económica, geradora de outras dependências e o retorno de modelos culturais apologistas do regresso da mulher a casa. A família, ainda uma estrutura hierarquizada e patriarcal que privilegia o casamento, tendo a funcionar como amortecedor de tensões sociais, suportando e reproduzindo modelos sociais e culturais de subjugação e subordinação. Por isso, o aumento da violência na família que vai desde os maus tratos físicos, à violação dentro e fora do casamento.»

Lourdes Hespanhol: «Que desenvolvimento, que progresso social e cultural pode existir numa sociedade onde o Estado não se preocupa com a formação dos cidadãos e das cidadãs em condições de igualdade?» (...) «A escola, não o sendo hoje, pode e deve ser factor de resistência aos valores tradicionais (discriminatórios e sexistas) e ter um papel activo na construção dos valores do futuro—igualdade de oportunidades para rapazes e raparigas; desenvolvimento total da pessoa humana, independentemente do sexo.»

A violação sistemática de algumas leis particularmente caras às mulheres, a progressiva degradação das suas condições de vida e de trabalho, muito especialmente em áreas como as do emprego e da saúde, aí estão a comprová-lo, como trataram de realçar no decorrer do debate as deputadas comunistas, valendo como um desmentido quanto às alegadas preocupações do Executivo sobre esta matéria e como um testemunho de qual é a verdadeira natureza e extensão das orientações que presidem à acção governativa.

Governo quase ausente

A própria forma como o Governo se apresentou neste debate — não se dignando sequer fazer comparecer o titular da pasta responsável por estes assuntos, delegando a tarefa no secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, o qual, não só chegou tarde ao hemiciclo (já muito depois de o debate se ter iniciado), como entendeu fechar-se num quase completo mutismo — esta postura, dizíamos, acabou por evidenciar o seu pouco à vontade e desinteresse em debater séria e responsavelmente os problemas da mulher, denunciando simultaneamente a sua tentativa, frustrada diga-se de passagem, de tentar desvalorizar ou pelo menos retirar importância ao debate.

Neste contexto devem, aliás, ser interpretados as intervenções dos deputados do PSD, curiosos exercícios retóricos onde esteve patente não apenas o propósito de alijar responsabilidades como também de fazer crer que o quadro não é assim tão negro como o descreveu a oposição. **«Rejeitamos o queixume e o pessimismo»**, Chegaram a dizer, confundindo deliberadamente a crítica com o lamento, que ninguém perfilhou.

Das palavras à realidade

Foi assim possível ouvir Leonor Beleza manifestar a sua preocupação pelas **«vulnerabilidades e fraquezas»** que hoje sofre o estatuto da mulher, dizer com veemência que lhe são muito caros e ao seu partido **«os valores da solidariedade e da igualdade de oportunidades»** ou ainda que **«não aceitam a valorização inferior do que é considerado feminino face ao que se julga masculino»**.

Não questionando a sua sinceridade, palavras certeiras e justas, sem dúvida, mas que não podem ser devidamente ajuizadas sem ponderar o abismo que as separa do discurso arrogante, da intolerância ou da falta de abertura que, recorde-se, sempre juntaram a sua actuação enquanto titular da pasta da Saúde.

Não deixou de ser aliás sintomático que Leonor Beleza não tenha dedicado no seu cauteloso discurso uma palavra que fosse aos aspectos relacionados com a saúde e a maternidade, áreas que tem obrigação de conhecer bem e que são precisamente duas das que conheceram um significado agravamento nos anos recentes.

Veja-se o caso, lembrou-o Luísa Amorim, das vagas de pediatras e obstetras que continuam à espera de ser preenchidas nos quadros dos hospitais ou do encerramento de maternidades em muitos estabelecimentos hospitalares, ordenado pela ex-ministra da Saúde, medida responsável porque muitas mulheres tenham actualmente de dar à luz os seus filhos em táxis e ambulâncias.

Situação degrada-se

Ora foram justamente estes problemas concretos que as deputadas comunistas Ilda Figueiredo, Odete Santos, Luísa Amorim e Lourdes Hespanhol colocaram no centro do debate, problemas e discriminações que se repercutem na degradação da situação da mulher portuguesa e que impedem uma efectiva igualdade de oportunidade e tratamento.

É disto exemplo, foi lembrado, o caso do emprego, «suporte da independência económica da mulher e essencial ao seu processo libertador», área que conheceu um significativo agravamento nos últimos anos, com as mulheres a serem empurradas em resultado do desemprego e da política de pacotes laborais para o sector não estruturado da economia, onde são sujeitas a «condições de trabalho degradante, com ritmos infernais de trabalho, salários abaixo do salário mínimo e sem qualquer protecção da segurança social».

Sucede mesmo, como foi

➔

Em defesa dos direitos da mulher

Mais do que as palavras são os gestos quem melhor e mais verdadeiramente permite aferir do posicionamento das forças políticas face a realidade económica e social e do seu empenho na resolução dos problemas que afectam os trabalhadores e o País.

Em matéria de direitos das mulheres, numa linha de grande coerência, também aqui o PCP mostra estar na primeira linha do combate por uma efectiva igualdade de oportunidades e de tratamento.

Na Assembleia da República, à espera de agendamento, contam-se já neste momento por oito os projectos-de-lei da sua autoria, abarcando diversos domínios, todos eles apostados na resolução de carências e problemas sentidos por uma larguíssima faixa das mulheres portuguesas.

Vão desde o reconhecimento dos direitos das mães sós à criação de um subsídio aos filhos a cargo de mães e pais sós (indepentemente do abono de família), passando pela criação de um fundo de garantia de alimentos devidos a menores e pela protecção às mulheres vítimas de violência.

No próprio dia do debate, dois novos projectos entraram na Mesa da Assembleia, um, defendendo a exclusão das pensões de alimentos da incidência do IRS, o outro, prevendo o alargamento da presunção de insuficência e conservação ao requerente de alimentos.

Esperemos pelo seu agendamento para ver como se posicionará então perante eles, a bancada da maioria.

edições Avante!

A REVOLUÇÃO SUL-AFRICANA

Documentos fundamentais do Congresso Nacional Africano (ANC)

À VENDA

aTalhe deFOICE

Cultura

Há culturas para todos os gostos.
Ele há a cultura da batata, a cultura do vinho, a cultura dos caracóis, a cultura da minhoca - que anda agora muito na berra ao que consta para fins até pouco ortodoxos.

E há também, claro, a cultura geral. Ou deveremos escrever Cultura Geral, em caixa alta, para a distinguir das outras?

Falta-nos aqui o conselho da Edite Estrela...
No dicionário prático ilustrado, diz-se que cultura (1) é o *acto, modo ou efeito de cultivar;* e que cultura (2) é *estudo, elegância, esmero, adiantamento, civilização.*

Presume-se que juntando a cultura (1) à cultura (2), que é como quem diz juntar o acto ao estudo, o modo à civilização, se chegará ao apuramento da cultura geral, que é aquilo que toda a gente deve saber sobre a generalidade das coisas.

Será?

A dúvida subsiste. Mais ainda agora com a PGA, fórmula abreviada de Prova Geral de Acesso a fazer jus ao gosto nacional pelas siglas.

É que a PGA, inventada pelo ME para seleccionar os CIES, veio de novo lançar a confusão nacional.

Os CIES - que como se está mesmo a ver são os Candidatos ao Ingresso no Ensino Superior - culminam doze anos de escolaridade com uma prova de Cultura Geral que não sendo decisiva pode ser determinante nas suas aspirações de futuro. Só em Cultura os infantes apostam 35 por cento das suas possibilidades. O que pode ser muito ou pode ser pouco. Tudo depende da óptica. Como será um futuro médico com 65 por cento de conhecimentos técnicos e 35 por cento de cultura? Ou vice-versa?

É claro que ninguém tem nada contra a cultura. O busílis da questão está em saber o que é que se espera disso, da cultura. Os CIES por exemplo esperavam que fosse um conhecimento dos grandes temas da actualidade; a PGA veio mostrar que afinal se tratava de Régio e de Pessoa ou para ser mais concreto de interpretação de texto, imaginação e capacidade de redacção.

Numa análise simplista, cultura pode ser identificada com poesia. Ou com escrita. Como naqueles tempos em que os alunos tinham de fazer rimas à força e criavam primores do tipo *fui à praia apanhar búzios e em cima da mesa os púsios.*

Mas não é isso que se espera dos jovens de hoje. Para dizer a verdade não se sabe lá muito bem o que se espera, mas é uma evidência que no mínimo dos mínimos se espera que uns bons milhares tropecem na PGA e fiquem à porta da Universidade onde as cadeiras não chegam para todos. Ou que uns quantos se convençam que essa mania que agora todos têm de quererem ser doutores não tem ponta por que se lhe pegue, pois por este andar quem é que há-de construir as escolas superiores que faltam aos que lá querem entrar?

Vai daí, depois de doze anos a ensinar aos infantes uma data de matérias que deveriam ser a base da sua cultura geral (nesta fase do campeonato já nos decidimos pelas minúsculas), e de os ir avaliando em conformidade, toca de lhes servir uma prova de PGA, assim como quem manda preencher um totoloto.

É um jogo viciado. Porque em última análise o que decide tudo é o número de vagas existentes e não a dita cultura, que de tão geral se perde nos meandros da subjectividade.

Hoje Pessoa - mas que culto! -, amanhã Beethoven - mas que clássico - que importa? Entre médias de 15,6 e 15,7 há não uma décima de diferença mas um lugar a menos, não uma diferença de capacidades mas um déficé de cadeiras.

Ou de notas. Não dessas de avaliação mas das outras, das que abrem as portas do ensino privado.

É difícil imaginar o que diriam Pessoa e Régio de tudo isto. Talvez o primeiro se escudasse no seu heterónimo para afogar as mágoas no rio da sua aldeia e o segundo nos falasse não de Portalegre mas da educação em Portugal de *ventos cercada.*

Ou nos aconselhassem ambos a mandar tudo às urtigas e a falar da cultura dos bichos da seda.

■ **A.F.**

Assembleia da República

Obstáculos à igualdade

sublinhado pelas deputadas do PCP, serem as próprias trabalhadoras obrigadas a prescindir dos seus direitos, nomeadamente licença de maternidade e amamentação e falta para assistência inadiável à família ou aos filhos, rescisão devida à pressão do desemprego ou à ausência de contrato, com as repercurssões daí resultantes para a sua saúde física e psíquica, bem como da sua família.

Novos problemas poderão entretanto vir ainda a ser criados às mulheres trabalhadoras com a criação do Mercado Único e a livre circulação de pessoas e capitais em 1993, caso não sejam adoptadas medidas a tempo e horas, advertiram ainda as parlamentares comunistas, que recordaram, por outro lado, quanto longe estamos das recomendações do Conselho da Europa e do PE no plano do combate às discriminações que atingem a mulher, uma vez que, disseram, é **«irrisório e ridículo»**, o número de medidas adoptadas e o número de mulheres por elas abrangidas.

As responsabilidades do Governo

Ao privatizar as estruturas sociais de apoio à família, ao não assumir as suas responsabilidades na assunção das funções sociais da maternidade e ao empurrar a resposta a estas necessidades para a sociedade civil, o Estado permite que a mulher, foi também sublinhado, **«seja penalizada em função da maternidade»** e deixa à família e neste caso à mulher a **«quase exclusiva responsabilidade destas tarefas que se traduzem em duplas e triplas sobrecargas para o seu quotidiano».**

Mas se o debate permitiu recensear os mais importantes problemas com que hoje se debatem as mulheres portuguesas e determinar as causas e os responsáveis pela actual situação, ele constituiu também um ensejo para demonstrar que esta não é uma fatalidade e que existem alternativas, como advoga o PCP, que no próprio dia apresentou (ver caixa) dois projectos-de-lei visando a resolução de problemas concretos.

Para tanto, concretizando uma efectiva igualdade de oportunidades e tratamente, como foi insistentemente referido pelas deputadas comunistas, basta que se cumpram urgentemente as leis, que o Estado e o Governo se responsabilizem pela criação de empregos estáveis e se empenhem na criação de infra-estruturas de apoio à família e na **«promoção de uma educação e cultura para a igualdade que contrarie estereótipos sexistas que são obstáculo a uma justa e equitativa repartição de tarefas e responsabilidades na família e na sociedade que abra caminhos a novos valores e a novos comportamentos, que dignifiquem a mulher e que a façam surgir mais, como agente activo da vida e pela vida».**

Em matéria de ambiente

Maioria mostra-se sensível ... mas só em palavras

Possibilitar aos cidadãos um novo interlocutor que pelas suas competências pudesse constituir um factor de estímulo à participação de todos, exercendo simultaneamente um papel dinamizador no combate às actividades que atentam contra o meio ambiente, eis, em síntese, duas das que poderíamos considerar mais importantes atribuições a conferir ao Promotor Ecológico.

Essa era pelos menos a intenção subjacente à proposta do Partido Ecologista «Os Verdes» que previa a criação deste novo órgão público, vocacionado naturalmente para ter uma especialização muito própria que de modo nenhum como sublinhou na altura do debate o deputado Herculano Pombo, poderia colidir ou pôr em causa as atribuições exercidas pelo Promotor de Justiça ou o acesso dos cidadãos aos Tribunais ou a qualquer outra entidade.

Assim o não entenderam porém os deputados da maioria governamental que, embora dizendo identificar-se com as «preocupações e objectivos» manifestados pelo deputado verde — as palavras são de Correia Afonso —, acharam por bem valorizar o que consideraram ser o seu desacordo quanto aos meios para atingir os objectivos enunciados, deste modo justificando o sentido negativo do seu voto à criação do Promotor Ecológico.

Diferente foi a posição dos partidos da oposição, com o PCP e o PRD a acolherem com manifesto agrado e simpatia a proposta de «Os Verdes» o mesmo sucedendo com o PS, que, no entanto, pela voz de José Sócrates, admitiu ser porventura útil «testar primeiro os instrumentos existentes antes de se avançar na criação do Promotor».

Ao definir a posição da bancada comunista sobre este assunto, Ilda Figueiredo, por seu turno, chamou a atenção para os atrasos do Governo na Regulamentação da Lei de Bases de Ambiente, pondo ainda o acento tónico na descoordenação das acções das diversas políticas sectoriais, na falta de meios humanos e técnicos de controlo e fiscalização e nas pressões exercidas pelos *lobbies* das celuloses, das químicas e das pedreiras, sectores como se sabe responsáveis por gravíssimos casos de poluição.

Ilda Figueiredo defendeu ainda a participação activa dos cidadãos, do movimento associativo e das autarquias locais na definição das opções a tomar em matéria ambiental, pois só com esta participação é possível, sublinhou, «pôr em prática uma verdadeira política de ambiente que tenha como objectivo central melhorar a qualidade de vida da população», não apenas na perspectiva do combate aos vários tipos de poluição e à criação das condições mínimas de conforto em termo de habitação, saneamento básico e transportes, mas igualmente quanto às formas de evitar as actividades poluidoras.

Vandalismo em escolas do Barreiro

Quem alimenta o racismo e a intolerância?

Os actos de vandalismo praticados nos últimos tempos em vários estabelecimentos de ensino do Barreiro, nalguns casos acompanhados de ameaças de cariz racista, continuam a suscitar legítimas preocupações entre a população e as autoridades locais e levaram já o Grupo Parlamentar do PCP a exigir do Governo a adopção de medidas urgentes que ponham cobro a tais actos e reponham o normal funcionamento da vida escolar.

Ao tomar esta posição, numa das sessões plenárias da passada semana, mais do que levantar o problema da não assunção pelo Executivo das suas responsabilidades, para a bancada comunista tratou-se sobretudo de deixar um alerta para um fenómeno inegavelmente perigoso que, segundo as palavras da deputada Apolónia Teixeira, tem tanto de «aberrante» como de «monstruoso».

É que, como bem lembrou, nada pode justificar o recurso a actos de violência e banditismo contra uma escola — «um espaço de aprendizagem, de convívio, de camaradagem» disse —, a não ser que na mente dos seus autores haja o deliberado propósito de reacender o ódio, o racismo, e a intolerância, sentimentos e doutrinas responsáveis neste século como é sabido pela morte de milhões de seres humanos.

Esta parece ser, com efeito, a explicação mais plausível para os casos ocorridos, levando legitimamente a pensar na possibilidade de se estar em presença de crime organizado.

Uma hipótese tanto mais credível quanto é sabido ser o Barreiro, recordou-o Apolónia Teixeira, «uma terra ordeira de gente que trabalha», com um baixo índice de criminalidade, pese alguns problemas de marginalidade, sobretudo entre camadas jovens, confrontadas a exemplo do que sucede no resto do País com problemas de acesso ao ensino, falta de saídas profissionais e trabalho precário.

Em aberto, fica, pois, e apenas, saber se se trata de «cabeças rapadas», como sugerem as frases de conteúdo racista deixadas nas paredes das escolas, ou de «outros que usando cabelo não usam a cabeça», para utilizar a expressão de Apolónia Teixeira, deputada comunista de quem se ouviram ainda palavras de solidariedade para com os professores, pais e alunos da escola secundária e para com a sua luta pela melhoria das instalações, pelo reforço da viligância interna e do policiamento externo e por uma adequada iluminação.

Trabalhadores

Greves e outras lutas

Prevista convergência de acções na próxima semana

Na previsão de uma convergência das lutas para os próximos dias 5 e 6, o Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN referiu-se em 21 do corrente ao agudizar de greves e outras formas de luta em diversas empresas e sectores.

Recordem-se, entre outros, os casos recentes, em curso e a desenvolver, na Robbialac, CEL-CAT, ACTA, Indep, Hotel Sheraton, Hotel Ritz, H. R. Teixeira & Ramalho, Timex, Ponte 25 de Abril, Direcção-Geral de Viação, ajudantes de creche da Segurança Social — isto no que respeita a empresas e serviços.

Quanto a sectores, entraram em greve os metalúrgicos, prossegúem as acções em vários sectores da Função Pública, com relevo para os trabalhadores da administração local, mantêm o conflito e continuou a greve dos maquinistas da CP; está por resolver o caso da Carris (ainda no passado dia 16 houve um plenário de protesto junto ao Ministério dos Transportes, no Terreiro do Paço); o mesmo na Rodoviária; e na Samexport-Lois, de Alverca.

Movimentações contra medidas do Governo têm ocorrido também entre os jornalistas e os trabalhadores dos seguros.

Continuavam, entretanto, em aberto graves conflitos, por exemplo, o dos controladores aéreos, todos eles envolvendo revisões salariais, garantias de progresso nas carreiras, e negociação colectiva da regulamentação de trabalho em geral.

Durante a concentração *em Lisboa, a 15 de Fevereiro*

Guardas florestais

Federação pede audiência na Presidência da República

A aprovação do regime de trabalho dos guardas florestais, que já provocou várias acções de luta, incluindo uma concentração em frente ao Ministério das Finanças, levou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública a pedir uma audiência à Presidência da República.

Segundo o departamento de informação da FNSFP, a audiência está marcada para amanhã, 30, às 16 horas.

De acordo ainda com o mesmo departamento sindical, a matéria já foi objecto de negociação e de consenso com o Ministério da Agricultura.

No entanto, o texto negociado e assinado pelas partes, sendo uma delas o ex-ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, foi, ao que tudo indica, «objecto de alterações em conselho de secretários de Estado».

Daí que a Federação sindical tenha pedido essa audiência à Presidência da República, antes da promulgação do diploma com o regime de trabalho dos guardas florestais.

Recorda-se que, apesar das diligências nesse sentido, o texto final do acordo não foi facultado à parte sindical. Daí a suspeita de que «o Governo tenha desrespeitado os acordos firmados com os sindicatos».

O Governo é entretanto responsabilizado pelo «agudizar da luta dos guardas florestais».

4º CONGRESSO USL / CGTP-IN
30-31 MARÇO 90
VOZ DO OPERÁRIO

4.º Congresso da USL

Amanhã e sábado decorrerão em Lisboa, na Voz do Operário, os trabalhos do 4.º Congresso da União dos Sindicatos de Lisboa. A USL/CGTP-IN organiza esta iniciativa sob o lema: «Lisboa Região-Descentralizar-Desenvolver-Melhor Presente-Melhor Futuro».

Durante os dois dias de trabalhos, que incluirão a eleição dos órgãos dirigentes e a aprovação de vários documentos, entre eles o Programa de Acção, devem participar nos debates e votações cerca de 300 delegados.

O início dos trabalhos está marcado para a manhã de sexta-feira, 30, e o encerramento, com uma intervenção do coordenador da CGTP, para as 19 horas do dia seguinte.

SAÚDE

Prevista jornada de luta

Ministro não recebe sindicatos, federações, etc. Só atende Centrais

Os sindicatos da Função Pública protestam contra a política antilaboral do Ministério da Saúde. Numa nota recente, a Federação sindical (FNSFP) afirma que «a autoanunciada alteração de estilo e política (leia-se: diferentes dos da ex-ministra, Leonor Beleza) não corresponde à realidade, e vai obrigar os trabalhadores a recorrer de novo a formas de luta».

Está em preparação uma jornada a efectuar em Abril. A FNSFP acrescenta que os trabalhadores estão a ser contactados nesse sentido pelos sindicatos. Tem-se em vista a participação das diversas regiões, com o objectivo de «reiniciar o diálogo em torno das soluções necessárias para os problemas existentes».

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) sublinha que «à proposta de diálogo o ministro respondeu que não recebia sindicatos, e que qualquer questão deveria ser apresentada por centrais sindicais».

Segundo a FNSFP, os principais problemas a resolver dizem respeito a «revalorização das carreiras profissionais, designadamente dos admi-nistradores, operários e trabalhadores do apoio geral; redução do horário de trabalho para 36 horas semanais; regularização das situações de emprego precário (tarefeiros, contratados e outros) e reestruturação dos quadros de pessoal».

A Federação pronuncia-se, por outro lado, contra o projecto de lei de bases da Saúde, designadamente contra «a privatização do sistema» e a destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Luxo da patroa e salários em atraso

Na Quermesse de Paris

O Sindicato do Comércio CESL traz a público o caso da proprietária da Quermesse de Paris, loja de brinquedos de Lisboa, que, mantendo «sistematicamente o processo de pagar salários e subsídios com atraso», vive «na maior opulência».

Inácia Maria Pereira habita uma «vivenda da encosta do Restelo, que é considerada pelas revistas da especialidade um exemplo do «jet set» lisboeta. Segundo o Sindicato, «há reportagens fotográficas publicadas, que revelam o luxo das piscinas, dos móveis de estilo e das obras de arte, que a mesma proprietária revela valerem mais de um milhão de contos».

Entretanto, o estabelecimento, «situado num imóvel de grandes tradições na história da cidade», acrescenta o Sindicato, «foi votado ao mais completo desleixo», enquanto que as suas dez trabalhadoras — em média com 30 anos de casa — vivem num estado de constante ansiedade, ora recebendo mês sim, mês não, como já aconteceu, ora metendo vales nunca superiores a 10 mil escudos.

Ainda por cima, para as pôr «em ordem», a opulenta proprietária contratou uma espécie de vigilante, um encarregado, «expressamente nomeado — diz o Sindicato — para realizar o policiamento interno da empresa».

O CESL destaca o carácter «exemplar» deste caso, que se inscreve no quadro de «uma classe patronal amoral e parasitária».

CGTP na Namíbia

A CGTP-IN, representada por Fernando Loureiro, da Comissão Executiva, assistiu à celebração da independência da Namíbia, em 21 do corrente.

A central portuguesa esteve presente naquela solenidade a convite da NUNW — União Nacional dos Trabalhadores da Namíbia, com a qual sempre manteve «óptimas relações», como assinala o gabinete de imprensa da CGTP.

Encontro da RN

A Comissão Central de Trabalhadores da Rodoviária Nacional (RN), onde se desenvolve um processo de desmembramento, convocou, juntamente com a FESTRU (Federação Sindical), o 2.º Encontro de trabalhadores daquela empresa nacionalizada, para 7 do próximo mês, em Lisboa, no auditório do Sindicato do Comércio e Serviços (CESL).

A questão do aumento salarial intercalar constará da agenda dos trabalhos, juntamente com a análise da situação da empresa e dos seus trabalhadores perante o processo de privatização e do acordo de empresa ainda por rever.

PCP

Alentejo: o ponto da situação

As mais de 400 iniciativas, reuniões, plenários, assembleias plenárias e mesmo assembleias das organizações, já programadas, e que envolvem todas as organizações do Partido no Alentejo, são sem dúvida a melhor resposta àqueles que, na sua cegueira anticomunista, procuram apresentar o Partido, perante a opinião pública, como uma organização desmobilizada e derrotada, comenta a Comissão Executiva da Direcção Regional do Alentejo do PCP.

Aquele organismo de direcção esteve reunido no passado dia 20 em Évora. Do debate fez parte a análise da situação política e da actividade partidária nos três distritos alentejanos.

A Comissão Executiva da DORA do PCP condena energicamente o prosseguimento da política de direita do Governo Cavaco/PSD, ao serviço dos monopólios e dos latifundiários, que está a conduzir o Alentejo e as suas gentes para uma situação cada vez mais difícil, que põe em causa o presente e compromete seriamente a vida das gerações futuras.

O Governo prossegue a sua ofensiva destruidora contra as UCP/Cooperativas da Reforma Agrária, destruindo assim as mais modernas e eficientes explorações agrícolas do Alentejo. Milhares de trabalhadores continuam a ser lançados para o desemprego que ultrapassa já os 16% na região, o que desmente inequivocamente as afirmações do Primeiro-Ministro, quando fala em 6%. A emigração leva para fora da região a sua maior riqueza: **os trabalhadores**, alerta o Executivo da DORA, que acrescenta.

O envelhecimento e a desertificação crescentes são os resultados desta política ruinosa contra a Reforma Agrária.

O Governo Cavaco/PSD ao acabar com o atendimento nos hospitais concelhios degrada ainda mais a prestação dos serviços de saúde obrigando os doentes a maiores e mais penosas deslocações.

O Governo Cavaco/PSD prossegue a sua política centralista antidemocrática, com persistente bloqueio ao processo de regionalização e transferência para o Poder Local de novas responsabilidades sem transferência de meios financeiros necessários para o seu cabal cumprimento.

A legislação governamental sobre os Planos Directores Municipais, que o PCP já chamou à apreciação na Assembleia da República, é mais um exemplo desta política.

A unidade dos democratas e a actuação do PS

A Comissão Executiva da DORA do PCP ao mesmo tempo que considera como positiva a aproximação e o diálogo estabelecido entre as forças democráticas na região, e particularmente entre as estruturas do PCP e do PS, não pode deixar de chamar a atenção da opinião pública para a situação e atitudes negativas e lastimáveis entretanto verificadas por parte de algumas organizações locais do Partido Socialista. É o caso de **Ferreira do Alentejo** onde os 10 eleitos do PS na Assembleia Municipal deste concelho, em conluio com o único eleito do PSD, têm vindo a boicotar desde Dezembro, com as suas faltas sucessivas, o funcionamento deste importante órgão municipal o que responsabiliza o PS pelo atraso de tomada de decisões de maior importância para a resolução dos problemas da população do concelho.

É também o caso do **concelho de Évora** onde o PS ao mesmo tempo que recusou o entendimento com os comunistas e outros democratas da CDU não hesitou em entender-se com o PSD com vista a afastar dos órgãos executivos das freguesias da cidade a sua força mais representativa: a CDU.

A vida comprova que a unidade dos democratas é o caminho para a derrota do PSD e outras forças de direita mas mostra também que para que essa unidade seja possível é indispensável o combate firme e decidido às teses hegemonistas e bipolarizadoras de alguns dirigentes e organizações do PS e o reforço cada vez maior do PCP e da CDU, sublinha a C. Executiva da DORA.

Tecido social e economia

Debate no Porto

«As alterações ao tecido social, os problemas e a evolução da economia portuguesa» foram tema do segundo de um conjunto de cinco debates temáticos dirigidos aos intelectuais comunistas do Porto, no âmbito da preparação do XIII Congresso (Extraordinário) do PCP, uma iniciativa do Sector Intelectual do Porto que contou com a participação de Carlos Carvalhas, da Comissão Política do CC e Sérgio Ribeiro, deputado na Assembleia da República.

Carlos Carvalhas sublinhou a dado passo que Portugal deverá exigir que a proposta da crescente coordenação na elaboração das políticas económicas na integração comunitária assente em novas formas de verdadeira e justa cooperação e em efectivas políticas de desenvolvimento regional, tendo por objectivo a promoção da dimensão social do desenvolvimento, a elevação do nível de vida da população, a defesa do ambiente e a recuperação dos equilíbrios ecológicos.

A real interdependência e a mundialização da economia não esconde reais dominações e dependências acrescidas, afirmou mais adiante. Quando morrem anualmente 15 milhões de crianças vítimas de carências alimentares, quando mais de 87 por cento dos recursos do planeta são consumidos por menos de 10 por cento dos homens, quando a alimentação anual dum cão nos países desenvolvidos equivale a 10 vezes o rendimento anual de um camponês do Bangladesh, quando o «stock» da dívida externa dos países do Terceiro Mundo ultrapassa os 1300 milhares de milhões de dólares, temos o quadro dum Mundo desigual gerado pelo sistema capitalista, pondo em contraste a invocação, com ênfase, dos grandes princípios humanitários.

Hoje mais do que nunca o socialismo é o caminho para a solução dos problemas da humanidade e a consecução dos objectivos da «perestroika» tornará o socialismo muito mais atractivo, disse ainda.

Referindo-se às alterações ao tecido social, Sérgio Ribeiro lembrou: «as modifcações profundas nas estruturas económicas, fruto das alterações no processo produtivo, da centralização capitalista, da ofensiva contra a Reforma Agrária e o SEE, da aceleração da penetração e reconstituição de grupos económicos, provocaram e provocam alterações na composição social da sociedade portuguesa e na correlação das forças de classe.»

No entanto, adiantou, a classe operária, pelo carácter antagónico dos seus interesses com os do grande capital, pelas suas lutas de natureza maciça, continua a ser a força social mais firme e consequente, dinamizadora na oposição à política de direita e por uma alternativa democrática.

Na sua configuração sempre mutável, nos seus limites e contextos, a classe operária mantém e reforça o seu papel decisivo no processo de transformação democrática e progressista da sociedade portuguesa, referiu ainda Sérgio Ribeiro a propósito.

No debate discutiram-se as alterações na composição social, os novos limites e contextos da classe operária e o papel do PCP como partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses.

Algarve

Reunião distrital de quadros sindicais

Decorreu no passado sábado, nas instalações da Cooppofa em Faro uma reunião de quadros dirigentes sindicais, delegados e membros de comissões de trabalhadores.

A reunião, que contou com a participação de Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, destinava-se a fazer um balanço à situação do movimento sindical no Algarve e ao papel que nele desempenham os comunistas.

Do debate realizado foram particularmente evidenciadas as profundas alterações produzidas na estrutura económica da região e a necessidade do movimento sindical lhes dar resposta, quer no plano da reorganização das estruturas, quer ainda quanto à necessidade de prestar maior atenção ao acompanhamento dos sindicatos que englobam um vasto número de trabalhadores incluídos no sector terciário.

Grande preocupação foi também manifestada em relação ao crescente número de trabalhadores que no Algarve estão sujeitos a condições de trabalho em que predominam a ausência de qualquer vínculo à entidade patronal, daqui resultando acréscimo de horários de trabalho, enorme instabildiade nos postos de trabalho, desprotecção e desrespeito pela legislação existente, um quadro de extrema degradação e exploração.

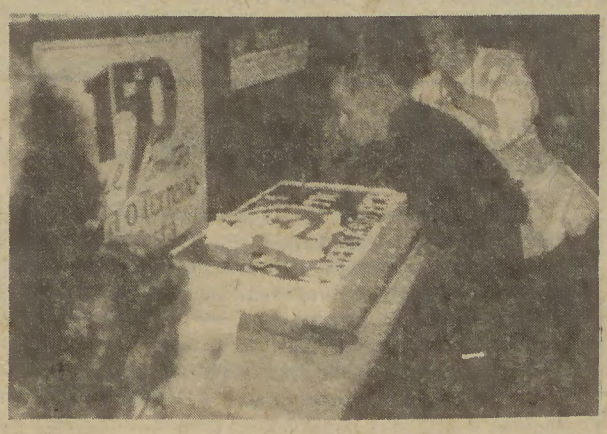
É tanto mais preocupante quanto se conhecem iniciativas do Governo a fim de consagrar em lei tal quadro, sobretudo visando a liberalização dos despedimentos e o ataque a regalias sociais contidas nas contratações colectivas.

No plano da organização do movimento sindical na região foram positivamente apreciados os passos dados no sentido de aprofundar a descentralização das estruturas intermédias, designadamente com a criação da União local de V. Real de Santo António e a dinamização da união de Portimão, bem como, no mesmo sentido, os resultados obtidos com o reforço da actividade de estruturas sindicais do distrito, particularmente evidentes nos pescadores, hotelaria, professores, STAL, Função Pública, entre outros.

Comunistas ligados ao movimento sindical no Algarve estiveram reunidos em Faro

Foram manifestadas preocupações no sentido de, a par de uma maior atenção a dar a todas as estruturas sindicais que englobam trabalhadores da área do terciário, se continuar a dar o apoio necessário à dinamização dos sindicatos de maior peso operário na região.

Por último foi salientada a importância do papel dos comunistas em toda a acção do movimento sindical unitário, e nesse sentido o apelo não só para reforçar o seu papel mas também a necessidade das organizações concelhias do Partido se preocuparem mais com o enquadramento orgânico no Partido de camaradas com responsabilidades nesta área.



Um pouco por todo o País, tem sido assim: festa, alegria, confiança no futuro para comemorar os 69 anos de vida e luta do Partido Comunista Português. Um aniversário festejado num importante momento da vida do Partido, empenhado no debate preparatório do XIII Congresso (Ext.) Na foto: uma iniciativa na Marinha Grande

Camaradas Falecidos

Albano Narciso Pereira

Com 67 anos, faleceu recentemente no Hospital de Santo André dos Capuchos, em Lisboa, o nosso camarada **Albano Narciso Pereira**, um dos célebres cinco «violinos» da época futebolística do Sporting Clube de Portugal dos anos 40/50. Quem viveu esses anos, lembra-se certamente, de Jesus Correia, Vasques, Peyroteo, Travassos e Albano.

Albano pertenceu à célula da Mundet e à organização de freguesia do PCP do Seixal.

Álvaro Tinoco

Electricista na Sapec, faleceu o militante comunista **Álvaro Rocha Tinoco**, um camarada dedicado ao Partido e, concretamente, à organização local de Praias Sado, na região de Setúbal.

José M. Cabrita

Natural de Lagoa, Algarve, faleceu recentemente o nosso camarada José Manuel Cabrita, de 64 anos, residente em Porto Salvo Novo, concelho de Oeiras, onde estava organizado.

* * *

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

Nacional

Novo ataque à Reforma Agrária

A pobreza no Alentejo

Na Zona de Intervenção da Reforma Agrária, 62 por cento da área entregue pelo Governo aos agrários está submetida ao regime de absentismo, 71 por cento da terra destinada à cultura de sequeiro está abandonada ou sub-aproveitada, tal como 25 por cento da terra destinada a regadio. 58 por cento das explorações realizam apenas emprego temporário e a taxa de desemprego entre os trabalhadores agrícolas da região atinge já os 32 por cento. Até ao final do século prevê-se que o Alentejo veja reduzida a sua população em 80 por cento, com a emigração e o envelhecimento. Estes dados são revelados pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção (FENCA) que tomou esta semana posição sobre a anunciada discussão em Conselho de Ministro de uma nova lei contra a Reforma Agrária, facto que «coincide com a aceleração que o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) tem vindo a imprimir às entregas de *reservas* e à destruição das cooperativas agrícolas».

Afirma esta Federação que a lei actualmente em vigor permitiu ao Governo retirar cerca de 200 mil hectares aos trabalhadores, destruiu mais de 78 cooperativas, e deu 93 por cento das terras da Reforma Agrária aos agrários, limitando-se hoje a terra na posse das 163 cooperativas existentes a cerca de 156 mil hectares, dos quais 65 mil foram adquiridos ou arrendados.

Apesar disso, «o Governo insiste em reconstituir na totalidade as velhas estruturas latifundiárias de acordo com os desejos dos sectores mais conservadores dos grandes agrários», adiantando a FENCA que «mesmo os pequenos agricultores a quem tem sido distribuída terra, têm vindo a receber avalanches de notificações para abandonarem as parcelas que exploram e as entegarem aos grandes agrários». Igualmente as cooperativas com contratos de arrendamento têm sido notificadas para entregarem *reservas* enquanto o MAP cria cada vez mais dificuldades no diálogo com as cooperativas e na realização de acordos entre estas e os reservatários.

«Ainda não satisfeito, o Governo prepara agora uma nova lei, cozinhada com a CAP, onde a pretexto da Revisão Constitucional pretende cilindrar o que resta da Reforma Agrária», referindo a FENCA alguns dos pontos mais gravosos deste projecto do Governo:

Desnacionalizar as áreas dos perímetros de rega nacionalizadas em 1975. Permitir que familiares de antigos agrários já falecidos tenham também acesso a reservas. Permitir um aumento da multiplicação das *reservas* pelos diferentes contitulares, terminando com os últimos casos de indivisos não com base na situação existente à data da expropriação (como sucede actualmente) mas com base nos negócios de divisão do património que os agrários entretanto tenham feito até à data actual. Retirar as últimas garantias ainda existentes para as cooperativas e agricultores que têm contratos de arrendamento com o Estado, procurando acelerar a expulsão destes das terras expropriadas e transferir a responsabilidade da relação contratual para o agrário.

Pondo em causa os benefícios destas medidas para o desenvolvimento da agricultura e para a defesa do emprego dos trabalhadores, a FENCA afirma que se vive «um presente e um futuro de degradação da agricultura e do tecido social, de despovoamento e desertificação para o sul, de quebra da produção e do emprego, de travagem e inversão do processo de desenvolvimento regional».

Pôr termo a «esta política insensata», realçar o «papel positivo a desempenhar no futuro da agricultura portuguesa» pelas cooperativas agrícolas de produção e reafirmar a necessidade para a região e o País da Reforma Agrária, são outros dos aspectos referidos no comunicado da FENCA que se propõe desenvolver as iniciativas adequadas para a defesa de um sector «que nasceu com o Portugal de Abril e é necessário ao futuro da agricultura e a uma maior justiça social».

Os negócios do gás canalizado

Neste momento, confrontam-se nas autarquias locais da Área Metropolitana do Porto duas posiçãoes acerca dos problemas da distribuição do gás analisado na região. De um lado, os eleitos da CDU, que sempre defenderam a constituição de uma empresa intermunicipal para a sua distribuição na região, garantindo o controlo dos preços, a qualidade do serviço prestado e a utilização dos lucros gerados na satisfação das nacessidades básicas das populações. Do outro, do PSD e o PS, partidos em que o «lobby» do gás assume uma posição cada vez mais determinante, que pretendem dar aos grupos privados capitalistas os elevados lucros da exploração do gás canalizado.

Esta análise foi tornada pública em Conferência de Imprensa dos Vereadores da CDU, na passada semana, que fizeram um historial de toda a problemática em volta de uma questão que assume grande importância económica e social em toda a região, pois trata-se de uma alternativa energética barata, face às elevadas tarifas de electricidade, que sofrem aumentos constantes.

Avançar com a criação de uma empresa intermunicipal com esse objectivo foi a iniciativa da CMP proposta a todas as Câmaras Municipais do Grande Porto, que contou desde o início com uma «posição activa de apoio» da parte da CDU.

Esta iniciativa conhecida, logo se constituíram empresas privadas, candidatas à distribuição de gás canalizado e ligadas a grandes grupos económicos, nomeadamente a GÁSPROJECTO, a EMPORGÁS e a PORTGÁS, que procuram associar destacados elementos do PSD e do PS a esse negócio.

«Apesar de permanentemente informado acerca do projecto da Câmara do Porto», denuncia a CDU, «o Governo do PSD autorizou e facilitou a constituição do PORTGÁS, cujo objectivo é inviabilizar a iniciativa das autarquias e satisfazer interesses privados». Embora a PETROGAL, SA e a Gás de Portugal, SA, participem do capital social daquela empresa, dando-lhe a aparência duma empresa mista com predominância de capitais públicos, trata-se, na realidade, de entregar o lucro do negócio às mãos dos grupos privados. «Com efeito», prossegue a CDU, «a privatização da Petrogal e do Gás de Portugal, já encetada pelo Governo, transformará a curto prazo a PORTGÁS uma empresa de capitais maioritariamente privados».

A votação do PS e do PSD nas Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto, com excepção da CM de Gondomar, sobre o «protocolo de acordo» vai no sentido da submissão das autarquias aos interesses dos grandes grupos económicos capitalistas, com prejuízo das populações, cujas expectativas poderão ser integralmente frustadas.

É neste sentido que os vereadores da CDU apelam ainda às Assembleias Municipais destes concelhos para que não aprovem o protocolo de acordo com a PORTGÁS, sob pena de a exploração do gás «ser norteada exclusivamente pela obtenção de lucros para os seus accionistas», ficando a população à mercê das tarifas e das condições de um monopólio e não podendo exercer o seu controlo, através de eleições, como aconteceria se fosse uma empresa intermunicipal a fazer a distribuição.

Assembleia Municipal de Lisboa presidida por João Amaral

A propósito da recente substituição do Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, recebemos da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP (DORL), o seguinte comunicado, com o título «PCP indica João Amaral para a Presidência da Assembleia Municipal de Lisboa»:

1. A demissão de José Saramago de Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, constituindo uma perda para a cidade e para a Coligação «Por Lisbo» que todos, e em particular o Partido a que pertence, lamentam, coloca ao PCP a responsabilidade de, nos termos do acordo da Coligação, indicar o novo Presidente da AML.

2. Na sequência de uma alargada discussão e auscultação, que incluiu o presidente demissionário, e após informação aos restantes partidos da Coligação, designadamente ao PS, o PCP decidiu que João Amaral será proposto à Assembleia Municipal para ser eleito como seu Presidente.

3. João Amaral, segundo elemento do PCP na lista da A.M. da Coligação «Por Lisboa», membro do CC, deputado e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, é portador de toda uma larga experiência e activa intervenção nas questões do Poder Local. Presidente, durante largo período, da Comissão de Poder Local e Administração Interna da AR, João Amaral tem o seu nome e contribuição associados a muitas das mais importantes iniciativas legislativas e à consolidação e aperfeiçoamento do Poder Local democrático.

4. A escolha de João Amaral para o lugar anteriormente ocupado por José Saramago na Presidência da AML é reveladora do continuado empenhamento do PCP na acção e objectivos da Coligação «Por Lisboa» com vista a responder às profundas aspirações e perspectivas que o Povo de Lisboa nela deposita.

5. O PCP confirma assim o seu maior interesse em assegurar o prosseguimento de um eficaz funcionamento da Assembleia Municipal e das suas competências no sentido dos princípios e objectivos atribuídos no programa da Coligação «Por Lisboa» a tão importante órgão municipal.

Lisboa, 22 de Março de 1990

A DORL do PCP

Fórum Distrital da CDU no Porto

A realização regular do Forum Distrital da CDU, de jornadas e encontros para aprofundar o conhecimento de certos problemas, o reforço do papel activo da Coligação em outras áreas de iniciativas no campo demcorático, como por exemplo as comemorações do 25 de Abril, a dinamização da constituição de uma comissão democrática para as comemorações dos 100 anos do levantamento do 31 de Janeiro, foram algumas das propostas concretas de actividade apontadas, no passado sábado, no 1.º F6rum Distrital da CDU, realizado num hotel da cidade do Porto.

Convocado com o objectivo fundamental de «fazer ponto da situação política nacional e considerar os principais problemas regionais», o 1.º F6rum Distrital da CDU reuniu delegações das forças políticas integrantes da Coligação, PCP, PEV e Intervenção Democrática e independentes, membros das coordenadoras concelhias, deputados à Assembleia da República e eleitos autárquicos. Na mesa, dirigida por Raul de Castro, da Intervenção Democrática, Alberto Andrade, independente, da AM de Gaia, Paulo Teixeira de Sousa, do PEV, EduardA Ferreira, da DORP do PCP e vereadora da CM de Valongo, Oliveira Dias, vereador da C.M. Porto, do CC do PCP, e ainda João Semedo e Helena Medina, membros da DORP e do CC, e Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP.

A abrir a sessão interveio Edgar Correia, que fez um balanço dos aspectos fundamentais da situação nacional, tomando como referência os resultados das eleições de 87. A redução da base social de apoio do PSD, o alargamento das possibilidades de convergência democrática, quadro em que é particularmente importante o papel desempenhado pela CDU, foram objecto de análise aprofundada. Derrotar o PSD e o CDS colocando-os em minoria na AR, a convergência dos partidos e organizações políticas à esquerda do PSD, o reforço da CDU, como força política mais consequente na defesa dos interesses nacionais, (questão que assume redobrada importância num quadro de tentativa de hegemonização do campo democrático por parte do PS) são objectivos salientados por aquele dirigente do Partido quando abordou as perspectivas para as próximas eleições legislativas.

Particular desenvolvimento tiveram no 1.º Fórum Distrital da CDU/Porto as questões visando o seu reforço no distrito, tendo sido salientado para além do papel dos partidos que o integram aquele que é desempenhado por «milhares de democratas independentes». A consideração das medidas já enunciadas de reforço da CDU mereceu o apoio da generalidade dos participantes que os enriqueceram com propostas muito concretas de iniciativas a realizar.

O gás canalizado, o PDR, o ambiente, os Planos Directores, a regionalização, foram, entre outros problemas regionais debatidos, os que orientaram boa parte das intervenções dos eleitos presentes.

A encerrar a reunião, Raul de Castro, deputado à AR, fez ainda um balanço da acção naquele órgão, caracterizando, nomeadamente a ofensiva legislativa do Governo que procura em domínios fundamentais descaracterizar o regime democrático.

Ofensa aos democratas!

«Indignados com a notícia do acórdão do Tribunal Militar que dá por extinto o procedimento criminal contra os assassinos do general Humberto Delgado» a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) deu a conhecer, a semana passada, uma declaração onde os corpos gerentes desta organização se unem a «todos quantos por esse país fora se sentem chocados» com essa decisão.

«A pouco mais de um ano da histórica decisão por **unanimidade** na Assembleia da República de trasladar para o Panteão Nacional os restos mortais do general Humberto Delgado, e no momento em que se afigura que essa trasladação será feita no próximo dia 10 de Junho» a declaração da URAP interroga-se sobre como é possível ilibarem-se «aqueles assassinos da liberdade», considerando que «o reconhecimento do exemplar valor democrático do General não pode ser manchado com simultâneo *reconhecimento* de valores pidescos».

Para a URAP aquele acórdão do Tribunal Militar «fere profundamente a consciência e os mais nobres sentimentos dos portugueses, constituindo uma afronta a todos os que sofreram a repressão salazarista e um atropelo inaceitável de princípios ético-políticos».

«Acompanhamos a família do general Humberto Delgado no seu protesto e, como muitos milhares de portugueses e de associações democráticas apelamos a não esquecer o crime, a protestar contra o acórdão, a exigir a sua revogação e a fazer da trasladação dos restos mortais do general Humberto Delgado a grande homenagem pública e nacional que o general sem medo merece do Portugal de Abril que ele, a seu tempo, tão heroicamente contribuiu para construir», conclui o comunicado dos corpos gerentes da URAP, assinado por Fernando Piteira Santos, Ramon de La Féria, Mário de Araújo, Alcina Sousa Bastos, Alexandre Castanheira, António Abreu, Fernando Quirino, Gualter Basílio, Luísa Irene Dias Amado, Maria das Dores Cabrita, Carlos Fabião, Vasco Costa Santos, Armindo Guimarães e Henrique Ochsenberg.

Parlamento Europeu

Formação Profissional sem discriminações

A formação profissional contínua mantém-se como um dos pomos da discórdia a nível comunitário apesar de, paradoxalmente, ser um dos temas com que todos dizem estar de acordo.
Ou seja, nas diferentes instâncias comunitárias, é ponto assente que a formaçao profissional contínua é não só desejável como indispensável. A questão está em saber como e para quem deve ser essa formação, com que verbas e por quem elas deverão ser geridas.

A questão voltou a estar este mês na ordem do dia com a apreciação do relatório Pagaropoulos que, com base na proposta apresentada pela Comissão Executiva ao Conselho, propôs várias alterações à proposta de decisão, com o objectivo de que também os desempregados, as mulheres que pretendam desenvolver uma actividade e os jovens possam ter acesso ao programa de formação, e não apenas - como é defendido pela Comissão - os trabalhadores activos.

O alargamento do âmbito dos programas, de forma a abrangerem todos os trabalhadores da Comunidade e não apenas os cidadãos dos Estados-membros, é oûtro dos pomos de discórdia, já que a posição da Comissão segrega, neste como noutros domínios, os trabalhadores de países terceiros.

Para o deputado do PCP, Barros Moura, em causa não está o apoio aos objectivos do programa - **promover o acesso de qualquer trabalhador, sem discriminação, à formação profissional durante toda a sua vida activa** - mas sim às suas manifestas insuficiências. Pelo que se impõem medidas concretas para garantir a sua efectividade.

E por medidas concretas entende-se a necessidade de garantir vinculativamente, por meio de directiva, o direito à formação contínua em todos os Estados-membros e a sua incorporação na execução normal do contrato de trabalho, durante o horário normal de trabalho e sem prejuízo do direito à remuneração.

Por outro lado, defende Barros Moura, «o mesmo direito deve ser garantido a outras categorias, como os desempregados, e tornado efectivo em relação aos jovens e às mulheres».

Numa altura em que se aproxima cada vez mais o Mercado Interno e ganham relevo as acções transnacionais visando facilitar a livre circulação de trabalhadores, importa estar consciente de que tal não acontecerá se «a formação não começar por ser garantida em cada país».

O que põe em evidência, segundo Barros Moura, «a necessidade de apoios especiais aos países menos desenvolvidos».

No caso de Portugal, «a utilização das verbas do Fundo Social Europeu para instituir um autêntico sistema nacional de formação profissional conjugando a iniciativa pública, privada e cooperativa é, pois, uma prioridade».

Desde que, naturalmente, «as verbas destinadas à formação sejam efectivamente utilizadas com esse objectivo».

Ora acontece que nem sempre isso sucede, como os escândalos em torno dos dinheiros do Fundo Social Europeu têm demonstrado. Por outro lado, também em termos de qualidade os referidos programas têm muito que se lhes diga. E nos debates em torno desta questão, no Parlamento Europeu, não faltou quem afirmasse, citando expressamente os casos do Reino Unido e de Portugal, que o nível dos cursos «não vale o papel em que foram escritos».

Se parece evidente que as limitações financeiras existentes obrigam a que os investimentos no capital humano se orientem para aquilo que é efectivamente necessário, não é menos evidente que a definição do «necessário» deverá ter em conta os desafios das novas tecnologias e, muito particularmente, a opinião dos próprios trabalhadores. Como defende Barros Moura, há que garantir «a intervenção das organizações dos trabalhadores, nomeadamente a informação, consulta e participação na empresa, para assegurar a institucionalização e aplicação de um autêntico direito à formação contínua».

Para a Comissão, no entanto, não parece viável a aceitação das posições defendidas pelo Parlamento Europeu. Segundo a Comissária Papandreou tais modificações «estão votadas ao fracasso».

Uma opinião algo contraditória com o próprio programa de trabalho da Comissão para o ano em curso que, no ponto dedicado à «dimensão social» afirma que «a mobilidade acrescida dos trabalhadores exige uma maior transparência dos direitos e obrigações respectivos dos empregadores e assalariados no conjunto do mercado comunitário» e garante ir intensificar «o seu esforço para desenvolver o diálogo social que associa de forma permanente as organizações dos empregadores e dos sindicatos da Comunidade com o objectivo de alcançar pareceres comuns quanto ao aprofundamento dos temas relativos à educação-formação e ao mercado europeu de trabalho».

Fundos Estruturais — a duplicação por defeito

No âmbito da realização do Mercado Interno, a Comissão das Comunidades decidiu, ao definir os seus objectivos em 1988 a duplicação das verbas dos Fundos Estruturais até 1993. Pretendia-se, com tal medida, disponibilizar meios que contribuíssem para a diminuição das assimetrias entre os Estados-membros. Ora acontece que os Fundos Estruturais têm vindo de facto a ser aumentados, desde aquela data, mas não tanto como deviam. Segundo o deputado Joaquim Miranda, que questionou a Comissão sobre a matéria, a diferença já vai em 277 milhões de Ecu's.

Ao ser decidida a duplicação das verbas para os Fundos Estruturais até 1993, foram fixadas etapas para cada uma das principais rubricas do Orçamento; como indicador-base, considerou-se que os referidos montantes deveriam atingir, até à entrada em vigor do Mercado Interno, o correspondente a 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) comunitário.

O que significa, naturalmente, que se registaria um aumento anual dos Fundos Estruturais determinado em função das variações do PIB e corrigido de acordo com a inflação. Só assim se poderia vir a atingir, em termos reais, a duplicação dos Fundos.

Não é no entanto isso que tem vindo a suceder. A Comissão das Comunidades, organismo responsável pela actualização dos Fundos, tem estado a fazê-la de forma incorrecta, utilizando valores de inflação inferiores aos reais. O que se traduz num prejuízo não negligenciável para os países que deles beneficiam, precisamente os de menor desenvolvimento, como é o caso de Portugal.

Os números são elucidativos: partindo da base de 9.200 milhões de Ecu's (a preços de 1988) a Comissão actualizou os Fundos, para 1989, com um valor da inflação de 3,5 por cento, do que resultou o montante de 9,522 milhões de Ecu's. Como, porém, o valor real da inflação foi de 5,3 por cento, esse montante deveria ser de 9,688 milhões (ou seja, mais 166 milhões de Ecu's).

Para este ano, o processo repete-se: a Comissão actualizou os Fundos tomando o valor, a preços de 1988, de 10,600 milhões de Ecu's, acrescentando-lhe a taxa de inflação, que estimou em 4,6 por cento; chegou assim ao montante de 11,531 milhões de Ecu's. Como o valor real da inflação foi de 5,3 por cento, esse montante devia ser de 11,642 milhões, ou seja, mais 111 milhões de Ecu's.

Nos dois anos, acumulando as diferenças, a Comissão retirou já aos Fundos Estruturais um total de 277 milhões de Ecu's.

O que não se entende, uma vez que no relatório sobre Revisão das Perspectivas Financeiras do socialista inglês Tomlinson, a ser apresentado no Parlamento Europeu na próxima semana, expressamente se reafirma «o empenhamento na duplicação **efectiva e não meramente teórica** dos Fundos Estruturais».

A pertinência da pergunta do deputado Joaquim Miranda tem toda a actualidade: trata-se de saber «como justifica (a Comissão) tal situação e como e quando entende corrigi-la, de forma a que a duplicação se concretize em termos reais (e não nominais) de acordo com as decisões adoptadas sobre a matéria». Aguarda-se a resposta.

Agência Europeia do Ambiente uma iniciativa positiva com proposta insatisfatória

A proposta da criação da Agência Europeia do Ambiente, sendo positiva, é no entanto insatisfatória, porque insuficiente e desadequada das necessidades comunitárias - defendeu recentemente o deputado Carlos Carvalhas, do PCP, no Parlamento Europeu.

Para aquele deputado, os problemas crescentes que se colocam ao nível do ambiente e a sua complexidade «reclamam investimentos e meios acrescidos e orientados para a respectiva preservação - a nível nacional, comunitário e internacional - e exigem uma séria coordenação dos mesmos com vista a torná-los tão eficazes quanto possível».

Por isso mesmo é que, sendo positiva a iniciativa da criação da referida Agência, o mesmo não se pode dizer da proposta sobre a matéria apresentada pela Comissão das Comunidades.

Para a abordagem de um tal problema o que se necessita «não é de um simples mecanismo de recolha de dados, de um mero arquivo ou museu documental», como fez notar Carlos Carvalhas, mas sim de um «verdadeiro serviço com competências e capacidade suficientes para implementar e ampliar, para aplicar e coordenar, com eficácia, os meios disponíveis e a disponibilizar no sentido da preservação do ambiente e, bem assim, com competência para estabelecer e dinamizar a necessária cooperação com países terceiros e com organizações internacionais congéneres».

Defendendo que a criação da Agência, com aquelas características, não deve ser adiada por razões relacionadas com a localização da respectiva sede, embora esta questão deva ser rapidamente resolvida, na «base de critérios objectivos e justos», Carlos Carvalhas defendeu que para tal se deve ter em conta «o critério do policentrismo das instituições comunitárias».

Tal critério representa um factor importante de desenvolvimento económico e social e constitui uma garantia de descentralização dos serviços e orgãos institucionais comunitários para países periféricos, com economias mais débeis e mais recentemente chegados à Comunidade e para cidades de fácil encontro internacional, como sao os casos, respectivamente, de Portugal e de Lisboa - afirmou Carlos Carvalhas.

Assembleia Paritária ACP-CEE

O deputado do PCP, Barros Moura, participou a semana passada nos trabalhos da Assembleia Paritária ACP-CEE, realizada em Port Moresby, na Papua - Nova Guiné. Ao intervir nos trabalhos, o eurodeputado defendeu a necessidade de ser dada à Namíbia um imediato apoio económico e em géneros alimentares, e apelou ao fim da ingerência estrangeira, em particular da África do Sul e dos EUA, nos países da África Austral. Numa proposta de resolução, apoiou ainda as iniciativas dos governos de Angola e de Moçambique para alcançar a paz nos seus países, e insistiu na necessidade do reforço das acções tendentes a diminuir a dependência económica dos países da África Austral relativamente à África do Sul, nomeadamente através do apoio ao SADCC.

O deputado do PCP abordou igualmente a questão de Timor-Leste, tendo a propósito solicitado à Comissão e ao Conselho das Comunidades informações sobre o seguimento dado às resoluções de apoio ao povo timorense aprovadas em Lisboa, Madrid e Bridgetown (Barbados).

Durante a reunião foram ainda debatidos problémas relacionados com a nova Convenção de Lomé (IV) recentemente concluída entre os países da CEE e os 69 países da África, Caraíbas e Pacífico, os efeitos do Mercado Único de 92 para os países ACP e a situação da África do Sul e da África Austral.

Gás natural em Portugal

A Comunidade, e muito em particular Portugal, necessitam de diversificar as suas fontes de energia e de reduzir a dependência do petróleo. Por isso mesmo se reveste de particular interesse o projecto de rede de distribuição de gás natural para Portugal, avaliado em cerca de 75 milhões de contos.

A questão está em saber onde encontrar verbas para a respectiva concretização. Carlos Carvalhas, em pergunta à Comissão, quis saber se esta tenciona financiar o projecto, utilizando a quota extra do FEDER para o efeito. Para já, a questão está em estudo.

Segundo o Comissário Millan, o pedido de financiamento está a ser analisado, devendo a Comissão tomar uma decisão «logo que possível, à luz dum exame global das possibilidades de uma segunda série de iniciativas comunitárias e tendo em conta também propostas de outro Estado-membro em domínios similares».

Internacional

SHARPEVILLE

Em tempo de independência da Namíbia

«A última colónia da África é livre a partir deste momento», disse Sam Nujoma, na sua primeira alocução como presidente da Namíbia. Foi às 00.20 horas de 21 de Março que no Estádio da Independência, em Windhoek, foi arriada a bandeira sul-africana. Uma data escolhida à medida da história da luta contra o *apartheid*. Homenagem dos que morreram há 30 anos, vítimas do massacre de Sharpeville.
Hoje, uma vez mais, a polícia mata em Sharpeville.

Factos que no fundo testemunham dos árduos caminhos da luta contra o *apartheid*, das resistências que hoje ainda são muito reais, num momento em que entretanto estão na ordem do dia – como factor decisivo – negociações que levem ao desmantelamento do *apartheid*, e à construção de uma futura África do Sul livre de uma política oficial e uma legislação que consagram a discriminação racial.

Na passada terça-feira, a polícia de choque sul-africana dispersou violentamente e abriu fogo contra manifestantes negros, em vários bairros e nomeadamente em Sharpeville. Pelo menos 4 pessoas morreram e ficaram feridas quase 400.

Os habitantes negros protestaram contra o elevado preço das rendas de casa, e contra a segregação racial em escolas e serviços.

A verdade é que, por toda a África do Sul, e neste particular momento político em que todas as esperanças se justificam (não escamoteando embora a dureza e duração dos caminhos), as mais diversas reivindicações se afirmam por todo o lado.

São as comunidades que se afirmam contra a degradação das condições de vida. Os estudantes que mais se empenham na sua recusa de escolas e um ensino degradado (com o ensino de uma criança branca gasta-se 5 vezes mais que com uma negra!). Exigências que se propagam do fim dos bantustões, elemento integrante da política do *apartheid* (as autoridades do bantustão do Lebowa, na província do Transvaal, apelaram, a semana passada, à dissolução de todos os bantustões).

Entretanto o processo negocial vai-se delineando, e as primeiras conversações do ANC com o governo sul-africano deverão ter o seu início no próximo dia 11 de Abril.

Namíbia

Na Namíbia definem-se as linhas do desenvolvimento do novo país.

Polícia volta a matar na RSA

Na primeira entrevista concedida como presidente, à «Tass», Sam Nujoma aposta numa grande unidade de todos para fazer progredir o país.

No campo económico definiu como primeira prioridade nacional a necessidade do desenvolvimento da agricultura a fim de abastecer devidamente a população no plano alimentar. Em segundo lugar colocou a questão do ensino, pois, disse, o sistema criado pelos colonizadores sul-africanos conduziu à «lavagem ao cérebro» dos negros, no sentido da sua subordinação aos brancos, não tendo tão-pouco qualquer oportunidade de ocuparem cargos dirigentes. Uma situação que naturalmente terá que ser profundamente alterada.

O dirigente namibiano sublinhou entretanto que isso não significa qualquer atitude de ressentimento. «Não sentimos qualquer hostilidade contra a RSA. O que nos divide é o *apartheid*, que também oprimia o povo namibiano. Estabeleceremos relações diplomáticas com a RSA depois de este país abolir o *apartheid* e se converter num Estado não racial», disse.

No que se refere à posição da nova República no plano internacional, o presidente namibiano afirmou que a Namíbia integrará proximamente a Organização de Unidade Africana (OUA), «no quadro da qual espera contribuir para os processos de integração no continente e o fim da confrontação entre vizinhos pela via negocial» e tornar-se-á membro da Conferência para a Coordenação e Desenvolvimento dos países da África Austral.

«Os países do nosso continente – assinalou – devem ser capazes de defender os seus interesses e de competir economicamente com os países dos outros continentes».

GRÃ-BRETANHA

Repúdio da política de Thatcher

Em Mid-Staffordshire, no centro de Inglaterra, num feudo tradicional dos conservadores, os trabalhistas alcançaram uma sensível vitória nas legislativas parciais realizadas a semana passada.

Concretamente, a candidata do Partido Trabalhista, Sylvia Heal, recolheu 49 por cento dos votos, enquanto os «tories» se ficavam pelos 33% e os liberais democratas obtiveram 11%.

Nas últimas eleições, os conservadores tinham ganho com 50 por cento dos votos contra 25 por cento para os trabalhistas.

Na opinião da candidata trabalhista agora eleita, a sua vitória deve-se à recusa, por parte do eleitorado, da política de Thatcher, quer nos domínios económico e fiscal, quer nas áreas da saúde e do ensino.

Aliás, todas as sondagens indicam uma profunda recusa da actual política e uma quebra vertiginosa das possibilidades eleitorais dos conservadores.

Crianças britânicas, numa manifestação, exigindo o horário de 35 horas para o seu país. São múltiplos os motivos de descontentamento popular na Grã-Bretanha

Numa recente «sondagem das sondagens» (média de 4 Institutos), 66 por cento das pessoas dizem-se descontentes com a sua governação e apenas 24 por cento dizem ainda confiar nela.

Uma sondagem publicada pelo «Observer» confere à oposição trabalhista britânica a maior vantagem registada nos últimos tempos sobre os conservadores. O apoio aos trabalhistas situa-se nos 58 por cento, enquanto os conservadores detêm apenas 29 por cento dos pontos.

Mais ainda, este fosso na tendência de voto tem vindo a aprofundar-se nos últimos tempos.

A verdade é que sobram aos britânicos razões de descontentamento. Persiste uma inflação de 7,7%, Acompanhada de elevadas taxas de juro (15%) com reflexos particularmente graves na compra da habitação, ou no pagamento das mensalidades devidas à banca, para quem criou dívidas de qualquer ordem nos anos 80.

A gota de água que fez transbordar o cálice, foi o novo imposto agora criado pela primeira-ministra inglesa — «pol-tax».

A «poll-tax»

A «pol-tax» é um imposto que doravante todo o adulto tem de pagar, independentemente dos seus rendimentos, variando ainda (por vezes duplicando!) conforme as municipalidades.

O anterior imposto pendia sobre cada família e cada habitação, e não sobre as pessoas individualmente consideradas.

Quer isto dizer, por exemplo, que uma família operária, morando numa casa modesta, com vários filhos, mesmo que maiores, em geral não pagava nada.

Segundo «The Independent», o novo imposto representa, para o conjunto do país, um aumento da carga fiscal da ordem dos 33%. O número de pessoas que paga impostos vai passar dos 12 para os 35 milhões.

Esta profunda mudança fiscal, que atinge muito particularmente as camadas economicamente mais débeis da população, suscitou as mais diversas reacções de repúdio.

Sucederam-se as demissões de conselheiros municipais do partido Conservador.

Em alguns bairros mais pobres registaram-se mesmo motins, e diferentes acções de protesto.

RDA — prepara-se ampla coligação

Desenvolvem-se, neste momento, na RDA, as diligências necessárias para a formação do novo governo. Lothar de Maziere, presidente da União Cristã-Democrata (CDU), principal força política da Coligação Aliança para a Alemanha, que ganhou as eleições de 18 de Março, dirige os seus esforços no sentido de uma «ampla coligação», que nomeadamente englobaria os liberais. Uma proposta para participar no novo gabinete foi também dirigida ao SPD (sociais-democratas).

Recorde-se que, como resultado das eleições, a CDU, o partido mais votado, ficou com 163 deputados, o SPD obteve 88 e o Partido do Socialismo Democrático (PDS) 66.

Sucedem-se, entretanto, acusações e dúvidas em relação a possíveis ligações de actuais dirigentes políticos com a velha polícia (STASI), actualmente a ser desmantelada. Pouco antes das eleições, tal acusação levou à demissão do então presidente da Renovação Democrática, Wolfgang Schnur. Dúvidas impendem também sobre Maixiere, actualmente a formar o novo governo da RDA. O presidente do SPD, Ibrahim Boehme, suspendeu entretanto todas as funções partidárias e parlamentares, até ao esclarecimento das acusações, que nega, de ligação com a antiga polícia secreta.

Neste contexto, o PDS exigiu uma reunião dos presidentes dos grupos parlamentares para se decidir sobre a forma de examinar o passado dos deputados eleitos.

Agência Espacial Europeia, a política que o patronato quer para a CEE

«Os membros do pessoal devem abster-se de qualquer actividade de carácter político ou de qualquer acto ou declaração públicos e da respectiva publicação, se estas actividades forem incompatíveis com os seus deveres e obrigações de funcionários internacionais ou de natureza a comprometer a responsabilidade moral ou material da Agência». Este o teor do artigo sobre «Lealdade» do estatuto de pessoal» da Agência Espacial Europeia, responsável nomeadamente pelo projecto «Arianne».

O estatuto, que põe em causa direitos e liberdades essenciais dos trabalhadores, é entretanto aplicável em países como a RFA, Holanda, Itália, Espanha e França. Mas pelo menos neste país as suas normas violam o Código de Trabalho.

Graves confrontos na Roménia

Cazimir Ionescu, vice-presidente romeno, responsabilizou a organização fascista «Guarda de ferro», pelos confrontos em Tirgu Mures, dirigidos contra a minoria húngara, e de que resultou a morte de 6 pessoas, para além de cerca de 300 feridos.

Aos confrontos sucederam-se manifestações da parte da população húngara. Entretanto, a organização distrital de Tirgus Mures da União Democrática Húngara da Roménia, ameaçou com a convocação de uma greve geral no país, a partir de 30 de Março, se as suas reivindicações não forem satisfeitas.

A organização exige nomeadamente que sejam afixadas placas em húngaro e romeno, em todas as cidades em que vivem húngaros. Pede ainda que aos húngaros seja garantido o direito ao ensino da língua materna e que as autoridades restaurem a Universidade de «Poliai».

A Comissão governamental, chefiada pelo primeiro vice-chefe do governo romeno, Voican Voiculesco, continua a trabalhar na sede do Conselho Provisório de Reconciliação Nacional do Distrito, defendida por militares.

A Comissão, num comunicado divulgado na cidade, afirmou actuar no espírito de cooperação e reconciliação, exortando a população a abster-se de manifestações e a retomar o trabalho.

PSOE perde maioria

O PSOE (socialistas espanhóis) acaba de perder a maioria absoluta no Parlamento. Este facto deve-se à repetição do processo eleitoral em Melilla, exigida pelo Tribunal Constitucional espanhol na sequência de denúncias de irregularidades, nas eleições de 9 de Outubro.

Nas eleições agora realizadas em Melilla, o PSOE ficou com 41% dos votos e o Partido Popular com 53%. Um resultado que é também considerado como uma «punição» por parte do eleitorado, ligado aos recentes escândalos que abalaram os socialistas (como se sabe o irmão do vice-presidente do governo, Juan Guerra, foi acusado de enriquecer com base nas suas relações privilegiadas com o poder).

Diálogo na Guatemala

Uma delegação da «União Nacional Revolucionária», organização de oposição da Guatemala, reuniu-se dia 27, em Oslo, com a Comissão para a Reconciliação Nacional da Guatemala com o objectivo de se encontrarem pontos de convergência que abram caminho ao fim do conflito armado que se vive no país há quase 30 anos, e que passa por factos tão graves como o massacre de populações camponesas por tropas governamentais ou grupos paramilitares.

Internacional

URSS

Perestroika exige nova Federação

Tensão na Lituânia

«O destino da perestroika dependerá em grande medida de como soubermos transformar a nossa Federação», disse Gorbatchov no discurso da presidência.

Nestes dias, em conferência de imprensa na embaixada soviética em Lisboa, o vice-ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros da URSS, Iuri Kashlev, dizia ser sua opinião que a lei do mecanismo de secessão das Repúblicas, está a ser discutida com atraso, e que se um novo Tratado da União, que tal lei faz parte, tivesse sido produzido antes, «teríamos podido prevenir os acontecimentos na Lituânia».

A rápida evolução dos acontecimentos (e haverá quem se esforce para que seja mesmo tão rápida que não possibilite a aprovação de legislação que abra o caminho às necessárias soluções políticas), indica que o próprio processo da perestroika exige rápidas respostas aos problemas étnicos e de nacionalidades, que para além da sua dimensão política, já muitas vítimas humanas custaram.

Enquanto em relação à Lituânia se tenta de imediato evitar medidas de força, e alimentar o diálogo, sem entretanto conseguir evitar uma grande tensão e uma presença militar reforçada, em Moscovo, avança-se rapidamente na aprovação de legislação da União do Soviete Supremo da URSS aprovou a versão inicial do projecto de lei sobre a saída das Repúblicas Federadas da União Soviética.

Este projecto faz parte, conjuntamente com uma outra lei «sobre a delimitação dos poderes da Federação Soviética e das Repúblicas Federadas», de um novo Tratado da União.

Estas leis foram consideradas prioritárias, pelo Terceiro Congresso dos Deputados do Povo, na sequência da proclamação da independência pelo Soviete Supremo da Lituânia.

As leis pretendem também garantir os direitos dos cidadãos residentes em quais quer Repúblicas, independentemente da sua nacionalidade. Em várias Repúblicas, nomeadamente no Cáucaso, alguns desses direitos não têm sido respeitados.

O projecto de lei sobre a saída da URSS prevê a realização de um referendo, por decisão do Soviete Supremo da República, ou por exigência de dez por cento da população.

A saída da URSS considera-se aprovada se por ela votarem, pelo menos, dois terços dos cidadãos da URSS que residem permanentemente no território da República. Feito o balanço do referendo, o Congresso de Deputados do Povo estabelece um período de transição que não deve ultrapassar cinco anos.

Neste período deve definir-se o destino das instalações pertencentes à União e situadas na República, assim como a regularização das relações financeiras, de crédito e de propriedade entre a União e a República.

O Soviete da União aprovou também, nestes dias, o projecto de lei sobre «as bases das relações económicas entre a União das RSS, Repúblicas federadas e autónomas», que prevê uma descentralização económica, alargando consideravelmente as competências das Repúblicas na esfera financeira, dos impostos e investimentos e do aproveitamento da natureza.

Enquanto se aceleram processos legislativos que visam permitir a solução política de problemas candentes e um novo quadro de desenvolvimento para todos os povos e etnias da URSS, a vida concreta corre no perigoso limiar entre o diálogo e a linguagem da força.

HUNGRIA

Primeira volta das eleições dá vitória a Forum Democrático

Com um pouco mais de 80 por cento dos votos apurados, os resultados das eleições deste fim-de-semana na Hungria estavam praticamente definidos.
À cabeça afirmou-se o Forum Democrático, partido de cunho democrata-cristão, com mais de 24% dos sufrágios.

Segue-se-lhe de muito perto a Aliança dos Democratas Livres (liberais), com cerca de 21%. O Partido dos Pequenos Proprietários, com um pouco mais de 12%. E o Partido Socialista Húngaro, criado no 14º Congresso do PSOH (comunistas), em Outubro de 1989, impulsionador do processo que levou a estas eleições, e que averbou ligeiramente mais que os 10%.

As eleições agora realizadas têm ainda uma segunda volta, que vai decorrer a 8 de Abril. O que naturalmente não impede que os projectos de um novo governo estejam já em plena efervescência. E se coloque com particular acuidade a questão de que perspectivas se apresentam neste momento ao país.

Só a prática futura dará a verdadeira resposta a questões tão decisivas para o povo húngaro, e com inevitável influência no continente europeu.

Entretanto o partido vencedor, Forum Democrático, apresenta-se como defensor de uma transição, não muito brusca, para uma «economia social de mercado», definição que hoje tem ainda um carácter bastante vago.

Ainda no plano económico — fundamental — os cristãos-democratas afirmam-se partidários da redução do sector estatizado de 90 para 30 por cento em cinco anos. Defendem investimentos estrangeiros que não ultrapassem os 20-25% da indústria.

No plano internacional, apostam num futuro estatuto de neutralidade, e pretendem um reforço de relações com diversas instituições internacionais, nomeadamente o Conselho da Europa.

Solidariedade com a Nicarágua

Por iniciativa da DORL do PCP, realizou-se anteontem num hotel de Lisboa, um debate sobre a situação na Nicarágua, em que participaram Joaquim Miranda, do CC e deputado ao Parlamento Europeu que recentemente visitou aquele país, e o jornalista Miguel Urbano Rodrigues. Ambos os camaradas expuseram os seus testemunhos, situados em períodos diferentes do seu contacto e conhecimento da luta do povo nicaraguense.

Miguel Urbano Rodrigues enquadrou historicamente a luta anterior à queda de Somoza, recordando a figura de Sandino e do seu exemplo que veio a dar o nome à revolução. Joaquim Miranda referiu-se à situação recente e às eleições a que assistiu, referindo-se particularmente às conquistas sociais da revolução sandinista, ao bloqueio económico e à guerra contra-revolucionária imposta pelo imperialismo, a funcionar como pressão ao voto na oposição, e ao significado de a FSNL continuar a ser o maior partido na Nicarágua.

No debate que se travou a seguir foi predominante a ideia de reforçar a solidariedade com a luta dos povos pela liberdade e pelo progresso social, luta em que os comunistas portugueses têm papel importante, no quadro da sua política patriótica e internacionalista.

Nicarágua merece a nossa solidariedade

COLÔMBIA

Assassinado candidato presidencial da União Patriótica

Bernardo Jaramillo, candidato à presidência nas eleições de 26 de Maio pela União Patriótica (de esquerda), morreu vítima de um atentado a tiro.

A União Patriótica, integrada pelo Partido Comunista da Colômbia, tem vindo a ser alvo sistemático dos esquadrões da morte, de extrema-direita. Desde a sua fundação, em 1984, mais de mil dos seus membros foram assassinados.

Como resposta ao crime, a direcção nacional da União Patriótica (U.P.) decidiu suspender a sua participação na campanha eleitoral, afirmando a ilegitimidade de umas eleições em que «se elimina à bala a oposição democrática», como se diz em comunicado do gabinete de relações internacionais da U.P.

A União Patriótica denuncia a responsabilidade do governo colombiano e exige a imediata destituição do ministro do Interior, Lemons Simonds. Já depois desta exigência, o ministro em causa apresentou a sua demissão, invocando falta de apoio oficial contra os narcotraficantes e a guerrilha de esquerda, assim misturadas para melhor justificar a repressão contra a luta popular.

A União Patriótica convoca ainda os colombianos para uma greve social, exigindo o direito à vida e condenando o golpe que este assassinato representa para a paz e a democracia.

Telegrama

O secretariado do CC do PCP enviou à direcção nacional da União Patriótica da Colômbia, o telegrama que transcrevemos.

Queridos amigos

Condenando firmemente o assassinato do candidato presidencial da UP Bernardo Jaramillo Ossa e exigindo o castigo dos responsáveis, transmitimos a fraternal solidariedade dos comunistas portugueses para com a vossa luta, ao serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo colombiano. Exigindo que seja posto termo à criminosa onda de assassinatos e perseguições que se tem abatido sobre a vossa organização, expressamos o nosso grande apreço pela coragem e determinação da UP e a nossa confiança na vitória dos seus objectivos democráticos, patrióticos e progressistas.

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Abordando a **luta pelo socialismo** [na Conferência dos partidos comunistas dos países capitalistas da Europa] Álvaro Cunhal afirmou: "Em nenhum dos nossos países se repetirá a situação em que teve lugar qualquer das catorze revoluções socialistas até hoje vitoriosas. Para nenhum dos nossos partidos se trata de copiar qualquer delas. As revoluções não se copiam nem se imitam. Não existe hoje um 'modelo' de socialismo, como tão pouco haverá um 'modelo' de socialismo europeu-ocidental. Na Europa ocidental, como nas outras partes do mundo, em cada país o socialismo apresentará soluções originais, produto da actividade criadora das massas e da sua vanguarda revolucionária".

"Saudaremos amanhã com infinita alegria 'o socialismo com as cores da França', o socialismo tal como será construído em Itália, o socialismo que acabará por triunfar em cada um dos países aqui representados. No que respeita a Portugal, não é por acaso que a bandeira do nosso Partido, a bandeira vermelha com a foice e o martelo tem (segundo os Estatutos) presas duas fitas com as cores nacionais. Também em Portugal as condições concretas do país e o processo revolucionário imprimirão ao socialismo particularidades nacionais".

"É pois não só legítimo como necessário que cada partido procure, de forma criadora e com independência, o caminho que conduzirá ao socialismo e as soluções aos problemas que defronta nas condições específicas do seu país". Mas só o poderá conseguir "se tem em conta as experiências históricas da Revolução de Outubro e não esquece os traços fundamentais, gerais e universais da revolução socialista"(...)»

(«Intervenção de Álvaro Cunhal na Conferência dos PC dos países capitalistas da Europa» - «Avante!», VI série, nº 463, Março de 1974)

AVANTE!

«Desde Outubro, muitíssimo mais de 100 mil trabalhadores de umas 200 empresas lançaram-se em lutas pelas suas reivindicações mais imediatas, principalmente por aumentos de salários. Uns 60 mil desses trabalhadores recorreram a greves e paralisações(...).

A par do movimento grevista e de variadas outras lutas, dezenas de milhar de trabalhadores têm participado em grandes e vibrantes assembleias sindicais. Às lutas que se alargam mais ou menos a todo o país, e especialmente o grande surto de greves nas principais zonas industriais e o amplo movimento sindical de massas assumem uma envergadura e extensão de difícil paralelo nas últimas décadas.

(...)Às lutas da classe operária e de outros trabalhadores associam-se as lutas de dezenas de milhar de estudantes, camponeses, intelectuais (professores, médicos, etc.), soldados, sargentes e oficiais das forças armadas, assim como as acções de milhares de antifascistas agrupados no Movimento Democrático, nos movimentos da juventude trabalhadora, dos estudantes, das mulheres, contra a repressão e pela Amnistia, pela segurança e cooperação europeia, etc. (....), lutas que se desenvolvem por todo o país, englobam todas as camadas da população e variadas frentes de luta antifascista e se dirigem cada vez mais abertamente contra a política antinacional de Marcelo Caetano.

(...)As dificuldades económicas, o grande isolamento do regime no plano interno e externo, a gravidade da situação militar, juntamente com o grande movimento de massas que se desenvolve no país, estão a provocar uma profunda crise política no regime (...).»

(«Está em marcha uma grande movimento de massas» - «Avante!», VI série, nº 463, Março de 1974)

Em Foco

Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Viagem a Trás-os-Montes (1)

Via reduzida para o desenvolvimento

Quanto mais se avança para o interior do país mais se ouve falar em desenvolvimento. E, pelos montes e vales fora, mais desolação se encontra, menos desenvolvimento se vê, menos resultados dele se podem ir somando. Pelo contrário. Em lugar do apregoado desenvolvimento, o Governo parece apostado em arrancar ao território as suas possibilidades. Não se limita a abandonar. Reduz.

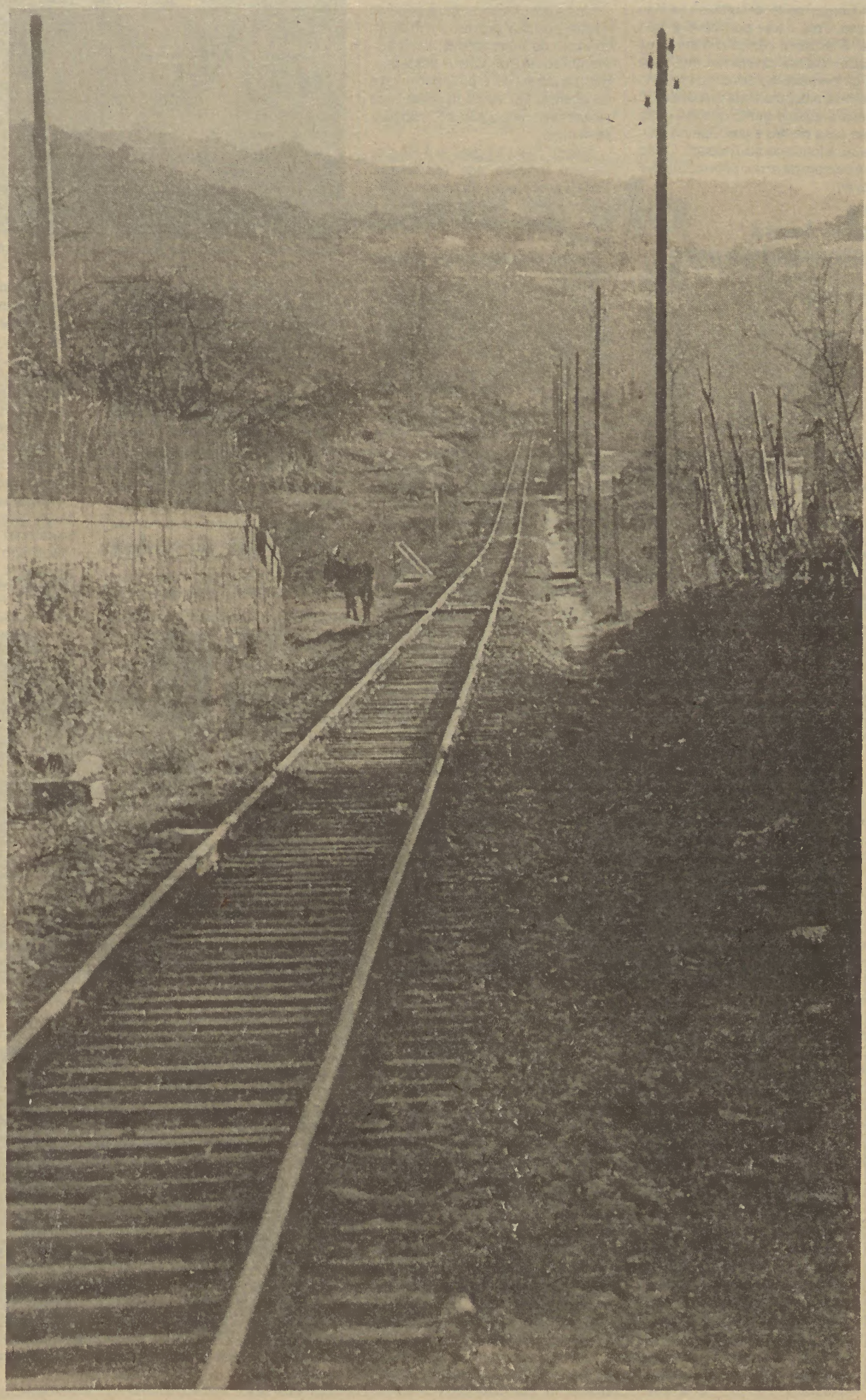
Visitámos com brevidade a região de Vila Real e esperamos dar, neste e em próximos números, alguns dados para um retrato. Desta vez, e a propósito de um debate promovido pelo PCP sobre «As Linhas Férreas e o Desenvolvimento de Trás-os-Montes», ficámos a saber que o desenvolvimento vai por via reduzida...

Fomos ver os comboios — e a ausência deles — e falar com gente que se não resigna. Vimos a linha do Corgo, desafectada, onde crescem as ervas e não medram trens. E lembrámo-nos que antigamente as crianças eram obrigadas, na escola primária, a recitar as linhas e ramais ao longo da mapa. O que, pelo menos, lhes dava algum conhecimento do que era a realidade. Se fosse hoje, o ministro obrigaria a recitação bem pior: à dos ramais encerrados. Poder-se-ia ouvir uma estranha lengalenga: foram encerrados os ramais ferroviários de Valença/Monção, Vila Real/Chaves, Amarante/Arco de Baúlhe, Sernada/Viseu, Évora/Reguengos de Monsaraz, Évora/Estremoz/Vila Viçosa, Estremoz/Portalegre, Beja/Moura e o Ramal de Sines.

Não se trata de uma lengalenga. Mas do que ainda há pouco aconteceu por obra e graça da CP/governo e foi denunciado no debate pelo deputado comunista Luís Roque. Que também disse: «Estas populações que estão a ser espoliadas de um bem a que têm direito, não se esqueçam que o único ramal a encerrar é o do autor desta inqualificável medida, isto é, encerrar o ramal ao PSD».

■ LM

De Vila Real para cima já não circulam comboios E a carruagem velha, que ainda há pouco transportava gente nas condições que se adivinham, mostra que a política de «desenvolvimento» do Governo e da CP acaba na imobilização total



Viagem a Trás-os-Montes (I)

Tourencinho
A luta não acabou

O homem é um lutador. Chama-se Alberto Pinto e sabe do que fala. Recebe-nos um tanto desconfiado — donde virá este, não será um tipo da CP a fingir-se jornalista? Identificamo-nos. E daí a pouco estamos submersos em papéis, outras tantas provas de uma luta em que não só é preciso ser determinado como prudente. Abre a gaveta da sua mesa de trabalho — ele é alfaiate reformado e encosta um cotovelo à velha máquina de costura enquanto conversa —, e espalha uma montanha de papelada, que nos vai mostrando. Abaixo-assinados, cartas, exposições, fotocópias, respostas. Uma linha comum para tudo isso. Uma linha férrea. Que já não recebe comboios. Que morre. Os papéis que nos mostra Alberto Pinto são a prova de um assassínio premeditado.

Alberto Pinto não fala por si apenas. Fala por toda uma comunidade que vai da Régua a Chaves, na linha do Corgo, onde o comboio já não passa. Fala e luta pelo povo e com ele. E a prova não são apenas os abaixo-assinados que nos mostra, a exigir primeiro o não encerramento da linha, e depois a sua reabertura. A prova é aquela gente que lhe entra pela casa dentro e participa na conversa. A forma como o apoiam. Como nos querem dizer também da luta que travam.

Um lento estrangulamento

A via férrea corre ali ao lado da casa, no apeadeiro do Tourencinho. É uma via reduzida, enferrujada e velha. Agora não recebe nenhuma composição. Mas já houve tempo em que corriam ali os comboios e, em 1976, segundo Alberto Pinto, a CP arrecadava quatrocentos contos de lucros por mês. Dez anos depois circulavam dez comboios. Com o pretexto de prejuízo, esse número foi diminuindo. Primeiro para oito — quatro ascendentes e quatro descendentes.

Chegou o ano de 1989 e vai ser um ano lembrado na região. A CP, com a cobertura do Governo, reduz o número de comboios. Só um vai a Chaves e volta. Outros dois vão apenas até Vila Pouca e regressam à Régua. Em Agosto circulam apenas dois. Em 31 de Dezembro acaba tudo. A linha fica deserta.

Mas a população informa-se e fica a saber que a CP previa o envio de um comboio de mercadorias, linha acima, para o dia 2 de Janeiro deste ano. Sem passageiros. O povo não estava de acordo. Ou vinha também uma viatura para passageiros ou não passava nada.

Alberto Pinto foi dizê-lo à Régua. Disse-o também aos condutores. Toda a gente sabia da disposição do povo.

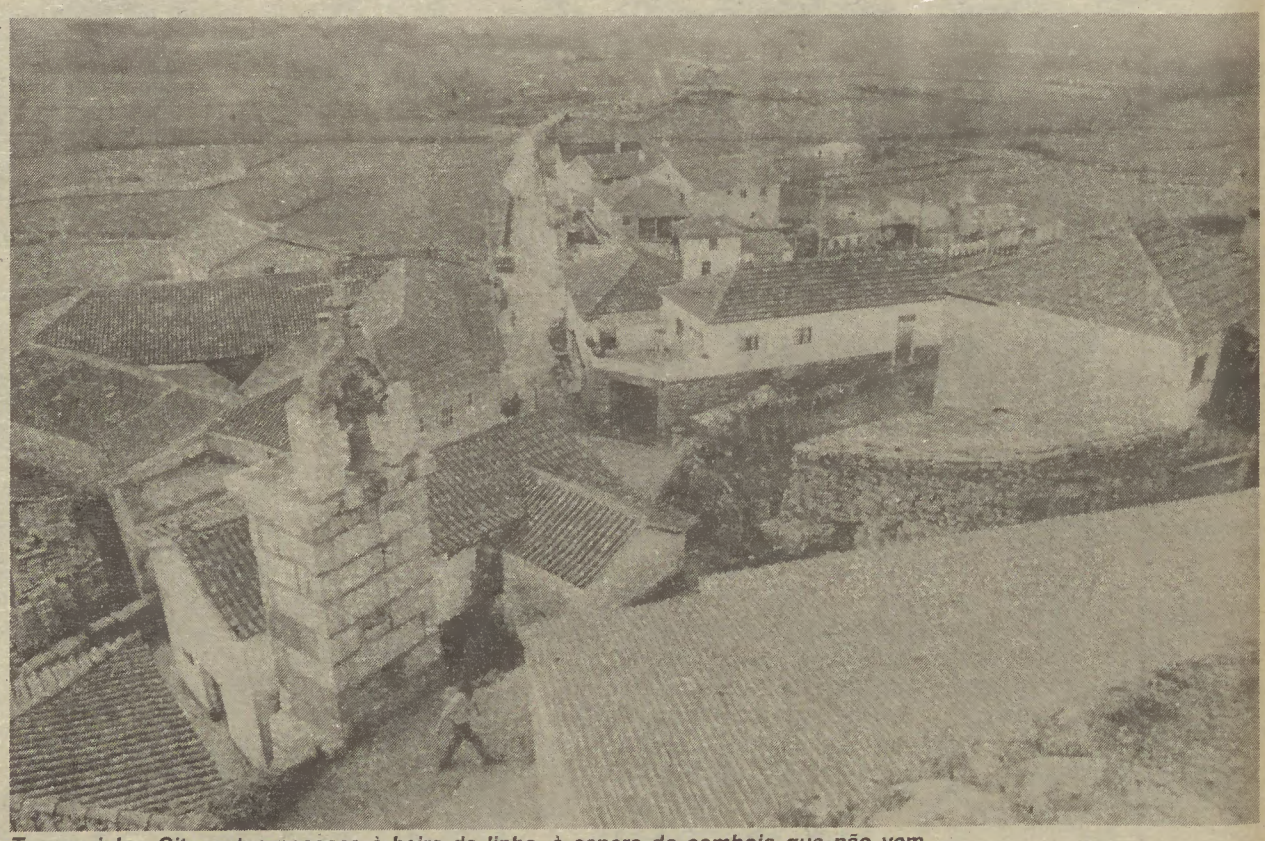
A CP não enviou o comboio no dia previsto.

Teriam desistido pura e simplesmente?

O povo não acreditou. E ficou à espera. No dia seguinte ouviram o rumor familiar do trem a estremecer o ferro. Correram à via. Todos. E não o deixaram passar.

— Que aconteceu então? — perguntámos.

— As autoridades levaram-me o meu nome e o do maquinista — recordou Alberto Pinto. — Mas não houve nenhuma desordem — sublinhou. Na pequena casa onde a tarde ia escurecendo, todos os presentes afirmaram que assim tinha sido. A dado momento as vozes elevaram-se, condenando o facto de «eles» terem enviado a guarda, de terem metido o tribunal na questão. Alberto Pinto explica:



Tourencinho. Oitocentas pessoas à beira da linha, à espera do comboio que não vem

— Foi prometido ao sargento da guarda de Vila Pouca que viria aqui o Conselho de Gerência da CP. Mas não veio. O que veio foi a ameaça de polícia de choque. O comboio voltou para trás. E depois recebi um aviso para ir ao Tribunal. Fui lá. E agora? Acha razão para eu ser condenado?

De novo um burburinho. Todos os presentes prometem acompanhá-lo ao Tribunal se houver julgamento. Que não foi ele sozinho a parar o comboio. Foi o povo todo.

«Mudar de rodas»

— E agora?

— O comboio nunca mais veio. A CP contratou uma transportadora de Chaves para o transporte de adubos. Mas se este comboio de mercadorias que eles acabaram por retirar, trouxesse um vagão de passageiros, a gente aceitava. É que há muito povo que ficou sem transporte nesta linha toda. De Vila Real à Régua andam quatro comboios em cada sentido, mas aqui estão acabados. Só aqui em Tourencinho há oitocentas pessoas que precisam dele.

De novo as vozes se levantam à nossa roda. E os de Vila Chã? E o Soutelinho? E o Outeiro? e o Souto? e o Gralheiro? Tudo nomes de povoações ali à volta que ficaram sem comboio. Alberto Pinto pede silêncio. Do meio dos papéis amontoados por cima da mesa extrai uma fotocópia de uma carta que enviou ao Primeiro-Ministro. Mostra e lê em voz alta, no meio do silêncio que se fez de novo. É sobre o descontentamento dos povos e até das autarquias — de algumas, salienta — por causa do encerramento das linhas, entre as quais a do Corgo, e sobre as reuniões de protesto e, ainda, sobre as reuniões que teve na Assembleia da República com representantes de todos os partidos políticos.

Entretanto, diz-nos, consultando mais papéis, que no dia 10 de Março, Miguel Ataíde afirmou na rádio que os utentes do Corgo não têm razão por-

A linha do Corgo é uma desolação. É inútil procurar nos horários os comboios ascendentes. Mesmo o painel dos atrasos vai caindo em desuso enquanto as velhas carruagens apodrecem ao sol e à chuva. Resta meter os pés a caminho, muita-terra, pouca-gente...

Alberto Pinto é um lutador. Que não está só. Quando fala de comboios, há sempre quem o acompanhe a dar-lhe razão contra o encerramento da linha

que apenas mudaram de rodas — das de ferro para pneus...

Ora, explica ainda o nosso entrevistado, isso não é verdade. Muitos dos utentes ficaram com largos quilómetros a fazer até poderem encontrar um transporte. E também não é verdade o que prometeram, isto é, que os preços seriam os mesmos. E dá exemplos: um bilhete de 140 escudos para uma viagem de ida e volta, custa 210 escudos nas camionetas; um de 210 custa agora 440!

Conservar ou desmantelar?

— Para satisfazer uma povoação perto de Vila Real, o Fortunho — exemplifica —, a CP fretou uma camioneta à «Cabanelas», por 380 contos por mês. Os revisores são funcionários da CP. E são eles que dizem que às vezes nem sequer têm receita de mil escudos por dia. Ora, nas minhas contas, os 380 contos chegavam para circularem comboios, três em cada sentido, da Régua a Chaves, durante três ou quatro meses. E são os comboios que se pretendem, com horários compatíveis com as necessidades.

E interroga:

— Se conservam os monumentos nacionais, que não dão qualquer lucro, porque não conservam esta linha, que é melhor que um monumento e que dá lucro a todos?

A conversa tende a acabar numa nota de tristeza. É a retirada dos comboios, são as fugas à responsabilidade de quem deixou degradar as linhas para depois as encerrar, é a falta de diálogo, as cartas sem resposta ou com resposta insatisfatória — Alberto Pinto mostra-nos uma que escreveu a Cavaco Silva em 13 de Fevereiro, tendo recebido a resposta um mês depois a dizer que a primeira fora enviada à consideração da Secretaria de Estado da Habitação e dos Transportes Interiores —, é, por fim, a desfaçatez dos governantes e dos responsáveis que afirmam estar a servir os interesses do povo.

Alberto Pinto vê o desmantelamento da linha. Agora a CP começa a retirar até os relógios das estações, os telefones, o que aumenta a indignação das populações.

Estamos na despedida. E ficamos a saber que muitos dos que ali estão vão no dia seguinte ao Encontro promovido pelo PCP. É sobre isto dos comboios, e há quem queira ir lá dizer de sua justiça. A vontade de lutar não morreu.

A tarde cai. Saímos. A linha do Corgo bordeja a povoação, estende-se para Vila Real, a Sul, e para Chaves, a Norte. Apontando-a, Alberto Pinto recorda:

— A linha foi construída pelo rei D. Carlos, e o meu pai veio empregar-se nela. Eu vim para aqui e fui sempre um lutador por isto. Ainda não sei se vale a pena. Mas vou continuar a lutar, o que é que acha? ■

Um debate para abrir a via

«Uma preocupação comum nos une: a importância das linhas férreas e a sua inter-relação com o desenvolvimento regional», disse o camarada Vasco Paiva, do Comité Central do Partido, ao abrir o debate que encheu a sala do Centro Cultural de Vila Real no passado dia 18 de Março. Vindos da região da linha do Corgo praticamente encerrada, os participantes ouviram primeiro as intervenções da mesa onde, além de Vasco Paiva, se encontravam o deputado do PCP Luís Roque, Joaquim Miranda, deputado ao Parlamento Europeu e membro do CC, e o camarada Agostinho Lopes, da Comissão Política do Comité Central. No seguimento das intervenções de abertura, o debate iria centrar com as palavras muitas vezes apaixonadas de numerosos participantes: membros de comissões de defesa das linhas da região, activistas, eleitos em autarquias locais, ferroviários, dirigentes sindicais e membros da Comissão de Trabalhadores da CP.

Um avanço ou um recuo?

Vasco Paiva propôs algumas questões em torno das quais o debate poderia processar-se:

As linhas férreas são ou não necessárias para o desenvolvimento de Trás-os-Montes? Os eixos rodoviários, IPs e outros, assim como os transportes rodoviários, podem ser um substituto capaz e melhor para as linhas férreas, ou não? Os objectivos propalados pelo Governo, como modernização e «racionalização do sistema produtivo», podem ser aceites pela região, tal qual estão a ser aplicados, isto é, com o encerramento das vias? Como é que se vence o isolamento do interior e se promove o desenvolvimento se, com esta supressão das vias, a acessibilidade à região e daqui para fora fica muito mais dificultdada? Na tão falada perspectiva europeia e de integração de Portugal na CEE, é esta uma medida acertada? Ou não seria mais aconselhável a continuação das vias férreas da região e a sua conexão com a rede ferroviária de Espanha?

Vasco Paiva recorda seguidamente o Plano Ferroviário Nacional, lançado no início do século e cuja ambição era criar uma malha ferroviária que cobriria o território e com diversas conexões com a rede internacional. E depois o advento do fascismo e a estagnação do plano. E agora o abandono da função da rede. **Enfim, tratam um bem público nacional como se fosse um supermercado, com a preocupação única de facturar, para servir o que lhes interessa e que, na sua óptica consideram «essencial».**

E a pergunta fica, neste final de século: estamos perante um avanço, um progresso, ou um enorme recuo?

O vagão J

A política seguida por este Governo quanto aos caminhos-de-ferro já vem de longe. Foi o que demonstrou o deputado comunista Luís Roque, ao intervir no debate. **O responsável por este sector** — denunciou —, **o ministro Oliveira Martins, quando foi secretário de Estado dos Transportes antes do 25 de Abril, tinha encerrado a Linha do Dão, que foi a primeira a encerrar quando tomou conta do Ministério actual. Daí não constituir surpresa o encerramento ao tráfego de passageiros de mais 9 ramais a partir de 1 de Janeiro de 1990.**

Luís Roque referiu-se abundantemente à Lei de Bases dos Transportes Terrestres, que além de ser de sua iniciativa, o Governo desrespeita, ao mesmo tempo que desrespeita as directivas da CEE nesta área, com as quais concordou.

Sabe-se, por outro lado — disse —, **que os investimentos na rede secundária ascendem a 292 mil contos distribuídos de 1988 a 1994, com a característica importante de em 1994 não haver investimento. Isto é a prova cabal de que a CP pensa em 1994 não haver investimento.**

Aliás isto era previsível quando a CP começou a degradar a oferta, para afastar a procura. Quem se esquece que na Linha do Corgo as pessoas eram transportadas em vagões J, tal e qual como o gado?

A «viabilidade»

Falando de improviso, o deputado ao PE Joaquim Miranda demonstrou que a política do Governo, baseada na «viabilidade», não tem em conta a **necessidade** do mesmo, nem como factor de desenvolvimento económico harmonioso, nem como serviço público. E demonstrou ainda que foram criadas artificialmente as condições para inviabilizar as vias que hoje encerram.

A valores constantes de 1970, verifica-se uma curiosa evolução do investimento. Joaquim Miranda mostrou-a: em 1970 foram investidos 750 mil contos; em 1975, cerca de 1350 contos (é aqui que se atinge, compreensivelmente um máximo); em 1980, 350 mil contos; em 1982, cerca de 575 mil contos; em 1985, 325 mil contos; em 1987, 630 mil contos...

O eurodeputado defendeu uma política de desenvolvimento para os caminhos-de-ferro numa perspectiva nacional, que leve em linha de conta o desenvolvimento económico e o serviço público de passageiros. A articulação com a indústria e outros ramos de actividade económica; a audição das autarquias e dos agentes económicos; a complementaridade com outras vias de comunicação, rejeitando o princípio da entrega das vias férreas «não viáveis» às autarquias.

Estação de chegada e de partida

A encerrar o debate, Agostinho Lopes traçou o quadro político em que se tem desenrolado o processo de encerramento das vias férreas em Portugal, e nomeadamente na região transmontana. Para, a dado passo, adiantar:

Nesta estória, neste romance dos comboios transmontanos, falta agora falar de duas outras personagens: das populações e do PCP.

Da grandiosa luta das populações da Linha do Sabor (Bragança) que em Julho, Agosto e Setembro de 79, realizaram as maiores movimentações de sempre em defesa dos seus comboios, com sinos a rebate, corte de circulação rodoviária e ferroviária, encerramento do comércio, reuniões e concentrações. Da resistência que fizeram à ofensiva da GNR enviada pelo governador civil. E desde esse ano até hoje tem sido o povo humilhado e ofendido pelos interesses poderosos das empresas de camionagem, o povo destas terras transmontanas que se tem levantado em defesa do transporte ferroviário, como instrumento necessário à sua vida quotidiana, como factor de desenvolvimento e progresso da sua terra, e até, talvez como recordação do que significou em sacrifícios de toda a conta aos seus antepassados ainda próximos, esse património que é a infra-estrutura ferroviária o que significa, a chegada, a passagem do comboio pelas nossas terras. E as lutas sucederam-se, várias vezes no confronto com as forças da GNR — Março de 80 no Sabor, Julho de 80 em Freches/Tua, em Março de 81 em Canedo de Basto/Tâmega, em Outubro de 88/Fortunho/Linha do Corgo.

O debate trouxe a Vila Real muitos interessados. Que foram dizer de sua justiça. E ouvir e apoiar as propostas do PCP

Sublinhando que esta luta popular tem, em momentos decisivos, impedido que os governos de direita levem a cabo o «ferrocídio», Agostinho Lopes referiu-se à importância do debate:

Este debate é assim uma estação de chegada e de partida no longo percurso do PCP em defesa das vias férreas transmontanas. Percurso que significou e significa a presença dos comunistas e dos seus quadros dirigentes concelhios, distritais e regionais, em todas as movimentações populares no Sabor, no Tua, no Tâmega, no Corgo, que desde 79 animam estas lutas, no esclarecimento, na mobilização, na denúncia das acções repressivas, na solidariedade às populações atingidas, pelos malefícios da política de direita.

E, mais adiante, às propostas e iniciativas que o PCP irá desenvolver nas autarquias regionais, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu. Finalmente, Agostinho Lopes, teceu algumas considerações sobre o debate que anima os comunistas portugueses em torno das Teses para o Congresso, concluindo:

É o PCP, com essa mesma identidade e natureza, com essas características temperadas pela experiência e pela vida, sempre renovando-se, sempre pronto a aprender com a vida, sempre pronto a encontrar novas soluções, novas respostas, novas propostas, para um mundo em permanente e rápida mutação, mas também sempre fiel ao seu ideário de uma sociedade mais justa, mais fraterna, de liberdade e liberta da exploração e da opressão, que estará em condições de continuar a defender os interesses e os anseios das gentes transmontanas e durienses. ■

TÊXTIL

Reestruturação do sector nas condicionantes externas

A enorme dependência da indústria têxtil portuguesa das suas exportações torna o termo do Acordo Multifibras e as alterações inevitáveis que se produzirão nas regras e normas da regulamentação do comércio dos têxteis, no quadro das negociações em curso no GATT, uma questão da máxima importância, senão decisiva, para o futuro da indústria têxtil em Portugal. A necessidade de um período alargado de transição, de forma a poder suportar a concorrência das exportações para a Comunidade de outros países, (fluxo que se estima superior a 80%) constitui um aspecto essencial para a defesa da indústria têxtil portuguesa e indispensável à implementação de medidas sociais, financeiras e regionais que garantam a sua reestruturação e modernização — questões que foram o centro do debate realizado no decorrer do Encontro que sobre esta temática foi promovido pelas Direcções das Organizações Regionais do Minho e do Porto, no passado sábado nesta cidade.

Esta realização, que contou com a presença de representantes dos trabalhadores têxteis e do vestuário de Aveiro, Braga e Porto e de autarquias da região, teve a participação de **Carlos Carvalhas**, da Comissão Política do PCP, deputado no Parlamento Europeu responsável na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e da Política Industrial do PE pela elaboração do parecer sobre o AMF, e de **Sérgio Ribeiro**, deputado do PCP na AR. Em representação da DORM e da DORP, respectivamente, **António Lopes**, da Comissão Política, que dirigiu os trabalhos, e **José Timóteo**, membro do Comité Central.

São hoje dados adquiridos a enorme importância que a indústria têxtil assume no emprego, no valor acrescentado bruto, nas exportações, na estratégia de desenvolvimento económico do País bem como nos impactos regionais da sua reestruturação e da sua crise.

O conjunto de problemas e atrasos acumulados no plano social, a falta de uma estratégia interna e externa para o sector, o liberalismo selvagem instalado, assente na procura do máximo lucro e no enriquecimento conjuntural fácil, multiplicando o número de pequeníssimas empresas atrasadas tecnologicamente, a maior parte em regime de subcontratação, responsáveis pelo peso da economia subterrânea existente no sector, recorrendo à exploração dos trabalhadores mais brutal e sem quaisquer direitos — de que são exemplos mais gritantes o trabalho infantil, os horários de 48 horas e mais de trabalho e a precarização do emprego — não só não conduziram a quaisquer passos seguros no plano da reestruturação e modernização no sector como em boa parte agravaram os problemas estruturais e a sua vulnerabilidade face às alterações que necessariamente virão a ser realizadas na sua envolvente externa e quer ainda agora perante a situação criada pelo termo do AMF, o Governo PSD e também o PS vêm assumindo posições de indefinição, de hesitação e mesmo cedências, que mostram de forma mais ou menos declarada a abertura a soluções que levariam à destruição a médio prazo do sector ou dos subsectores de utilização mais intensiva do capital.

Contrariamente a posições recentemente divulgadas cujo conteúdo fundamenal aponta para a reconversão do sector, o que significaria a liquidação dos seus subsectores a montantes (fiação e tecelagem) e à falta de iniciativa e de uma estratégia negocial para a indústria têxtil por parte do Governo, o PCP defende no Parecer e Proposta de Resolução apresentados em Fevereiro passado na Comissão respectiva no PE por Carlos Carvalhas:

— um adequado e suficientemente **longo período** de transição para adaptação e modernização da indústria têxtil comunitária dos países periféricos;

— **o reforço das regras e da disciplina do GATT** e o estabelecimento de uma **cláusula de salvaguarda específica** para a têxtil;

— a inclusão de uma **cláusula social mínima** que preencha as convenções da OIT e os princípios da Carta Social, de modo a combater o «dumping social», nomeadamente com a eliminação de qualquer discriminação (de raça, cor, sexo, religião, nacionalidade, política ou sindical), a interdição de trabalho a menores, a segurança no local de trabalho, redução do horário de trabalho semanal e salário mínimo garantindo um nível de vida digno;

— **apoios e programas de ajudas às indústrias dos países menos prósperos, como é o caso de Portugal**;

— a criação de um **«observatório têxtil»** na Comunidade que coligisse estatísticas fiáveis, vigiasse os acordos e acompanhasse a relocalização desta indústria.

Como referiu Carlos Carvalhas, «o Governo deve procurar potenciar o poder negocial do País — o que implica a não governamentalização e politização da sua acção nos têxteis — e deve actuar sem mais delongas de modo a que o próximo Orçamento Comunitário possa já incluir um programa específico para a reestruturação e modernização da indústria têxtil, salvaguardando o emprego na região e promovendo o desenvolvimento regional».

A dimensão social do problema foi particularmente desenvolvida nas intervenções realizadas por Sérgio Ribeiro e representantes de organizações de trabalhadores presentes. Manuel Freitas, em nome da Federação do sector, confirmou a coincidência de opinião da Federação e dos Sindicatos com as diferentes propostas ali apresentadas e salientou que a reestruturação deve implicar «uma forte aposta nos trabalhadores, a todos os níveis, dotando-os de conhecimentos teóricos e técnicos adequados às novas responsabilidades que têm e querem assumir».

António Lopes, da Comissão Política do PCP, encerrou o Encontro reafirmando, nomeadamente, a disposição do PCP de, traduzindo as preocupações que ali vieram para cima da mesa, através do reforço da intervenção dos seus deputados no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, continuar na defesa dos interesses nacionais, do sector têxtil e dos seus trabalhadores e das regiões em que esta actividade produtiva assume maior relevância.■

Governo sem política nos têxteis

Esta não tem sido a posição do Governo nem do Partido Socialista. Quer nas negociações de adesão, que assumirão um papel decisivo quanto ao futuro.

Futuro sobre o qual se interrogou Carlos Carvalhas, que aproveitou para apresentar o conjunto de medidas apresentadas no PE pelos deputados do PCP, face à não renovação do Acordo Multifibras. **«No nosso entender há que conjugar uma estratégia negocial firme no GATT, com a exigência de um programa específico para a têxtil com vista à sua reestruturação e modernização, de modo a inserir-se numa divisão internacional do trabalho mais valorizado e num padrão de exportações mais qualificado»**, defendeu.

O patronato mais responsável pelo índice do emprego no nosso país continua a tentar obter um alto preço pelo privilégio (e não pelo direito) de fazer desaparecer os direitos dos trabalhadores dos respectivos locais de trabalho. Os sindicatos reagem firmemente contra essa tentativa que se perfila como um «desafio» dos grandes patrões e do Governo, desviando os célebres «desafios» da CEE e apontando-os contra as condições sociais já precárias dos trabalhadores portugueses.

Direitos não podem ser «vendidos»

Depois de esclarecer que, desde o início das negociações com o patronato, no âmbito do Conselho Permanente da Concertação Social (CPCS), o grupo trabalhador (CGTP-IN — UGT) não deixou dúvidas sobre **o facto de não estar ali para negociar «direitos fundamentais dos trabalhadores»**, como sejam a lei dos despedimentos, a lei sindical, a lei da greve e a lei das comissões de trabalhadores, o memorando da Comissão Executiva da CGTP sobre as negociações adianta três motivos pelos quais esses direitos não podem ser «vendidos».

«1.º Os direitos são uma aquisição de todos os trabalhadores, fruto de décadas de lutas e de muitos sacrifícios que nenhuma organização tem o direito de utilizar como «moeda de troca».

«2.º Porque os trabalhadores não controlam os mecanismos da economia; poderiam hoje ficar com mais dinheiro, mas perdê-lo-iam amanhã em resultado da aplicação de simples medidas económicas.

«3.º Porque para conseguir a melhoria das condições salariais e sociais no futuro, os trabalhadores necessitam de ter direitos que lhes garantam a sua intervenção nas empresas e na sociedade em geral».

Negociações laborais

O preço de um privilégio

O malogro da fase de negociações entre as centrais sindicais e o patronato, que terminou em 14 do corrente com um comunicado conjunto após sete horas de reunião, trouxe de novo para a ordem do dia a necessidade de fazer coincidir uma série de lutas em alguns sectores decisivos, designadamente na indústria e nos serviços, que se têm movimentado nos últimos três meses. Antecipando, em termos gerais, algumas das conclusões mais importantes do plenário geral de sindicatos, que se reuniu em Lisboa em 21 do corrente, José Ernesto Cartaxo, membro da Comissão Executiva da CGTP, ouvido recentemente pelo «Avante!», referiu-se à necessidade de intensificar a acção reivindicativa dos sindicatos nos locais de trabalho. Embora sem pôr de parte o diálogo e a negociação, o início do próximo mês abrirá uma fase de conjugação e convergência das lutas em curso, conforme decidiu, aliás, o plenário da CGTP.

Recorde-se que em conflito latente está praticamente todo o sector dos transportes, grande parte da Função Pública, com relevo para os trabalhadores das Autarquias Locais, a saúde, os metalúrgicos, os têxteis, a hotelaria, o material eléctrico e electrónico, a montagem automóvel, os jornalistas.

Grande parte desses conflitos são da responsabilidade directa do Governo. Trata-se de empresas (ainda) pertencentes ao sector empresarial do Estado, como é o caso praticamente total dos transportes, de grande parte da metalurgia e mesmo do sector hoteleiro.

A reivindicação do aumento salarial intercalar e a regulamentação de carreiras, juntamente com o agravamento das ameaças de despedimentos em grande escala, o aumento da precariedade do emprego, o desmembramento anunciado de empresas como a Rodoviária, a falta de perspectivas sociais para os próximos anos, com a aproximação do Mercado Interno, a calamitosa situação na CP constituem alguns dos pontos de maior fricção, e que podem fazer agir em conjunto vários milhares de trabalhadores.

Aumentar a sindicalização

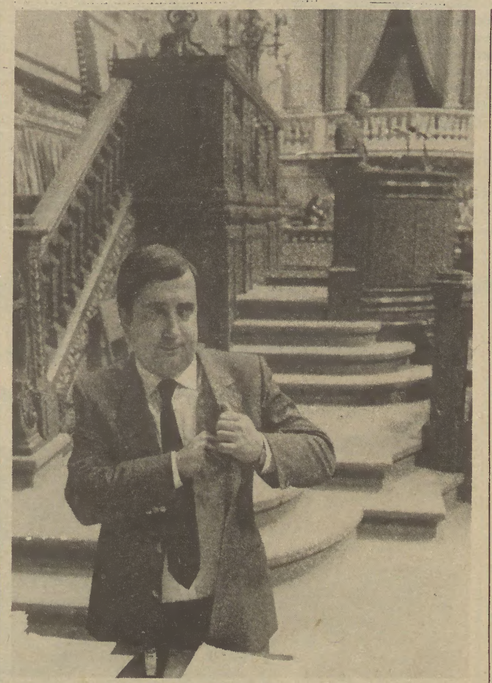
O permanente desgaste dos efectivos sindicais nas empresas, provocado pelos despedimentos, pela destruição de postos de trabalho, pela crescente precarização do emprego e pela insegurança geral, alimentada por conflitos que nem o recurso à greve consegue resolver, têm contribuído com uma grande quota parte para a diminuição da percentagem dos trabalhadores sindicalizados, o que tem obrigado todo o movimento sindical a conduzir uma campanha pela sindicalização.

José Ernesto Cartaxo, que reconheceu a gravidade desse estado de coisas, que tem piorado nos últimos anos, não escondeu as dificuldades com que deparam os sindicatos para contactar trabalhadores dispersos, atingidos por dificuldades pessoais de vária ordem, permanentemente ameaçados pelo «dilema» da «incompatibilidade» posto de trabalho-sindicato — ameaça que muitos patrões exploram para impedir a sindicalização e o exercício das liberdades e direitos sindicais no local de trabalho.

A capacidade de luta não tem diminuído. A unidade na acção tem demonstrado que os trabalhadores mantêm viva a consciência da sua força nos momentos decisivos. No entanto, o patronato mais responsável pelo índice do emprego não desampara mesmo o supérfluo, num grau de exploração que pretende manter elevado. Não lhe basta agir nas empresas com a arma do despedimento, do contrato a prazo, do desmembramento. Faz actuar também o seu próprio privilégio de atacar pela raiz os direitos colectivos.

José Manuel Casqueiro, dirigente da CAP, foi bem explícito nessa matéria. Quando ainda decorriam as negociações do CNEP com as centrais sindicais, afirmou alto e bom som que essa coisa dos direitos dos trabalhadores é um tabu (o termo é dele) que acabará por desaparecer. Para esse dirigente do patronato, parece nem sequer ser necessário atacar esses direitos. Eles cairão por si.

É certo que o movimento operário e sindical tem sofrido derrotas consideráveis nos últimos tempos, a nível internacional. Não são de subestimar os rèflexos de acontecimentos conhecidos no panorama político-sindical no nosso país. Mas a perfeita consciência desses factos não deve obscurecer as realidades que enfrentam os sindicatos e os trabalhadores portugueses num ano em que os célebres «desafios» da CEE se transformam com uma rapidez alarmante em «desafios» do patronato e dos seus governos às garantias, direitos e liberdades mais elementares da massa assalariada.



J.M. Casqueiro: o homem do «tabu»

É necessária uma resposta forte e concludente. Os direitos dos trabalhadores não são fenómenos conjunturais, susceptíveis de serem declarados «caducos» pelo patronato mais responsável e pelas autoridades governamentais eventualmente ao seu serviço.

Conforme se sabe, não é apenas a Constituição que conta. Trata-se, na verdade, de direitos constitucionais que o patrão José Manuel Casqueiro considera «tabu» prestes a desaparecer. Mas a verdade é que desaparecerão, se não forem activamente defendidos. E é na prática que desaparecerão, como aqui e ali já tem acontecido.

José Ernesto Cartaxo sublinha, entre os vários aspectos de primeira linha na luta sindical de hoje, a questão urgente de se conseguir um nível de sindicalização consideravelmente maior do que o actual.

As causas da dessindicalização são conhecidas. Mas atacá-las não é fácil. É indispensável que não abrande a firmeza das posições nos próprios locais de trabalho. Delegados e dirigentes sindicais, membros das comissões de trabalhadores, activistas e outros trabalhadores mais directamente ligados ao trabalho colectivo e à mobilização terão certamente presentes os objectivos que presidiram às recentes negociações goradas com o patronato.

José Ernesto Cartaxo chama-nos a atenção para o memorando da Comissão Executiva, apresentado ao Conselho Nacional da CGTP, e para o comunicado conjunto da reunião CNEP-Centrais de 14 do corrente. Há traços comuns aos dois documentos. Em ambos se reconhece a necessidade de continuar as negociações e mesmo — como se lê no comunicado — «a existência de entendimento ou aproximação em algumas matérias».

Embora isso não tenha chegado para se conseguir um acordo, é bom não esquecer que, quanto à **unidade na acção**, a CGTP-IN fez — e certamente continuará a fazer — «esforços, que foram correspondidos, para que **as posições do grupo trabalhador** (no âmbito do CPCS) **perante o patronato fossem únicas**, tendo para isso desenvolvido com a UGT uma série de **posições comuns**, formalizadas em documento», como se lê no memorando da CE da CGTP.

Há condições para intensificar e alargar a luta. E um dos seus resultados — e não dos menos substanciais — será o de contribuir para que suba o nível da sindicalização e se ponha termo à tendência, fortemente estimulada pelo patronato e pelo Governo, para a redução do papel dos sindicatos na vida económica e social do País. ■

A RN à porta do desmembramento final

A mulher e o emprego nos anos 90
— A luta pela igualdade

A realização do Mercado Interno não é um forno micro-ondas que fará desaparecer a desigualdade como se de um micróbio infeccioso se tratasse. Se os «ingredientes» da posição das mulheres no mercado de trabalho foram adulterados ou deturpados, essa desigualdade será ainda mais acentuada.

A afirmação consta de um documento apresentado no fórum «A mulher e o emprego nos anos 90», realizado a semana passada em Bruxelas por iniciativa da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu. Uma iniciativa que não mereceu a atenção da generalidade dos orgãos de comunicação social portugueses, numa confirmação de que a situação da mulher em Portugal continua a caracterizar-se pela discriminação, como de resto foi há dias salientado na Assembleia da República durante o debate sobre a matéria promovido pelos deputados comunistas.

O tema em debate partiu da constatação de facto de que, a partir de 1993, com o desmantelamento das fronteiras entre os países comunitários, as mudanças inerentes ao Mercado Interno se reflectirão de forma diferente nos homens e nas mulheres. E isso pelo simples motivo de que os homens e as mulheres enfrentam o que se convencionou chamar de «desafio» europeu em desigualdade de circunstâncias.

A constante segregação sexual no sector profissional; a feminização do trabalho não qualificado; a vulnerabilidade sectorial das mulheres na indústria intensiva; as responsabilidades familiares não remuneradas e as aspirações profissionais das mulheres, continuam a ser as principais questões que se colocam na problemática da situação feminina, apesar das evoluções registadas nas últimas décadas.

Segundo os dados disponíveis, a taxa de emprego feminino registou uma «progressão contínua ao longo da década de 80». No entanto, é de assinalar que «a taxa de desemprego feminino não tem diminuído, dado que um número cada vez maior de mulheres procura emprego - casos da Irlanda e da Espanha - ou não beneficia das mudanças económicas - caso da França - ou não consegue encontrar empregos que se adequem à subida de nível das suas qualificações (como na Itália)».

De acordo com informações prestadas no fórum de Bruxelas, se é um facto que o emprego feminino tem vindo a aumentar a um ritmo superior ao do masculino (o que tem contribuído para melhorar as estatísticas do emprego na Comunidade), não é menos verdade que o trabalho feminino a tempo parcial tem aumentado a um ritmo superior ao do trabalho a tempo inteiro, a par de outras formas de emprego não qualificado (contratos de trabalho à tarefa, trabalho ocasional e sazonal, trabalho temporário - incluindo no sector público - trabalho de manufactura caseira, assistência à família e auto-emprego involuntário).

Os números revelam igualmente que a segregação sectorial das mulheres no domínio dos serviços não tem diminuído, nem revela tendência para diminuir, enquanto por outro lado se acentua nalguns Estados-membros o desnível salarial entre homens e mulheres.

O emprego feminino, por outro lado, caracteriza-se por uma forte concentração num reduzido número de sectores, com destaque para o ensino, a assistência, as instituições de solidariedade social. De realçar o facto de **em nenhum Estado-membro o emprego feminino na indústria ser superior a 28 por cento - a média comunitária situa-se nos 23,3 por cento.**

Não menos relevante é a constatação de que **em todos os Estados-membros há mais mulheres do que homens a efectuar um trabalho atípico.**

Também o trabalho a tempo parcial atinge mais as mulheres do que os homens.

Um futuro preocupante

Com a entrada em vigor do Mercado Interno em Janeiro de 1993, que o mesmo é dizer a livre circulação de capitais, pessoas e serviços, o mercado de trabalho, que teoricamente se alarga, tornar-se-á simultaneamente mais competitivo. As mulheres, que se encontram à partida numa situação de desigualdade, arriscam naturalmente ver agravada a discriminação de que são alvo; se hoje representam cerca de 52 por cento dos desempregados da Comunidade, a partir de 1993 essa percentagem aumentará se não forem tomadas medidas para o impedir.

De acordo com um estudo apresentado no fórum de Bruxelas, o aumento do desemprego entre as mulheres poderá ocorrer de duas formas:

- ao ser dado um ênfase excessivo aos potenciais efeitos positivos do Mercado Interno em cada localidade e região, fomentando assim as expectativas de emprego entre as mulheres e uma entrada no mercado de trabalho que não encontra justificação nas condições existentes. Uma vez que as mulheres, mais do que os homens, são susceptíveis de aceitar trabalhos ocasionais mais mal pagos, isto terá como consequência aumentar o carácter ocasional do emprego feminino;

- um segundo facto que contribuirá para o aumento do desemprego consiste na transferência de local, reestruturação ou encerramento de empresas que demonstrem não ter capacidade concorrencial durante o período de transição. No que respeita à indústria alimentar, do vestuário e dos têxteis este facto terá um impacto no sector feminino a nível regional.

A questão que se coloca, naturalmente, é a de saber que medidas tomar para fazer face a uma tal situação, de molde não apenas a impedir uma acentuação da discriminação das mulheres, mas a acabar com essa discriminação.

Neste contexto, cabe salientar o facto de tanto a nível comunitário como nacional (nos Estados-membros) existir legislação que consagra a igualdade das mulheres, que no entanto está longe de ser cumprida. Ou porque as entidades empregadoras encontram formas de contornar a legislação ou porque as medidas preconizadas a nível oficial não têm em devida conta as realidades sociais. De pouco adianta consagrar o princípio «para trabalho igual salário igual» se os mecanismos de fiscalização não funcionarem; de pouco serve promover cursos de formação profissional para mulheres se não se adequarem os seus horários às necessidades das interessadas; ou ainda se a política de emprego não tiver em consideração a necessária articulação com os meios de transportes, o acesso efectivo a creches e escolas para as crianças, um sistema de educação efectivamente orientado para a mudança das mentalidades promovendo a igualdade de homens e mulheres.

Sendo o Mercado Interno um processo de harmonização de normas e regulamentos e de aproximação de leis e instrumentos jurídicos, importa antes do mais que, no que à mulher diz respeito, se criem as condições para superar e impedir a tradicional divisão sexual do trabalho. Se tal não acontecer, o Mercado Interno será para as mulheres uma nova fonte de segregação e exploração. Um «mercado» maior do que aquele que agora as explora. ■

ISRAEL
Entre a promoção da guerra e a exigência de paz

Notícias com componentes contraditórias afluem de Israel, e dos territórios que ainda ocupa.

Notícias que simultaneamente reflectem, quer a continuidade de uma política de agressão por parte de Tel-Aviv, quer a crise que perpassa a sociedade e a vida política de Israel. Uma situação contrastada, fruto destas realidades, antes do mais a Intifada. Mas também de um quadro político internacional desfavorável ao arrastamento de situações de guerra. E ainda da própria crise gerada pela guerra na sociedade israelita, nomeadamente no plano económico. Das lutas contra tal crise e concretamente pela paz, que se avolumam no interior do país ocupante.

Nestes dias, Shimon Perez, primeiro-ministro indigitado de Israel, procura obter uma maioria parlamentar que assegure o apoio necessário à formação de um novo governo. Isaac Shamir, o chefe do governo agora derrubado, recusa quaisquer conversações com Shimon Perez, e a possibilidade de constituir novo executivo está dependente das posições e acordos possíveis com os partidos religiosos Shass e Degel Hatorah.

Como é sabido, a queda do governo de Shamir deve-se à recusa em viabilizar o plano Baker de negociações israelo-palestinianas, plano americano aliás ambíguo e limitado. Mas parece que em Israel, ao nível do poder, há quem receie qualquer possível caminho de paz, qualquer contacto nesse sentido com palestinianos que possam defender os legítimos interesses do seu povo.

Num momento em que a Namíbia festeja finalmente a consagração da independência e na África do Sul se preparam negociações de De Klerk com o ANC, o menos que se pode dizer é que o poder em Israel anda francamente atrasado na História.

Um facto que nem só nesta sistemática recusa de negociações se reflecte, mas também na continuidade de uma política de ocupação pela força militar e de selvagem repressão.

A semana passada, uma criança palestiniana, com apenas 10 anos, foi abatida a tiro na aldeia de Dannaba por soldados de Israel. Aliás, a maioria dos mortos da Intifada são extremamente jovens e uma boa parte das crianças, como tem vindo a ser denunciado por diferentes organizações internacionais, nomeadamente de defesa dos direitos humanos e sindicais.

Por outro lado, foram recentemente retomados os trabalhos de construção de uma estrada em terrenos confiscados a sete localidades do sul do Líbano. As obras decorrem no sector de Chebaa, numa região fronteiriça entre Israel, a Síria e o Líbano e a primeira acção das forças ocupantes, ligada à construção desta estrada, foi a expulsão de camponeses que viviam e trabalhavam nas sete localidades arrasadas. Já em Junho, as tropas israelitas tinham anexado mais 20 quilómetros quadrados noutros sectores do sul do Líbano.

Uma tal política só pode ser prosseguida mediante a repressão — uma realidade que marca a vida quotidiana, em particular nos territórios ocupados.

De que formas se reveste essa prática repressiva, damos aqui um breve testemunho.

Ver só céu, areia e os guardas...
Testemunho de um palestiniano sobre o campo de «Ansar 3»

Aqui reproduzimos, praticamente na íntegra, uma breve entrevista, concedida a «Flashes», boletim informativo da Federação Sindical Mundial (FSM), por um palestiniano que esteve preso no campo de concentração de **«Ansar 3»**, construído por Israel no deserto de Néguev, cinco meses depois do início da Intifada.

— Quais são as dimensões e a organização do campo de concentração?

— O campo é constituído por quatro partes: A, B, C e D, e subdivididas em cinco secções com seis tendas cada uma. Em cada tenda são acumulados 23 a 28 presos. Em certos períodos pudemos contar no campo 4600 a 5600 presos. E ainda que o Supremo Tribunal de Israel tenha tomado a decisão de que o número de prisioneiros não deveria ultrapassar os 21 por tenda, a administração militar de «Ansar 3» nunca levou isso em conta.

«Cada grupo de tendas é rodeado de um terreno delimitado por duas barreiras de arame farpado. A barreira exterior é recoberta com tecido de sacos, para que os prisioneiros não possam ver mais que areia por baixo dos seus pés e o céu por cima das suas cabeças e, naturalmente, os soldados de guarda».

— E os interrogatórios?

Para além dos militares, está estacionado no campo de concentração um destacamento da polícia de segurança — a «Shinbeit».

«Ela está encarregada de interrogar os prisioneiros, sendo o seu objectivo «persuadi-los» a colaborar e a denunciar os outros presos. Mas as actividades da «Shinbeit» não muito bem sucedidas, devido ao bom moral que reina entre os prisioneiros. As relações entre estes caracterizam-se por um espírito de solidariedade. Conseguimos reforçar os laços entre nós. Preparamos as nossas próprias refeições na cozinha do campo, encarregamo-nos da limpeza e organizamos cursos de alfabetização para os presos analfabetos».

— Como era a vossa alimentação? De que alimentos dispunham?

«Do mínimo que estritamente nos permitisse sobreviver. Nem leite, nem queijo, nem fruta ou carne fresca. De manhã, distribuíam-nos 70 gramas de feijão, quatro pequenos bocados de pão e uma chávena de chá. Ao jantar comíamos arroz, uma papa de trigo, e por vezes carne de conserva. A refeição da noite era constituída por uma sopa, frequentemente uma mistura chamada «pika», que se dá às vacas.

«A colher de plástico fornecida a cada novo preso — gravada com um número e não com o seu nome — numa era substituída se se partisse ou perdesse».

— **Essa alimentação tinha com certeza consequências negativas sobre a saúde dos presos.**

«Em seis meses de prisão perdi 16 quilos. Também fiquei doente por causa da má qualidade da alimentação».

O respeito pelos direitos do povo palestiniano, é a única via para a paz. A sua negação está na base da própria crise que lavra em Israel, e da guerra que se arrasta, com diferentes expressões, nesta zona do mundo

Numerosas informações foram ainda fornecidas pelo entrevistado factos particularmente graves, em relação à forma como os presos são tratados.

Por exemplo, a 16 de Agosto de 1988, o comandante do campo, o general Tsimeh, abateu à metralhadora três presos. A comissão governamental encarregada do inquérito ainda não publicou o seu relatório.

Nas tendas, para além de umas esteiras, «não havia nada, nem cadeiras nem mesas. As roupas distribuídas no dia da chegada ao campo nunca eram renovadas, independentemente da duração do período da detenção. Em caso de crise cardíaca, a aspirina era considerada como remédio universal. Coabitávamos com serpentes e escorpiões».

«Entretanto, o aspecto mais grave na vida do campo de «Ansar 3», é a tentativa permanente de quebrar o moral. Assim, em cada duas ou três semanas, os presos eram transferidos para sectores diferentes, com o objectivo de destruir o nosso sentimento de unidade».

Até que ponto os presos estavam separados do mundo exterior?

«As famílias não nos podiam visitar porque os israelitas tinham declarado «Ansar 3» como «zona militar interdita». Quando os advogados nos vinham ver, comunicávamos com eles gritando através de uma rede. Dois ou três guardas estavam permanentemente presentes e ouviam o que dizíamos. Só podíamos mandar uma carta por mês. O correio que nos era enviado era controlado e retido várias semanas pelas autoridades antes de chegar às nossas mãos.

«De tempos a tempos, podíamos subutilizar jornais, em inglês ou hebreu, que algum guarda desatento deixava entrar. O nosso comité de tradução encarregava-se da tradução.

Assim, a maioria dos presos tinha acesso às notícias do exterior.

«As relações com alguns dos nossos guardas eram bastante boas. Discutíamos com eles e era evidente que nem todos estavam de acordo com o que se passava no campo. Alguns ofereciam-nos cigarros. Para evitar o perigo da confraternização com os soldados, que nalguns casos partilhavam o nosso desejo de instaurar a paz na Palestina, era feita uma mudança de pessoal de 24 em 24 dias». ■

Pontos Cardeais

O sucesso escolar

A TV às vezes arranja maneira de nos embasbacar. Não falamos das séries televisivas em que o repórter Fino rivaliza com os tipos da missão impossível. Falamos dos membros do Governo que vêm ao écrã demonstrar a bondade da sua política.
Recentemente, Roberto Carneiro apareceu. Disse, na frente de todos nós — só telespectadores éramos vários milhões, que país e professores estavam contentíssimos com a prova de «cultura geral», em que 95 mil estudantes se desunham a demonstrar o seu saber na corda bamba de um critério subjectivo que ninguém sabe o que é, para apanharem um lugarzito entre os 45 mil que se encontram relativamente vagos.
Por seu lado, a reportagem mostrava exactamente pais e professores. A explicarem, eles, que sabem o que filhos e alunos sabem, que esta prova não tem pés na cabeça. Havia-os indignados. Alarmados. Zangados.
Mas quem sabe disto, acima de todos, é o Grande Sábio. Por isso ele é ministro. Por isso é o Grande Intérprete. E se ele diz que toda a gente está contente, lá deve ter as suas razões.

Ora droga!

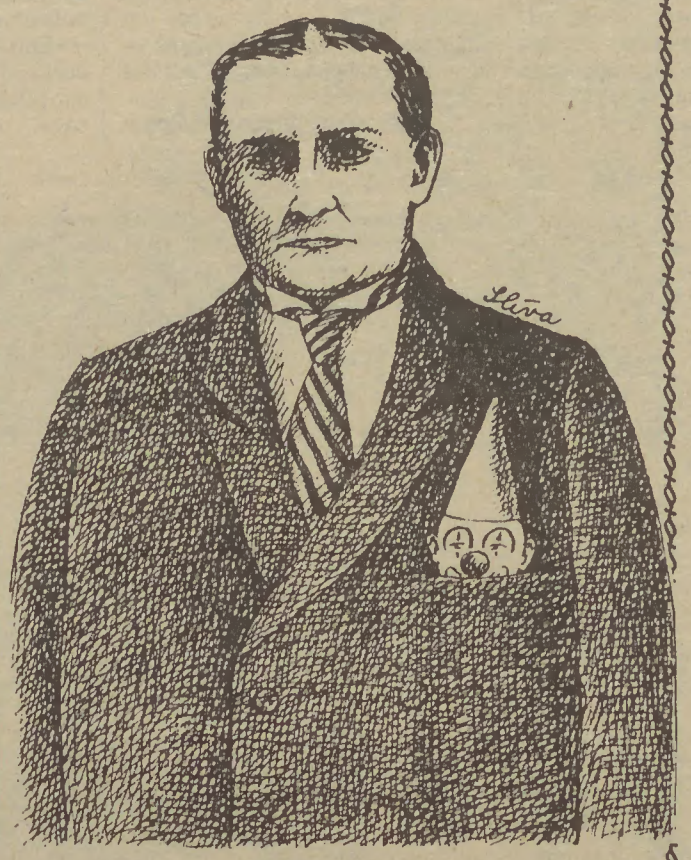
Uma ilustre escritora francesa, que se distinguiu primeiro pela sua precocidade — onde isso vai, agora que já passou dos cinquenta — e depois pela leveza da angústia que perpassa nos seus livros, e depois ainda pela animada e decadente vida que a liga à alta sociedade parisiense, foi condenada.
Os seus romances eram maus?
Eram subversivos?
Nada disso. Apenas aconteceu que foi encontrada na posse de nada menos de 300 gramas de heroína e cocaína — cerca de 13 mil contos de pós brancos.
Isto foi há dois anos, e a publicidade deve ter-lhe feito render mais do que o dinheiro perdido.
Agora, a escritora foi condenada.
Mas a pena deve-lhe ter deixado apenas uma leve angústia. Seis meses de prisão, com pena suspensa. E 260 contos de multa.
A gente pergunta: e se ela fosse **apenas** uma pequena traficante? Que fosse apanhada com aí uns cem gramas de pó? Quantos anos apanharia? Quantos contos de multa?

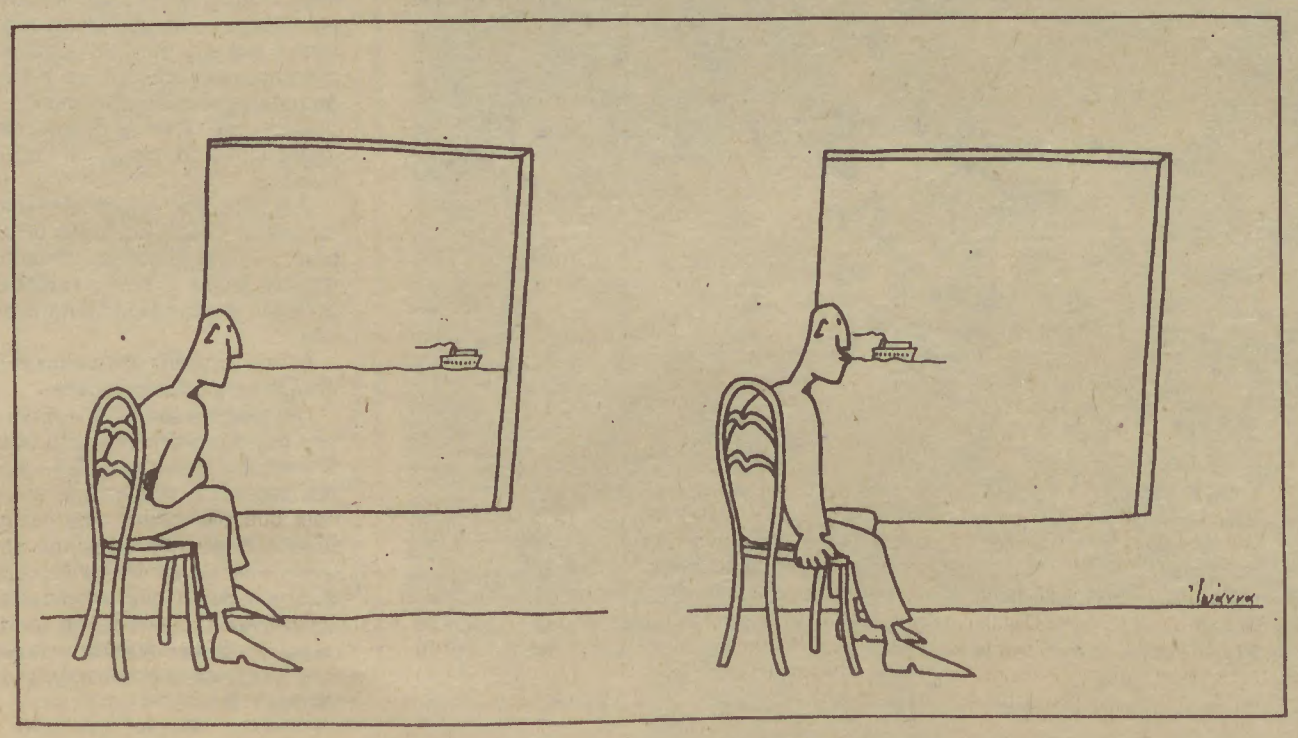
Enxaqueca

João Fernandes, ilustre escriba do igualmente ilustre «o Diabo», publica anteontem, mesmo por baixo do sempre ilustre João Coito, as suas preocupações com uma enxaqueca que anda por aí a chatear a Classe Média.
Para aquele senhor, a situação está assim: «Que os ricos vivem hoje bem em Portugal, ninguém tem dúvidas. Os pobres em Portugal também não estão mal. Quem deita contas à vida é a classe média». Que grande classe!
E o homem explana na imensidão de meia página esta tão... tão... tão... ideia.
Para dar um cheirinho dos fortes argumentos de Jê Fê, repare só no que ele diz sobre os pobres: «Os pobres em Portugal também não estão mal. Vivem em barracas, comem pessimamente, sofrem agruras sem fim, mas é isso exactamente que se espera dos pobres. Têm a seu favor a serenidade com que enfrentam o futuro». Nem mais!
Agora «quem de facto deita contas à vida é a classe média. Das duas, uma: ou o dinheiro não chega e é um sofrimento, ou chega, sobeja mesmo um pouco e ainda é pior». Que arrelia!
A coisa está tão mal, que o senhor Jê Fê sente ganas de «espremer a cabeça» (sic) para conseguir «uma aspirina que tirasse as dores de cabeça à «classe média» portuguesa.
Porque ela anda claramente com enxaqueca e isso talvez explique porque é que vai tudo tão bem e os portugueses andam com cara de quem sofre de azia».
Extraordinário!
Só se safa, Jê Fê, se espremer bem a cabeça. Esprema muito, que, a julgar pela sua prosa, tem nos neurónios muita coisa nada saudável.

Cultura e boas maneiras

E pronto. Toda a gente pensava que o ultra do PSD, Santana Lopes, alçado ao Governo para tratar das coisas da cultura, não ia fazer nada, ou, pelo menos, ia fazer pior que a sua antecessora. Mas não. O homem acabou de constituir um Conselho da cultura, com conselheiros para aconselharem. Tudo nos conformes e com as devidas vénias para tratarem do património. Tudo com boas maneiras e boas gravatas.
A cultura está cada vez melhor de saúde. Mais conselheiral. *Mais honoris causa*. Mais distante. Para a gente poder admirar. De longe.





Gazetilha

por Ignotus Sum

Mas tanto?

As toneladas de ouro eram seiscentas
e foram para a América, a dar juro.
Cedo, o governo apanhou nas ventas:
não era o Banco lá muito seguro...

Foram-se ao ar as ditas toneladas.
Vem o governo a dar explicações:
são especulações exageradas
perdemos *só* uns dezoito milhões...

Milhões de contos, não milhões de cobres,
desfizeram-se em pó.
O que me espanta, num país de pobres,
mais do que tudo, é aquele *só*.

Que nos ofendam, já nem causa espanto.
Mas tanto?...

A lição

Ouvi o Duarte Lima
na TV, que é grande tacho.
Carrega, quem está por cima
aquele que está por baixo.

Agora, pobre do Freitas,
sofre todas as maleitas.
O PSD ataca
à paulada e à matraca.
O Freitas do Amaral
é o símbolo do mal
mentiroso, etc e tal.
Só quando foi candidato
do Cavaco muito grato
é que era genial...

Foi no bote, foi no bote.
E o calote? E o calote?...

PSD não vai nisso.
A lição é bem severa:
quem lhe aceita um compromisso
sabe já o que o espera...

Quero ser ministro...

Quero ser ministro, quero,
é uma coisa que eu venero
e me calha muito bem
Quero ser ministro, claro,
simples, modesto, preclaro,
muito filhinho da mãe.
Quero ser ministro, ora,
nem que seja por uma hora...

Mas venha o destino vário
dizer-me duro, marmanjo,
que não; subsecretário
pois já me fazia arranjo.
Sim, porque eu cá não sou anjo
mas pragmático no erário.
Secretário ou sub, enfim,
já me dava jeito a mim...

Lá no Poder eu podia
quanto pudesse poder
e muito pode hoje em dia
quem tem poder pra fazer.
Quem pode aquilo que pode
se não pode, quem lhe acode?
Se não pode o que puder
de que serve ser Poder?

Ministro quero uma hora
ser ao menos. De longada,
raspo-me de lá para fora
sento-me numa privada
com um lugar excelente
dar à perna, dar ao dente...

Sim, porque quem quer ganhar
antes tem de semear...

Congresso/

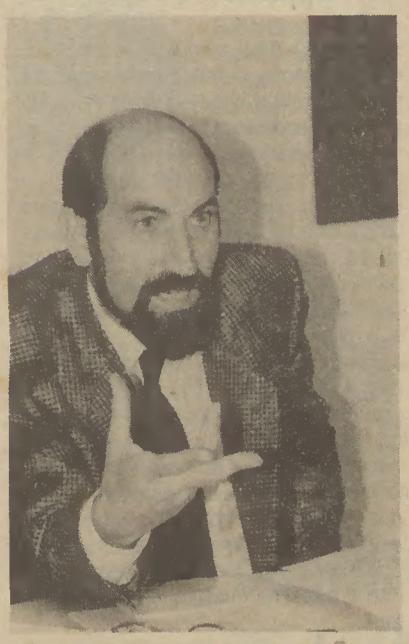
Avante!

Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
4.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Mesas Redondas

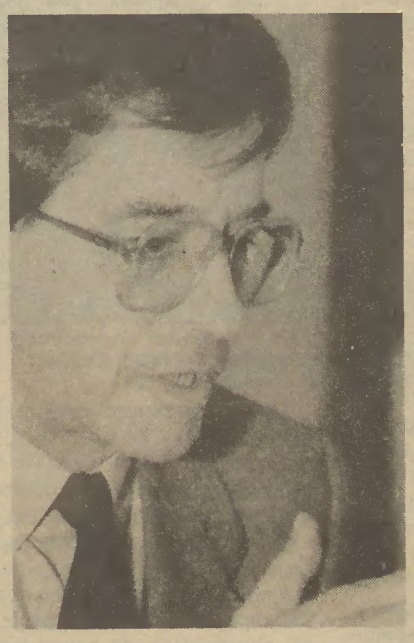
Economia planificada e economia de mercado

com



Lino de Carvalho, membro suplente do Comité Central do Partido e deputado à Assembleia da República

Joaquim Pina Moura, suplente do CC

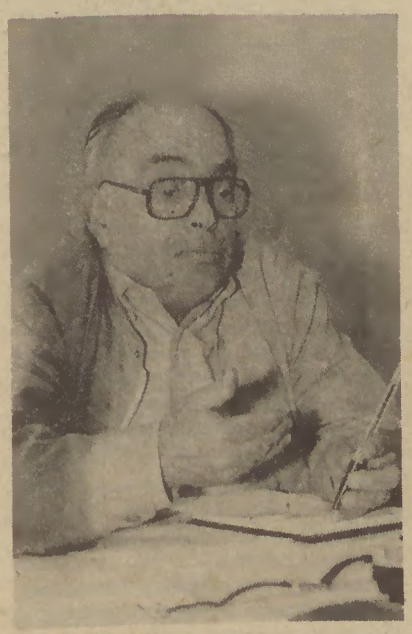


Joaquim Miranda, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu

Octávio Teixeira, suplente do CC e deputado à AR

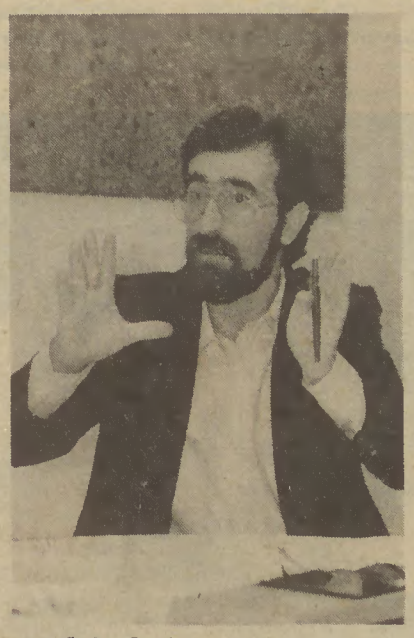
PCP, organização, quadro de funcionários e experiência de trabalho

com

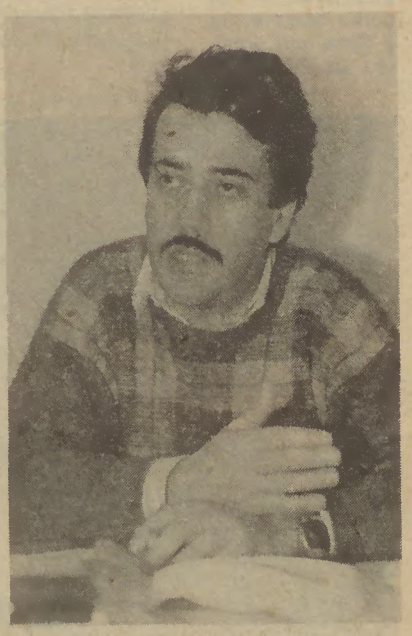


José Vitoriano, membro da CCCQ

Blanqui Teixeira, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros do Comité Central



António Andrez, membro do CC



Vasco Paiva, membro do CC

Álvaro Cunhal em Lisboa e Alpiarça

O debate de um grande colectivo

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

Continuando a participar em iniciativas realizadas no âmbito da discussão das Teses para o XIII Congresso (Extraordinário), o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, **esteve na passada sexta-feira no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa, no** Plenário distrital de quadros das células de empresa da ORL **e, no domingo, no** Encontro regional de quadros da ORSA **realizado em Alpiarça, a que se seguiu um almoço-convívio comemorativo do 69.º aniversário do Partido. Acorreram às iniciativas muitas centenas de camaradas, com várias dezenas a apresentar de viva voz opiniões, dúvidas, comentários, críticas, sugestões, etc., num ritmo e vivacidade que, no caso do plenário da ORL, atirou a sessão para mais de uma hora além do previsto.**

Duas linhas de força se impuseram no debate de sexta-feira à noite durante o plenário distrital da ORL: uma apontando para a defesa do centralismo democrático como ele é praticado no PCP — discussão democrática das questões e aceitação das decisões alcançadas por maioria — a outra defendendo o reforço das células do Partido e ambas merecendo calorosos aplausos da assistência. Outra nota a assinalar refere-se à quantidade de intervenções produzidas — 19, mais exactamente — o que, como dissemos, obrigou ao prolongamento da sessão por mais de uma hora. Já passava da meia-noite quando o secretário-geral do PCP pegou de novo no microfone para uma intervenção final, isto quando o encerramento estava previsto para as 23.30. Mas comecemos pelo princípio, embora, como sempre e dada a escassez de espaço, condensando as intervenções proferidas.

«Já dei murros na mesa...»

O primeiro interveniente no debate começou por abordar uma questão que ganha sempre relevo nas discussões do Partido: a situação nos países socialistas. Afirmando que «as coisas no Leste não aconteceram de um dia para o outro — veja-se os debates sobre a economia soviética nos anos 60», este camarada considerou que há que responder à opinião pública, que julga «o PCP tem responsabilidades históricas na imagem falseada do socialismo real», afirmando que «o problema não está na falta de sinceridade dos dirigentes do Partido, mas na quebra de confiança que isso produziu».

Dois momentos do encontro da DORSA para a discussão das Teses ao XIII Congresso (Extraordinário)

O segundo orador reagiu à designação de «países de Leste» perguntando, a propósito, «como designar as relações de produção ainda existentes nesses países — são socialistas ou «de Leste»? defendendo depois o reforço da organização do Partido, nomeadamente articulando o trabalho nas células de empresa e nas de Freguesia ou bairro, a redifinição de novas formas de pagamento aos funcionários do Partido de modo a estes ganharem melhor, e a rotatividade dos quadros. Criticou ainda quem anda a discutir o Partido fora das organizações, testemunhando que «cá por mim já dei muitos murros na mesa dentro do meu organismo e no fim chegamos sempre a uma conclusão», inquirindo por isso que «se com tal actividade fora das regras definidas querem fazer do PCP quatro ou cinco Partidos, porque não escolhem outro?!...»

Coisas que avançam

Seguiu-se uma camarada que chamou a atenção para as pesadas despesas do Partido, enquanto um camarada da Sorefame lamentava «que não esteja aqui a TV para ver como a gente discute e descobrir se, afinal, somos os tais ortodoxos, fechados», retomando depois a questão dos países socialistas considerando que «não foi a classe operária que desapareceu nesses países», mas os partidos comunistas que se foram desligando dela, ao mesmo tempo que não acompanhavam o desenvolvimento, «e aí é que esteve o problema», voltando assim à importância das células do Partido, ao aproveitamento profícuo dos funcionários («quem toca muitos burros algum fica para trás») e apelando à rentabilização dos quadros intermédios dentro das empresas. «A ligação às massas é a questão central», frisou.

O camarada seguinte assinalou também a necessidade de se melhorar o vencimento dos funcionários, outro apelou ao trabalho com a juventude e outro ainda considerou que, nas Teses, «há uma descrição demasiado exaustiva das questões sindicais», quando se devia apontar mais para as grandes orientações nesta matéria, enquanto o centralismo democrático era veementemente defendido a seguir.

A notícia dada por um camarada de hotelaria de que «estão neste momento à porta do Sheraton 400 trabalhadores em luta, dos 600 da empresa só 15 estão a trabalhar e isto dura há dois dias» arrancou vibrante ovação à assistência, sobretudo quando o portador da novidade sublinhou que «quando as coisas são bem organizadas, elas avançam».

Homem novo

Neste ponto já se tinha ultrapassado largamente o horário e há quase uma hora que se pedia aos intervenientes que não excedessem os cinco minutos no uso da palavra, coisa que toda a gente procurava acatar mas depois... lá ia «só mais uma coisinha».

«Mais uma coisinha» não foi o que disse um camarada da TAP que, num discurso irónico, retorquiu a algumas questões entretanto levantadas, nomeadamente a de o PCP «ter defraudado a informação» sobre os países socialistas, pois havia coisas que não se sabiam, ou a articulação do trabalho entre as células de empresa e as de residência, dizendo que há camaradas «que se desculpam com cada uma delas para faltarem a ambas».

Um jovem que falou a seguir produziu uma intervenção vibrante, ora respondendo também à questão da falha de informação sobre os países socialistas, exemplificando consigo próprio que, tendo lá estado, não pudera interpretar convenientemente os aspectos desagradáveis ou contraditórios, ora defendendo que, independentemente dos grandes erros e desvios cometidos, o «homem novo» do socialismo está aí, «como vemos nos cubanos que deram voluntariamente a vida em Angola ou os milhares de professores, também cubanos, que se ofereceram voluntários logo que souberam que haviam assassinado professores na Nicarágua». «Se isto não é o homem novo, então o que é?!...» perguntou.

Um grande colectivo

Álvaro Cunhal, na sua intervenção de encerramento, começou por chamar a atenção para a «necessidade de colher em cada reunião o que haja de essencial» e transmiti-lo, para que não se perca a riqueza dos debates, posto o que referiu a questão dos países socialistas. «Na verdade acreditámos demasiado no que nos diziam os responsáveis dos partidos respectivos», exemplificando que havia camaradas que informavam, perante os outros, que ali havia um trabalho colectivo e, afinal, não. Aliás «conceber o Partido como um grande colectivo» é uma ideia que os comunistas portugueses adoptaram, desenvolveram e aprofundaram singularmente. Quanto à questão se alguns desses países ainda são socialistas, o secretário-geral do PCP observou que as suas estruturas socioeconómicas não o são, mas alguns marcham para elas.

A este propósito Álvaro Cunhal recordou que uma multinacional não precisa de 49% para dominar uma empresa; desde que esta esteja em dificuldades, basta à multinacional deter 15% e controlar os créditos e os financiamentos para tomar conta dela, o que não constitui propriamente uma novidade, como nós bem sabemos em Portugal... Quanto à apreciação que o PCP faz dos acontecimentos nos países socialistas, sublinhou que não há nada que autorize dizer-se que o Partido atribui só a erros humanos o que se está a passar nesses países, tendo ocorrido «concepções e práticas que ultrapassam o erro humano» e conduziram às graves situações agora conhecidas.

Desenvolvendo este tema, Álvaro Cunhal qualificou de absoluto disparate considerar o PCP um Partido «dócil» no quadro histórico do Movimento Comunista Internacional, recordando que o PCP se desligou da Internacional Comunista em 1938 por desacordo com funcionamentos autoritários de então e, até 1947, não teve qualquer ligação com o Movimento Comunista Internacional, a não ser com os camaradas espanhóis; o Partido procedeu à sua reorganização de 1940-41, tendo sido o próprio Álvaro Cunhal quem foi encarregado, em 1947, de restabelecer relações. Entretanto houve partidos que enfraqueceram, mas continua a haver comunistas e o PCP defende, naturalmente, a ligação ao Movimento Comunista Internacional.

O secretário-geral do PCP abordou ainda o trabalho autárquico, a integração portuguesa na CEE, a discussão democrática no seio do Partido, etc., manifestando-se de acordo com diversas posições avançadas no debate, nomeadamente o reforço das células do Partido.

■ **HC**

Em Alpiarça também se almoçou, numa iniciativa que coroou a discussão das Teses com o assinalar do 69.º aniversário do Partido. Estava muita gente, como sempre — e, como sempre, foi a festa que presidiu ao convívio

«Nas reuniões em que eu estive...»

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

A procissão ainda vai no adro, é costume dizer-se quando o mais importante está para vir. O debate no Partido em torno das Teses para o Congresso começou há pouco, e a generalidade dos militantes só agora começa a familiarizar-se com as principais questões que vão estar no centro do Congresso. Para isso têm contribuído muito as iniciativas que de Norte a Sul do País são promovidas para a sua divulgação e discussão. Nesta primeira fase cresce o número daqueles que procuram nas Teses resposta para as questões vitais da actualidade. São já muitas as contribuições que resultam do debate colectivo, e que sem dúvida irão reforçar, no plano ideológico e teórico, o Partido. Mas, como se disse, a procissão ainda vai no adro...

Ligar o conteúdo das teses à acção do Partido

«Está a ser um debate muito participado que terá inevitáveis reflexos positivos no imediato da vida do Partido», afirmou ao «Avante!» José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, reportando-se a impressões colhidas ao longo de muitas reuniões em que esteve nos últimos dias.

«Participei em reuniões realizadas em vários concelhos de Lisboa, designadamente na própria cidade de Lisboa, na Amadora, em Loures, etc. No total o número de presenças ascende a mais de quatrocentos camaradas.

«Os debates são muito animados, por vezes mesmo muito ricos, em que, de uma forma geral, os temas são abordados profundamente, sobretudo a situação nos países socialistas, suas causas e consequências, as questões relacionadas com o Partido, a situação nacional, vias e formas de desenvolvimento da luta, com vista a se conseguir a alternativa democrática no nosso país.

«Em termos de participação, este debate das Teses aqui no distrito de Lisboa, embora com oscilações de organização para organização, tem-se revelado em muitos casos superior ao debate preparatório do XII Congresso.

«Tendo em conta que no período de elaboração das Teses se realizaram cerca de quatrocentos plenários de militantes, para discutir esta problemática, podemos dizer que a discussão agora em curso é a continuação da que decorreu nos fins de Janeiro e durante o mês de Fevereiro, a qual envolveu muitos milhares de pessoas e que naturalmente foi considerada no texto do documento.

«No que respeita ao Partido, está a fazer-se uma discussão, onde se procura encontrar solução para problemas e dificuldades que se prendem com o funcionamento e com o reforço da sua ligação às massas, etc.

«Estas reuniões de debate das Teses são muitas vezes locais para a resolução de problemas concretos de cada organização. Estive recentemente numa assembleia de militantes onde não existia Comissão de Freguesia. O momento foi logo aproveitado para a eleição daquele organismo que assegurará a direcção do Partido até à Assembleia de Organização que ficou de convocar.

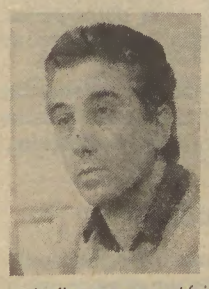
«É também frequente serem abordadas as lutas que se travam nas empresas, o que indica que o debate das Teses deve situar-se nas lutas concretas, no papel da célula do Partido, na acção dos militantes, do secretariado da célula, no trabalho com as estruturas unitárias. O debate creio que sai enriquecido com esta ligação do conteúdo das teses, à acção prática do Partido no dia-a-dia.

«Por outro lado, é nota o seguinte: comparando com o XII Congresso, e continuando a verificar-se um número de militantes que não leu as Teses, há muito mais gente que as leu reflectidamente. Isto deve-se ao facto de as Teses conterem toda a problemática que hoje é grande preocupação dos nossos militantes, que desejam discuti-la e ver discutida no Partido.

«No distrito de Lisboa, estamos a fazer um esforço muito grande no sentido de atrair à discussão o maior número de militantes. Em certos casos está a avançar-se para uma reunião específica para cada capítulo, bem como nalgumas organizações se optou por, numa primeira fase, se fazer uma discussão descentralizada, nos diversos bairros de uma freguesia e só depois numa assembleia plenária, com vista a que nessas reuniões haja mais pessoas a participar e seja possível um maior aprofundamento das questões.»

Vontade de superar as insuficiências

Vidal Pinto tomou parte neste último fim-de-semana numa sessão pública em Portimão, e nos plenários das organizações de Alcântara e Belém, em Lisboa.



«Foram boas iniciativas que correspondem ao objectivo da actual fase da apresentação dos documentos, ou seja, em minha opinião, da abertura de uma primeira fase dos trabalhos preparatórios do Congresso.

«Isto não significa que o debate não se desenvolva. Após uma primeira intervenção onde se tenta expor com algum pormenor o conteúdo das Teses, o debate estabelece-se com facilidade, embora denotando que grande parte dos presentes não leu ainda as Teses.

«O interesse maior dos camaradas relativamente ao conteúdo das Teses vai para os acontecimentos nos países socialistas, em que é manifesta a apreensão geral quanto à evolução da situação. Surgem neste contexto interrogações e dúvidas sobre se tudo quanto se está a passar não é exactamente uma consequência da teoria e dos princípios que defendemos. A falta de informação sobre a realidade destes países é também uma questão que aparece com muita frequência nestas reuniões.

«Penso, no entanto, que quando retomamos o enunciado das Teses fica claro que os erros e mesmo os graves desvios do ideal comunista, verificados nos países socialistas não podem pôr em causa a verdade histórica das realizações alcançadas no socialismo, o que é um dado comprovativo também do valor do próprio socialismo, pelo menos até determinado momento.

«Por outro lado, à medida que se recorda o papel que tem tido o nosso Partido, ainda que referido o conteúdo autocrítico expresso nas Teses em debate, é nítida a adesão da assembleia e o acordo estabelece-se.

«Anotei com satisfação, no decorrer das sessões, a grande solidez dos presentes em torno da razão e significado do ideal comunista, da identidade do Partido, suas características fundamentais, que constituem um elo muito forte na unidade dos comunistas.

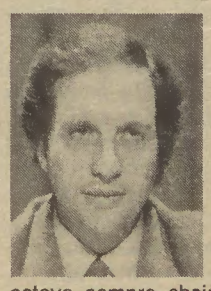
«No que respeita aos problemas de organização, as intervenções centram-se na necessidade dos comunistas terem maior poder de atracção nas células de empresa, no papel dos funcionários, etc., no fundo trata-se da necessidade de reforçar o Partido nos diversos níveis. Neste sentido, registei uma grande vontade para superar as actuais dificuldades, o que implica também um maior envolvimento de todos.

«Foram ainda feitas muitas referências negativas a camaradas que insistem em fazer as suas críticas fora do quadro normal de funcionamento do Partido, salientando-se o que dizem é muitas vezes utilizado contra a luta dos comunistas.

«Uma das vantagens destas primeiras reuniões é que muitos camaradas presentes dão-se conta do valor e interesse das Teses, ficando ganhos para o seu estudo, o que os leva depois a serem eles próprios a dinamizar o debate em torno destas questões junto de outros camaradas.»

Debates vivos e interessantes

Carlos Carvalhas, membro da Comissão Política do PCP e eurodeputado, considerou, em declarações ao «Avante!», como muito vivas e interessantes as iniciativas em que participou para apresentação e discussão das Teses.



«No passado fim-de-semana, estive em reuniões diferentes, uma delas foi com os intelectuais, no Porto, outra em Matosinhos com independentes. De notar que a sala esteve sempre cheia em ambas as iniciativas e o interesse dos presentes foi visível na quantidade de intervenções.

«No encontro com intelectuais, debatemos as Teses sobretudo nas questões relativas às classes, população activa sua distribuição, alterações de comportamento, a situação económica e financeira do País e a integração na CEE.

«Em relação às mutações sociais houve o cuidado de fazer uma abordagem mais rica tendo em conta afirmações doutros pensadores que não se filiam na escola marxista, mas também uma grande atenção para não decalcarmos e transladarmos para Portugal situações e estudos que estão longe de se verificar na nossa realidade.

«Foi um debate que todos consideraram vivo e bastante rico, em que houve contribuições positivas, sobre muitos pontos de vista, procurando-se avançar na reflexão sobre este tema. Mais do que dar uma solução, procurou-se pôr na mesa as principais linhas de força para que cada um julgasse. Naturalmente, assinalou-se a necessidade de aprofundar o tema, por se encontrar ainda insuficientemente caracterizado.

«A reunião revelou, um bom conhecimento das teses, registando-se, no essencial, grande concordância. Isto não impediu que se chamasse à atenção para aspectos mais fracos, para este ou aquele ângulo de abordagem, mas sempre com uma grande preocupação de chegarmos às melhores soluções. Portanto, não uma crítica pela crítica, mas uma crítica, uma sugestão, uma chamada de atenção, uma proposta, o que foi bastante interessante e bastante produtivo.

«Tanto quanto posso julgar, há uma grande preocupação no Partido de contribuir para encontrar as melhores soluções nas Teses, e isto quer pela afirmativa, quer pela interrogativa.

«No domingo estive noutra reunião em Matosinhos, desta vez com independentes. Esta iniciativa decorreu à volta de uma mesa, num ambiente informal, muitos estavam de pé, interrompendo a qualquer momento. Não havia propriamente um tema e, como a maioria dos presentes não tinha ainda lido as Teses, fizemos quase uma visita guiada a alguns aspectos do documento.

«As perguntas foram muito variadas, desde os acontecimentos dos países da Europa Central de Leste, até às questões da vida nacional, do Partido, merecendo talvez maior realce a grande afirmação comunista, progressista e socialista dos presentes, a importância que o Partido Comunista tem e deve manter na sociedade portuguesa.

«Por fim referiram-se questões ligadas à ecologia e salientou-se neste sentido que o Partido precisa de reforçar a sua componente ecológica.»

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

Mesa redonda

PCP, ORGANIZAÇÃO, QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Renovar, descentralizar, responsabilizar

– alterações no presente com os olhos no futuro

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

PCP, organização, quadro de funcionários e experiência de trabalho foram temas para uma mesa-redonda com a participação dos camaradas Blanqui Teixeira **(BT), do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros,** José Vitoriano **(JV), também deste último organismo do Comité Central,** Vasco Paiva **(VP)** e António Andrez **(AA), ambos do CC. Blanqui Teixeira e José Vitoriano abordaram as questões numa perspectiva mais geral, enquanto Vasco Paiva e António Andrez avançaram exemplos concretos das organizações que mais directamente acompanham:** Trás-os-Montes **e a cidade de** Lisboa**, respectivamente. Aspectos fundamentais da intensificação da vida democrática do Partido, a reestruturação do trabalho organizativo e de direcção, a necessidade de ligar mais o Partido e as organizações às realidades e aos problemas concretos das populações e dos trabalhadores, a crescente responsabilização de camaradas nas tarefas de direcção, o acompanhamento dos militantes, a dinâmica do trabalho colectivo, etc. — foram tópicos desenvolvidos pelos dirigentes do PCP presentes nesta mesa-redonda.**

As dificuldades que se sentem no trabalho do Partido, na sua organização e no conjunto da sua actividade foram abordadas pelos participantes nesta mesa-redonda do «Avante!» logo no início do debate.

BT — As condições objectivas em que o Partido trabalha estão intimamente ligadas à situação política do País, marcada, como se sabe, pelo ataque sistemático às conquistas democráticas do 25 de Abril e agravada pela política dos governos PSD de Cavaco Silva.

Para além dessas condições objectivas existem outros problemas: a campanha contra o Partido e a repercussão no nosso país dos acontecimentos que se verificam no leste europeu.

Instabilidade nas empresas

JV — O Blanqui aludiu a algumas dificuldades fundamentais com que o Partido hoje se debate devido a uma situação política específica, caracterizada, entre outros aspectos, por uma grande repressão patronal nas empresas. Vive-se em muitas delas uma profunda instabilidade. Temos o trabalho precário, a prazo, à peça, ao dia, à hora. Temos as subempreitadas. Vive-se, de facto, num número significativo de empresas, um clima de insegurança, que arrasta consigo fenómenos de perseguição política, de ameaças e chantagens. Muitos operários e trabalhadores, sendo embora comunistas convictos, têm por vezes receio de se revelarem como tal, temendo as piores consequências.

Naturalmente que situações destas dificultam a estraturação do Partido, o trabalho organizativo regular nas empresas, base essencial da organização.

VP — Hoje há uma situação social e económica, por um lado, política por outro, a que o Partido, a que as organizações não são imunes em termos da sua própria estrutura. Cria-se, assim, a necessidade de verificar no concreto quais são as dificuldades do Partido e como as ultrapassar.

Há uma menor militância num certo nível. Sobretudo há maiores dificuldades para que essa militância se possa exercer. E só a título de breve parêntesis veja-se: o salário que um determinado trabalhador tinham aqui há 15 anos hoje está nitidamente desvalorizado; logo, ele tem que recorrer muito mais a outras actividades, procurando umas horas extras, um «gancho» para arranjar mais uns tostões ao fim do mês. E a disponibilidade?

Temos nas organizações sérios problemas de transportes, de limitações financeiras.

Há, por um lado, uma diminuição da militância e, por outro, uma diminuição dos quadros e dos fundos que o Partido pode dispor para fazer o seu trabalho de organização. Tudo isto conduz a determinadas situações, incluindo a redução do número de funcionários do Partido.

Esta situação põe questões ao Partido. Temos de encontrar estruturas orgânicas mais flexíveis. Temos de caminhar para uma progressiva responsabilização de mais militantes e aos mais diversos níveis.

Potenciar a força do Partido

«Av.!» — Numa palavra: há que introduzir alterações...

VP — Sem dúvida! Temos que introduzir alterações na estrutura orgânica do Partido e as próprias Teses apontam para aí.

No entanto, se virmos bem, esta preocupação em alterar, em renovar, em adaptar o Partido às novas realidades não é propriamente uma novidade. Já o XII Congresso apontava para a necessidade de uma responsabilização maior dos militantes do Partido não funcionários.

AA — Bem, no distrito de Lisboa e nas organizações a que estou mais ligado — Comité Local e sectores da cidade as dificuldades do Partido são, no essencial, as que os camaradas já colocaram.

Aqui em Lisboa desde há vários anos que vimos sentindo a necessidade de potenciar a força que o Partido tem na cidade.

Com um Comité Local responsabilizado por todo o trabalho das freguesias, com um grande número de pequenas empresas, também algumas grandes empresas e depois, à parte, os sectores dos transportes, bancários, seguros, Função Pública, saúde, etc. e sem haver ligação entre estas organizações — o que era mais evidente nas grandes acções na cidade (não só as campanhas eleitorais, mas outras tarefas de envergadura) — registava-se uma certa descoordenação, que impossibilitava inclusivamente um correcto aproveitamento de quadros.

Na Assembleia da organização local de Lisboa, em Fevereiro de 1989, uma das resoluções apontou para a necessidade de, logo a seguir às eleições autárquicas, avançar com uma discussão que conduzisse a uma proposta de direcção **o mais unificada possível para a cidade de Lisboa.**

Descentralização

«Av.!» — Segundo as informações que chegaram à Redacção do «Avante!», a organização local de Lisboa aposta seriamente — segundo a reestruturação em marcha — na descentralização e na maior responsabilização de camaradas não funcionários...

AA — As 53 freguesias da cidade ficarão ligadas a três direcções em que, no fundamental, o trabalho de direcção local fica à responsabilidade desses organismos de zona. Depois, haverá três direcções de zonas de empresas, que coincidem com a reestruturação das freguesias, mas com direcções próprias. Vamos criar também um único organismo para os serviços em que vai estar o **comércio**, os **escritórios** e **hotelaria**. Eram sectores profissionais que estavam separados. Quem vai estar na tal direcção mais unificada? Todos os responsáveis por estas zonas (freguesias e empresas) mais o sector dos seguros, bancários, Função Pública, transportes, sector público e saúde.

Convém também referir que muitas das competências que tinha o Executivo do Comité Local de Lisboa são descentralizadas para as direcções das zonas.

Estamos certos que com estas medidas conseguiremos uma maior aproximação da direcção à base do Partido e uma melhoria no desenvolvimento do trabalho de massas, da ligação aos traba-lhadores e às populações.

De referir ainda que quanto aos organismos de direcção de zonas de empresas e freguesias a sua esmagadora maioria fica à responsabilidade de quadros que não estão a tempo inteiro.

Com toda esta reestruturação esperamos ficar em melhores condições de responder às novas realidades, inclusivamente as decorrentes da vitória da Coligação **Por Lisboa** em 17 de Dezembro último.

As assembleias

BT — As experiências que têm surgido — e algumas já aqui foram relatadas — apontam sem dúvida no sentido da renovação, da descentalização, da responsabilização de camaradas, da adaptação às novas realidades. Penso que será justo sublinhar, neste enquadramento, o reforço da vida democrática do Partido. E neste aspecto queria dar saliência particular à convocação, à realização mais frequente, dum órgão essencial, do órgão superior de qualquer das organizações — **a assembleia.**

A compreensão da necessidade de se levar muito mais por diante a vida democrática das organizações através das assembleias é algo de extrema importância. É nas assembleias que se prestam contas do que se fez; que se definem caminhos de trabalho, luta e organização; e é onde se elegem democraticamente os organismos de direcção, os camaradas que vão dirigir a acção e o trabalho dessas organizações até à assembleia seguinte.

JV — O fundamental é encontrar as formas de funcionamento orgânico do Partido adaptadas à realidade concreta do local, do meio, da zona ou da região em que se vive. Por vezes temos de encontrar formas orgânicas que não são as «clássicas». Sem dúvida que é necessária, como já vem acontecendo em algumas organizações, a iniciativa criativa, a procura e a aplicação de medidas que, no quadro da vida democrática, possibilitem a dinamização e o reforço do Partido.

«Av.!» — As Teses apresentadas pelo Comité Central reflectem estas preocupações com a vida do Partido...

Trabalho colectivo

JV — Exactamente. E já agora permitam-me que sublinhe um aspecto que aí vem e que merece a atenção de todos os militantes: o reforço do **trabalho colectivo**, uma das vertentes mais importantes da nossa vida partidária. Trabalho colectivo que deve significar, naturalmente, a intervenção activa dos militantes, a discussão aberta e profunda, tendo em conta as opiniões, sugestões, propostas e ideias de cada um para o apuramento final das decisões e das orientações.

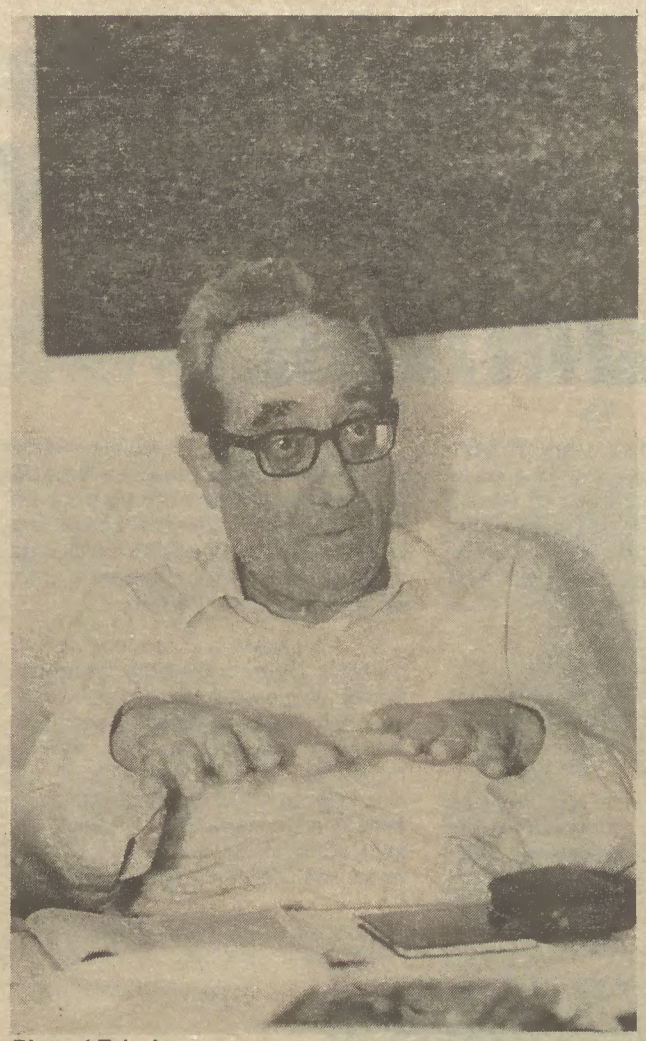
Queria ainda chamar a atenção, a propósito da crescente responsabilização de militantes no trabalho de direcção, para o facto de, como nos mostra a experiência, ser no trabalho que os quadros se revelam. Se um militante do Partido nunca é chamado a tarefas de responsabilidade, onde tenha oportunidade de revelar o seu sentido criativo, a sua dedicação, o seu dinamismo, então nunca se poderá aproveitar devidamente as suas capacidades, nunca se descobrirá aí um quadro comunista.

AA — Posso apontar um exemplo concreto que ilustra as palavras do Vitoriano no que toca ao trabalho colectivo. Logo a seguir às eleições, quando ini-

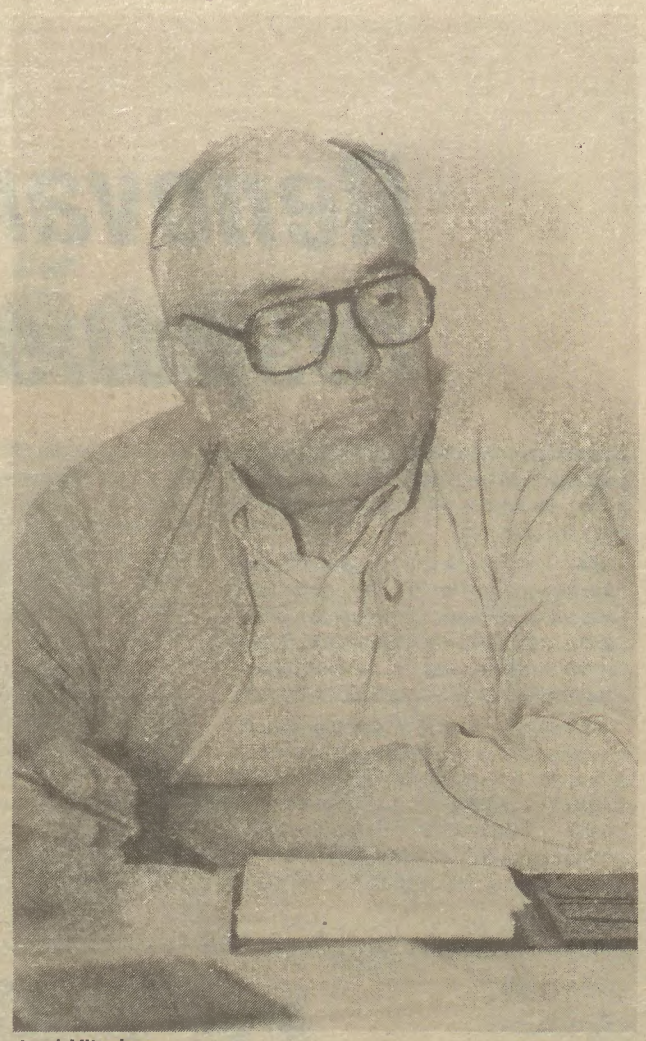
ciámos a discussão no âmbito da organização local de Lisboa para a reestruturação orgânica, no plenário do Comité Local de 3 de Janeiro não havia qualquer proposta à discussão. Começou-se por auscultar as opiniões que os camaradas tinham sobre a forma de proceder às «mexidas» necessárias no plano da estruturação. Depois, avançou a discussão nos organismos executivos do Comité Local. Realiza-se uma nova reunião do CLL em Fevereiro, que aprova então uma proposta a pôr em discussão em toda a organização local de Lisboa. O debate desenvolve-se.

Depois, só em Março é que o CLL aprova uma proposta a levar ao plenário de quadros de 16 desse mês. Aí foi aprovado esse conjunto de medidas. É motivo de satisfação entre a generalidade dos militantes do Partido na cidade ter sido possível, com um consenso tão alargado, uma reestruturação deste tipo numa organização que funcionava em determinados moldes desde há 15 anos.

Este o exemplo do que foi feito na ex-OLL. Sublinhe-se, entretanto, a discussão realizada, paralelamente, nos sectores profissionais e na Direcção da Organização Regional, a DORL.

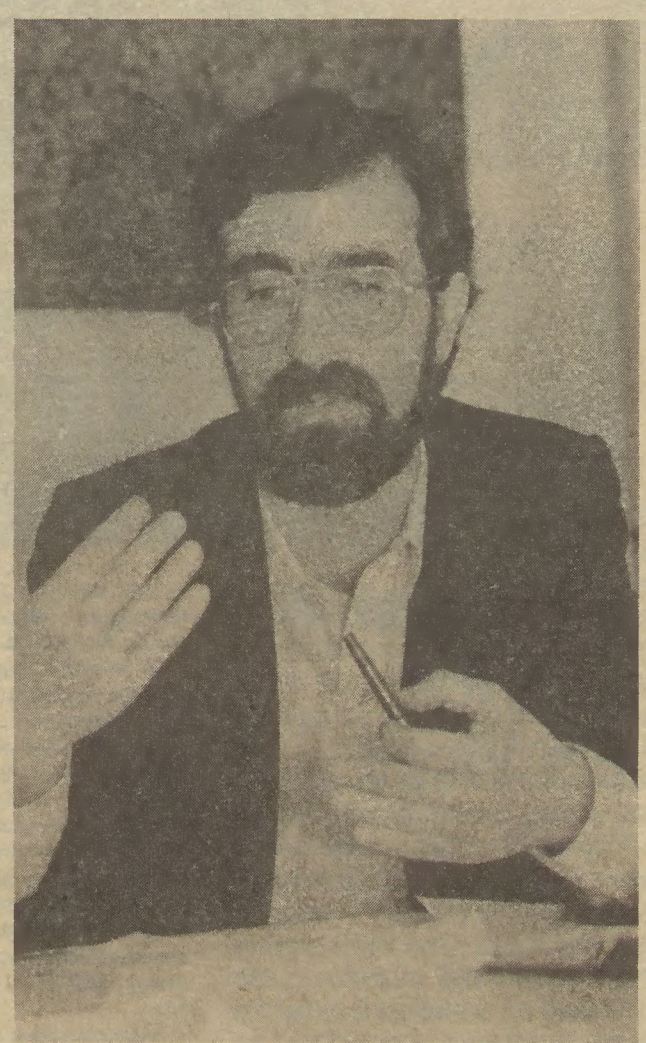


Blanqui Teixeira



José Vitoriano

Vasco Palva



António Andrez

Experimentação

«Av.!» — Já falámos em experiências na vida orgânica do Partido. Mas podemos voltar ao tema. As alterações em curso no trabalho organizativo do Partido se vão acumulando e com os ensinamentos que proporcionam. Trás-os-Montes, uma «zona difícil», é um exemplo disso...

VP — Não há receitas que se possam aplicar a todas as organizações, nomeadamente de âmbito regional ou distrital. Sem dúvida que uma questão importante na vida de uma organização é a sua própria experimentação. Trás-os-Montes tem características específicas, relacionadas, por exemplo, com a situação geográfica da região, a adversidade política, o isolamento, as grandes distâncias, os poucos meios, os poucos quadros, a dispersão dos militantes, uma expressiva flutuação da organização, que tem a ver com a emigração, etc. Ainda há pouco tempo, ao fazermos o recenseamento num concelho, concluímos que metade dos militantes estavam na emigração sazonal, que, aliás, se dá todos os anos, durante seis, sete meses.

Num plano geral, penso que é necessário que as organizações conheçam efectivamente o número real de militantes, nomeadamente pela actualização do ficheiro.

Num passado relativamente recente a Direcção Regional de Trás-os-Montes foi bastante inovadora com a constituição das BOP's — brigadas de organização e propaganda. Só que estas BOP's existiam num pressuposto de quadros a tempo inteiro que hoje não existe. Assim, as BOP's perderam uma certa continuidade, embora seja uma experiência a reter, com ensinamentos que continuam actuais e necessários, nomeadamente trabalho de equipa, acções de propaganda nas feiras e outros. Neste momento, na região, e conscientes das dificuldades impostas pelas características próprias e também das dificuldades organizativas, com destaque para a redução de quadros a tempo inteiro, temos perspectivas realistas no nosso trabalho de organização. **Uma** prende-se com o reforço das duas Distritais, a de **Vila Real** e a de **Bragança**, levando a esses organismos a participação de militantes não funcionários que se destacam em frentes de trabalho (sindical, camponês, autarquias e outras) e de militantes que já assumem a responsabilidade de organizações do Partido importantes, nomeadamente Concelhias. Temos hoje diversas Concelhias na região cuja responsabilidade é assumida pelos militantes mais destacados, não funcionários do Partido. Isto passa também por uma alteração na nossa acção. É uma ilusão hoje imaginarmos que seríamos capazes de contactar todos os militantes do Partido. E temos que separar entre aqueles que é possível acompanhar de uma forma adequada — militantes activistas — e aqueles em que isso não é possível. Podemos optar, no mínimo, para que alguma ligação se mantenha, por uma informação escrita que possa chegar a esses últimos. Mas temos que olhar muito sobretudo para aqueles que são os militantes mais activos, empenhados numa acção política, de massas.

Outra questão tem a ver com a realização nas organizações concelhias das suas assembleias, nos termos que o camarada Blanqui colocou (prestação de contas, definição de objectivos, eleição dos órgãos de direcção, etc.) mas simplificando muito este tipo de realizações. Alguns aspectos formais, hoje não são viáveis. Temos que realizar as assembleias com mais frequência. Por exemplo: a Assembleia da Organização Concelhia de Vila Real teve agora lugar recentemente: há seis anos que não era eleita a Comissão Concelhia. Naturalmente que há um desgaste dos militantes, há uma desresponsabilização, não vamos imaginar que a Comissão Concelhia que foi eleita há seis anos se manteve intocável este tempo todo. Temos que realizar as assembleias com a periodicidade que a própria vida do Partido e o desenrolar dos acontecimentos impõe: um ano, dois anos, três anos quando muito.

Em assembleias que fizemos recentemente tem aparecido a figura do **secretário-coordenador**, que assume uma dada responsabilidade na Concelhia. Na nossa região pensamos que este é o caminho. As funções que eram exercidas com frequência pelo funcionário do Partido continua. Ora, não havendo condições para existir o funcionário e tendo em conta o objectivo de responsabilizar cada vez mais militantes do Partido nos destinos das organizações, a figura do secretário-coordenador tem aqui o enquadramento adequado e dinâmico.

Até ao fim do ano pretendemos realizar as assembleias das organizações distritais de **Vila Real** e de **Bragança.**

Empenhar militantes, ganhar activistas, dinamizar a discussão interna, pondo o acento tónico na eleição democrática dos órgãos de direcção, no trabalho e na intervenção dos militantes comumnistas na vida local são linhas de orientação e objectivos em curso na região transmontana.

Os funcionários

«Av.!» — Nas Teses lê-se a dado passo: «Os funcionários do Partido continuam sendo um elemento indispensável e da mais alta importância para a actividade partidária». Quem avança um pequeno comentário?

VP — Os quadros a tempo inteiro são fundamentais para o trabalho do Partido. Dando suporte dirigente à actividade partidária. Contribuindo de forma significativa para levar a uma maior participação dos militantes. Sem nós termos os quadros a tempo inteiro, sem termos os funcionários do Partido, creio que não é viável, com regularidade, por exemplo, que o militante de Montalegre expresse a sua opinião ao Partido, da mesma forma que um militante de Lisboa ou de um grande centro. Nem tão-pouco esse militante de Montalegre, ou de Vila Flor ou de

Mesa redonda

Renovar, descentralizar, responsabilizar

Boticas ou de outro sítio qualquer teria a possibilidade de manter uma ligação regular, de expressar a sua opinião, de ouvir e ser ouvido.

JV — A importância fundamental dos funcionários do Partido afigura-se como indiscutível. É neles que assenta o principal da actividade partidária, da ligação e funcionamento das suas estruturas. Através deles pulsa o coração do Partido.

Entretanto, devido a dificuldades de funcionamento o que por vezes acontece é que as organizações descansam no funcionário e este, num espírito de dedicação e frequentemente de sacrifício, acaba por fazer tudo. Não se podem dar casos como o que conheci numa freguesia onde residia um funcionário do Partido, e que ele acompanhava. Quando se avançou para a preparação da assembleia local foi ele que fez o relatório, que o bateu à máquina, que tratou de todas as tarefas técnicas e de implantação. A organização praticamente nada fez. Isto é errado.

Também se vão registando casos diferentes, exemplos de organizações que, sem o apoio directo de funcionários, foram ganhas para agarrar as tarefas e manter de pé o trabalho partidário.

É importante encontrar sempre o justo equilíbrio em que os funcionários e os outros membros das organizações realizem as tarefas que a cada um compete.

«Av.!» — Embora esteja prevista uma mesa-redonda em que o tema do centralismo democrático figurará em primeiro plano no debate, é oportuno inserir aqui essa questão central da actividade partidária e, naturalmente, da organização do Partido...

BT — Sem dúvida. O funcionamento e a estrutura duma organização como a do Partido segue determinados princípios, que são os do centralismo democrático. Princípios que evoluem, que naturalmente vão ganhando com as experiências, que têm de se adaptar à realidade, num esforço criativo que o Partido tem impulsionado, como o demonstram as conclusões do XII Congresso. É significativo o desenvolvimento das reflexões sobre a dinâmica democrática do centralismo democrático, tendo sempre como objectivo que haja uma única direcção central e uma única orientação geral.

O problema da organização — voltando um pouco atrás — tem de ser debatido mais frequentemente em todos os organismos do Partido e isso porque não basta apenas conhecer a realidade concreta em que uma organização está inserida; há que conhecer a própria organização: os quadros, as suas possibilidades de desenvolvimento, etc.

Aspectos como os que surgem hoje em várias organizações empenhadas numa reestruturação orgânica, a descentralização, a flexibilidade de estrutura e direcção, a responsabilização dos militantes, a própria renovação do Partido e o seu rejuvenescimento — devem estar presentes no debate frequente, nas discussões, na reflexão que os militantes desenvolvem no âmbito do trabalho do Partido, de norte a sul do País, dos Açores à Madeira, na emigração.

Estilo

«Av.!» — E o estilo?

BT — Compreende-se, naturalmente, que há aspectos do estilo do Partido que se vão modificando. A realidade obriga a isso. E a nossa experiência e o debate entre nós apontam para essas modificações.

VP — A reestruturação em curso vai impor uma consideração diferente acerca das estruturas. Uma coisa é o ritmo, a velocidade, a dinâmica que uma organização que tem um certo peso de funcionários, dirigentes a tempo inteiro, é capaz. Outra coisa é o que surge numa estrutura que tem militantes que têm o seu trabalho, a sua vida e a sua família. E ou compreendemos que há duas velocidades diferentes nisto ou então estamos a exigir coisas aos militantes que eles não são capazes e nós afogamos a organização.

Uma outra questão ainda. As organizações têm respondido, com diferentes capacidades e níveis de intervenção, a um largo conjunto de responsabilidades e tarefas centrais: campanhas de fundos, Festa do «Avante!», etc. A tendência do quadro responsável pela organização é chegar à reunião e despejar isso. E quando o faz por vezes já pensou nas soluções. Sem querer «matou» a vida própria dessa organização. Com frequência a organização, em vez de ficar virada para fora, fica virada para dentro. Em quantas reuniões é que discutimos com incidência os problemas genuinamente locais? Quantos comunicados saem de Comissões Concelhias do Partido sobre problemas locais? Quantos problemas locais são motivos de luta de acção?

É através das acções...

Uma das questões que estamos a pôr lá em cima (Trás-os-Montes) é esta: chegamos a uma campanha eleitoral, fazemos uma radiografia dos problemas e, nessa sequência, um óptimo programa eleitoral. Depois, com frequência, o que é que se faz a esse programa eleitoral? Fica pousado até às próximas eleições, isto quando não se elege. Como é que podemos transformar esses programas eleitorais em motivos de luta permanente? Os membros do PCP conhecem os problemas das suas terras. Só que por vezes não sobra, passe a expressão, tempo suficiente para abordar esses problemas com a profundidade devida para daí saírem os tais motivos de luta, apontados à resolução dos problemas que afligem as populações.

Como disse já o camarada José Vitoriano é através da luta, das acções, que os quadros se fazem, que os militantes se formam e depois evoluem. ■

Conferência distrital em Viseu

Um pouco por todo o País avança o trabalho de reestruturação orgânica e de direcção das organizações do PCP, tema abordado na mesa-redonda destas páginas do Avante! Da região de Viseu vem mais um exemplo deste esforço.

O reforço da Comissão Distrital do PCP, com o seu alargamento a novos quadros e a recomposição dos seus organismos executivos, foram decididos na recente Conferência da Organização Distrital de Viseu do PCP (fotos).

A convocação do Congresso Extraordinário do Partido levou aquela organização a adiar a sua III Assembleia. A conferência, realizada no passado dia 18, no salão da AM, teve como objectivo principal dar resposta imediata à necessidade de alterações orgânicas, que se sentiam de forma crescente e que, nas novas condições políticas, organizativas e financeiras da actividade partidária no distrito, se impõem ainda mais energicamente, para intensificar a intervenção do Partido na vida política e social deste distrito beirão.

A nova Distrital conta com 34 elementos. O Executivo é constituído por 16 camaradas e o Secretariado 6. O Executivo — segundo o documento aprovado — assumirá um maior papel de direcção distrital e de ligação directa às organizações concelhias.

Aspectos da preparação do XIII Congresso (Ext.) do Partido estiveram também em debate nesta conferência. ■

Mesa redonda

ECONOMIA PLANIFICADA E ECONOMIA DE MERCADO

Razões e lições

Para falar sobre economia planificada e economia de mercado, convidámos os camaradas **Octávio Teixeira**, membro suplente do Comité Central do Partido e deputado à Assembleia da República, **Joaquim Miranda**, suplente do CC e deputado ao Parlamento Europeu, **Lino de Carvalho**, suplente do CC e deputado à AR, e **Joaquim Pina Moura**, igualmente membro suplente do Comité Central do Partido. Todos eles, no seu dia-a-dia, têm estado muito directamente ligados a problemas económicos.

As questões ligadas à economia e à forma como ela se deve desenvolver são das que mais vezes vêm hoje à baila, num momento em que é muito grande a pressão sobre a opinião pública para tentar demonstrar que o capitalismo não deve ser posto em causa nos seus fundamentos.

Qualquer pretexto serve para mostrar que a economia de mercado é que é boa, assim como qualquer pretexto serve para demonstrar que a economia planificada não tem nada que se aproveite. Claro que, com todos os preconceitos que por aí predominam, rigor é o que mais falta nesta campanha.

Decidimos iniciar a mesa-redonda sobre economia planificada e economia de mercado defrontando os participantes com uma notícia que tem quase todos os condimentos da tal campanha a que hoje assistimos.

Dizia mais ou menos assim: a Pepsi Cola lançou na URSS um anúncio televisivo que «alia as mudanças ocorridas na *era Gorbatchov* ao facto da comercialização das bebidas desta marca ter *refrescado* a garganta dos soviéticos»; de seguida, o leitor - no caso, do «Correio da Manhã» -, ficava a saber que «juntamente com a MacDonnald's (dos hamburgers) e a Coca Cola (sua concorrente), a Pepsi Cola apresenta-se no mercado soviético propondo-se vender bens de consumo, produzidos em grande escala, a preços muito inferiores aos das bebidas e produtos alimentares de origem exclusivamente soviética»; isto tudo, para concluir que «a economia de mercado surge assim como a resposta ideal ao sonho marxista de poder oferecer comida e bebidas baratas para a generalidade do povo soviético».

«Avante!»: Justifica-se, na vossa opinião, a conclusão de que «a economia de mercado surge como a resposta ideal ao sonho marxista»?

Lino de Carvalho: Nenhuma economia pode viver em regime de autarcia, tanto mais no actual momento, em que há uma grande interdependência das economias. Na lógica dessa notícia, poder-se-ia até dizer que a venda, em países capitalistas, de relógios, máquinas fotográficas ou viaturas de fabrico soviético, a preços mais baixos do que os que são produzidos nestes países, significaria que a economia planificada dá resposta a necessidades de acesso a bens de consumo em melhores condições de preço do que as geradas em economia de mercado.

A questão, portanto, é ver se realmente a economia planificada não dá resposta às necessidades de consumo das populações e se essas necessidades são satisfeitas pela economia de mercado.

Aparências e realidades

Para lá das aparências, temos as realidades: a chamada economia de mercado, ou economia capitalista, gera profundas desigualdades e cria um sistema iníquo, de profundas injustiças sociais, baseia-se na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do homem pelo homem, na pilhagem de países terceiros, em busca do lucro máximo. A realidade é que há 40 milhões de pobres na CEE, 35 milhões nos Estados Unidos, vivendo abaixo do limiar da pobreza - 30 por cento dos quais são negros, embora os negros sejam apenas 12 por cento da população norte-americana. Dez por cento dos americanos detêm dois terços da fortuna nacional. No Brasil, onde 25 por cento da força de trabalho é constituída por crianças de 10 a 14 anos, 42 por cento dos miúdos abandonam a escola por falta de meios. Desde 1981 - são dados da ONU - o número de países subdesenvolvidos passou de 32 para 42, e agravaram-se as assimetrias entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. Morrem de fome no mundo milhares e milhares de pessoas sem comerem os hamburgers ou beberem as *colas* baratas.

Estas são realidades da economia de mercado. Mais do que bebidas baratas, são estas realidades que nos levam a afirmar que a economia capitalista não perdeu o seu carácter explorador e não é ela, certamente, que traz a felicidade aos povos.

Por outro lado, a economia planificada tem todas as potencialidades para criar condições de desenvolvimento equilibrado das forças produtivas e da sociedade, tendo em conta as necessidades sociais; não se pode é confundir esse sentido próprio das economias planificadas com as distorções, as perversões, a centralização excessiva e as estatizações totais verificadas no processo de construção da sociedade socialista, as quais fizeram com que, depois de uma primeira fase em que a economia respondeu às necessidades do desenvolvimento do *sector I* (a produção de bens de equipamento) e resolveu muitos dos problemas básicos da população, não houvesse a agilidade necessária para responder às novas - e legítimas - exigências de consumo e de desenvolvimento de novos sectores da economia. Pior, verificou-se mesmo, a partir de determinado momento, uma travagem em toda a economia, no desenvolvimento tecnológico, na vida social.

Octávio Teixeira: O exemplo da comida e das bebidas é, pelo menos, infeliz: se há coisas baratas na União Soviética, uma delas é sem dúvida a alimentação. Há na notícia, sobretudo, uma componente de propaganda: O que pode estar em causa, isso sim, é a prestação de um serviço, a restauração, que na sociedade soviética é claramente pouco desenvolvido, e, de um modo mais geral, a satisfação das necessidades crescentes da população - designadamente na área dos serviços - por parte de uma economia planificada excessivamente centralizada como a da União Soviética.

Planificar, mas não tudo

Uma economia planificada não pode eliminar os mecanismos de mercado, designadamente (mas não só) na perspectiva da satisfação das necessidades individuais e acompanhando a evolução dessas necessidades, e na perspectiva de - como decorre da lei do valor, uma lei da economia socialista - aproximar os *preços* do *valor* da mercadoria.

A planificação, que é um elemento essencial e imprescindível da organização económica de um país socialista, não pode abranger tudo. Não se pode planificar tudo. Há aspectos da vida, como em qualquer sociedade, aos quais a planificação, por muito científica que seja, não consegue dar resposta.

Joaquim Miranda: Pelo menos, não consegue dar resposta de forma eficaz.

O.T.: A planificação não pode dar resposta a todas as questões. Deve dar resposta às grandes questões, às linhas de orientação do desenvolvimento económico, tecnológico e social, à melhor afectação dos recursos tendo em vista as proporcionalidades da economia e um desenvolvimento equilibrado dos pontos de vista económico, social e ambiental. Portanto, a planificação tem as suas insuficiências. Os mecanismos de mercado, os instrumentos de mercado, devem intervir precisamente para responder àquilo a que a planificação não consegue responder de forma eficaz, a aspectos como a evolução dos gostos, das preferências do consumidor individual.

Por outro lado, uma economia planificada deve ter os instrumentos necessários à regulação dos mecanismos de mercado, isto é, não deve deixar que os mecanismos de mercado ultrapassem determinados limites e tenham os efeitos negativos que têm nas chamadas economias de mercado.

J.M.: Há uma primeira ideia que convém esclarecer à partida: o mercado não é uma criação do capitalismo. A produção de mercadoria e as relações de troca já existiam antes do capitalismo. É evidente que a natureza e o âmbito do mercado atingiram a sua plenitude com o capitalismo; essa é uma realidade, mas o mercado já existia.

Outra ideia, que está subjacente a esta, é que a economia planificada não pressupõe a inexistência de mercado.

Além disso, há outro aspecto importante: quando se fala de economia planificada tem-se a ideia de que a economia assenta exclusivamente na propriedade pública, estatal. Ora, de facto, não é assim. Aliás, no nosso próprio Programa assumimos mesmo, como característica do socialismo na sua parte económica, um importante sector público, mas também a propriedade cooperativa e a propriedade privada.

De facto, não se pode ter a pretensão de planificar tudo. A planificação deve ser, antes de mais, uma prospecção, uma definição dos grandes objectivos económicos e sociais de uma determinada sociedade, de um determinado país, e, simultaneamente, a verificação de quais os instrumentos que se devem accionar para atingir esses objectivos. Uma das vias para o conseguir é o próprio mercado, não a essencial, mas uma das vias importantes.

Hoje, o que muitos pretendem quando falam da crise nos países socialistas é tratá-la como crise do socialismo em si, para concluírem que a economia planificada e o socialismo não têm razão de ser. Mas a questão coloca-se de outra maneira: como foi utilizada a planificação, como foi ou não foi utilizado o mercado. E hoje é reconhecido que houve, de facto, nesses países uma excessiva centralização, uma excessiva planificação e burocratização, os agentes da planificação substituíram o mercado. O mercado não pôde exercer a sua função, e isto criou um afastamento da produção relativamente aos anseios da população, aos desejos dos consumidores.

«Há 40 milhões de pobres na CEE, 35 milhões nos Estados Unidos, vivendo abaixo do limiar da pobreza - 30 por cento dos quais são negros, embora os negros sejam apenas 12 por cento da população norte-americana. Dez por cento dos americanos detêm dois terços da fortuna nacional. No Brasil, onde 25 por cento da força de trabalho é constituída por crianças de 10 a 14 anos, 42 por cento dos miúdos abandonam a escola por falta de meios. Desde 1981 - são dados da ONU - o número de países subdesenvolvidos passou de 32 para 42, e agravaram-se as assimetrias entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos. Morrem de fome no mundo milhares e milhares de pessoas sem comerem os hamburgers ou beberem as *colas* baratas. Mais do que bebidas baratas, são estas realidades que nos levam a afirmar que a economia capitalista não perdeu o seu carácter explorador e não é ela, certamente, que traz a felicidade aos povos.»

O lucro máximo exige planeamento

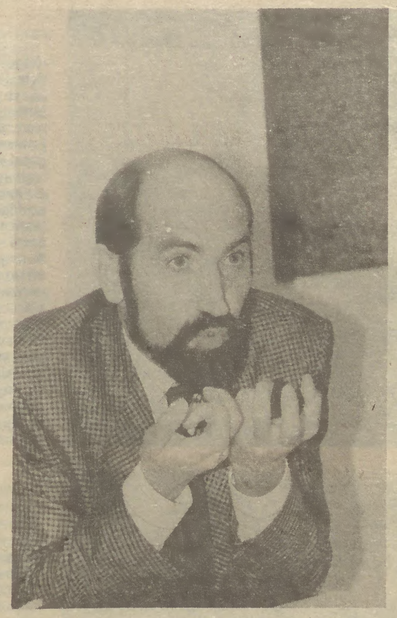
Mas não é só acerca da economia planificada que há confusão. De igual modo se encara, muitas vezes, a economia de mercado como um sistema em que não há qualquer planificação, o que é também errado. Evidentemente que há planificação, e a Pepsi, que aí é referida, também faz planificação, a Coca Cola faz planificação, as multinacionais fazem planificação.

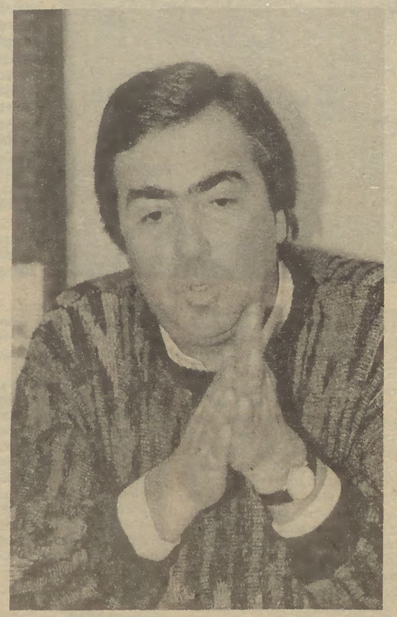
➔

Mesa redonda

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

Razões e lições





«Avante!»: Mas não será que a retoma de mecanismos de mercado nos países socialistas significa uma cedência ao capitalismo? E a introdução de mecanismos de planificação nos países capitalistas não significa uma cedência ao socialismo?

J.M.: Se olharmos para todas as orientações definidas, nomeadamente pelo Partido Comunista da União Soviética, não se está a abandonar a ideia do socialismo, o que se está a fazer é introduzir uma ideia de mercado que sempre deveria ter existido, mas sem abandonar a ideia da planificação, da definição pelo Estado dos objectivos centrais da sociedade.

Joaquim Pina Moura: Os problemas da planificação, dos seus instrumentos, do seu âmbito, das suas funções e dos seus objectivos, já há muito se colocam também nas economias capitalistas, apesar de serem economias de mercado, e que agora, nomeadamente depois da *perestroika* e dos acontecimentos subsequentes noutros países socialistas, se começam a colocar na economia dos países socialistas. Quanto a mim, tende a ser superada a divisão - aliás muito teorizada e assumida nos manuais de economia, qualquer que seja a sua escola - em economias de mercado e economias planificadas. Essa divisão correspondeu a um período histórico, tanto do ponto de vista da organização das sociedades, como do ponto de vista da teoria económica, mas tende a ser superada.

Para o capitalismo é evidente - e já há muitos anos, nomeadamente depois da crise de 1929-32 - que os mecanismos de mercado, por si só e a funcionar livremente, são completamente incapazes e insuficientes para garantir um desenvolvimento económico minimamente estável e de acordo com os interesses económicos, sociais e políticos do capitalismo. Nos países socialistas, ou que colocavam como objectivo a construção do socialismo, este problema, com todo o drama da actual crise, passou a pôr-se também, mas do outro lado da questão: a planificação, por si só, não garantiu nem pode garantir o cumprimento dos objectivos sociais, económicos e políticos do socialismo.

«A planificação não pode dar resposta a todas as questões. Deve dar resposta às grandes questões, às linhas de orientação do desenvolvimento económico, tecnológico e social, à melhor afectação dos recursos tendo em vista as proporcionalidades da economia e um desenvolvi-mento equilibrado dos pontos de vista económico, social e ambiental. Portanto, a planificação tem as suas insuficiências. Os mecanismos de mercado, os instrumentos de mercado, devem intervir precisamente para responder àquilo a que a planificação não consegue responder de forma eficaz, a aspectos como a evolução dos gostos, das preferências do consumidor individual.
Por outro lado, uma economia planificada deve ter os instrumentos necessários à regulação dos mecanismos de mercado, isto é, não deve deixar que os mecanismos de mercado ultrapassem determinados limites e tenham os efeitos negativos que têm nas chamadas economias de mercado.»

O mercado, com efeito, é uma criação da civilização humana, anterior ao capitalismo, e que, visivelmente, se prolongará para além do capitalismo. É uma criação que está associada ao aprofundamento da divisão social do trabalho. É claro que o mercado assume características omnipresentes no capitalismo, e assume uma relação orgânica intensa com as fontes de exploração. Mas, em certo sentido, é ainda hoje uma conquista da civilização que não tem alternativa no que respeita a ser o melhor mecanismo de afectação de recursos que se conhece.

Não podemos é atribuir ao mercado características e um papel que ele não pode ter. Está demonstrado, pelo menos na actual fase do conhecimento das questões económicas, que as leis do mercado têm uma crueldade social própria, que leva, na sua lógica de funcionamento, à criação de profundos desequilíbrios sociais, de polarizações, de injustiça social; isto tem de ser corrigido, resolvido e reorientado com a intervenção de outras entidades, que não o mercado.

O.T.: Julgo que a questão não se põe em termos de ser o mercado o melhor mecanismo de afectação de recursos. A planificação continua a ser o melhor mecanismo de afectação de recursos, isto na perspectiva da sociedade. O mercado talvez seja, isso sim, o melhor mecanismo de harmonização de interesses entre o produtor e o consumidor. A harmonização de interesses pode não implicar a melhor afectação de recursos, em termos - repito - do desenvolvimento económico global, do interesse global; é isso que se verifica nas sociedades capitalistas.

J.P.M.: Mesmo do ponto de vista de toda a sociedade, medido em termos de produtividade social do trabalho, de resposta às necessidades do consumidor e às necessidades globais da população, podemos verificar que critérios de afectação dos recursos planeadamente centralizados e tendo em conta apenas o lado da oferta - a concepção até aqui reinante nos países socialistas - conduziram, como se vê, à não resposta, ou a uma resposta muito insuficiente, às necessidades económicas e sociais desses países.

L.C.: Temos que distinguir o sentido e os objectivos do planeamento das empresas na sociedade capitalista do sentido e dos objectivos da planificação numa sociedade socialista. É no capitalismo que o mercado assume toda a sua dimensão, como uma espécie de *Deus ex-machina*, com os mecanismos do mercado a comandarem todos os objectivos da vida económica e social, dominam a formação dos preços, dominam a concessão do crédito, procuram dominar a repartição da riqueza, os próprios investimentos, impondo a lei do mais forte e conduzindo aos desequilíbrios, injustiças e desigualdades de que há pouco falei, aos conflitos e às guerras pelo domínio de fontes de produção...

Outra coisa é a economia planificada, vista como economia socialista que procura proceder à coordenação dos diversos objectivos das diferentes unidades económicas de uma sociedade, à integração desses objectivos parcelares num objectivo comum, à procura da intervenção do Estado nos sectores-chave da economia para um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas e uma justa repartição da riqueza, para um desenvolvimento equilibrado.

Apesar de tudo...

Contudo, e mal-grado todas as perversões que a evolução da economia planificada sofreu, a opção socialista numa série de países conduziu a um crescimento rápido das forças produtivas, a uma resolução de problemas básicos, a uma rápida aproximação de indicadores de países mais desenvolvidos. Mas, a partir de dado momento, confundiu-se a planificação com a estatização completa da economia, sem ter em conta o papel do mercado, do indivíduo, dos novos padrões de consumo - como já foi aqui dito. Isto não tem a ver com a génese da economia planificada, nem com o seu sentido. Eu recordo que Lénine, em 1921, num artigo no «Pravda» sobre o quarto aniversário da revolução, tinha esta afirmação: «*Nós pensávamos que, por ordens expressas do Estado proletário, era possível organizar a produção e a repartição da riqueza. A vida tem mostrado o nosso erro. Um conjunto de graus intermédios, promovendo o interesse pessoal, os benefícios pessoais, aplicando o princípio de uma gestão equilibrada, será necessário para construir sólidas passagens que conduzam ao socialismo.*»

Não me parece, pois, que venha a ser superada ou, por outras palavras, que haja tendência para uma convergência dos dois tipos de economia. As grandes empresas capitalistas recorrem à planificação, recorrem a um planeamento indicativo, que tem como objectivo a busca do lucro máximo para essas empresas. Mas isto é diferente de um planeamento nas economias socialistas.

J.M.: É evidente que são completamente diferentes os objectivos e o tipo de planeamento em capitalismo e em socialismo. Tal não está em causa, e eu gostaria de chamar a atenção para isto: hoje no capitalismo não se pode falar em mercado puro. E até se verifica que, na actual fase, com a predominância do neoliberalismo, aqueles que mais falam das virtudes do mercado são quem mais deforma esse mesmo mercado. Olhamos para um Friedman ou para a senhora Thatcher, e aparecem como os campeões do neoliberalismo e os que mais falam no mercado; mas é precisamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha que se verificam as maiores distorções do mercado, com o aparecimento, sem regra, das multinacionais a ditarem as suas próprias leis.

Mas isso não significa que ao nível dos países socialistas a importância da planificação exclua a importância que o mercado aí deve ter. A questão central numa economia socialista é definir o âmbito da planificação.

L.C.: Encontrar o ponto de equilíbrio entre a intervenção do Estado, por um lado, e a descentralização, a livre intervenção, das unidades económicas.

J.M.: Exactamente, o equilíbrio. A clara definição do que compete e do que não compete à planificação é uma questão-chave.

Além disso, têm que ser - creio que isso é já amplamente reconhecido - critérios económicos, e não critérios administrativos, a estar na base da planificação, o que não aconteceu nesses países. E há ainda a gestão, que tem de ser adequada à planificação, garantindo a real autonomia das empresas, a ligação entre empresas... Muitas vezes a planificação nos países socialistas ia ao ponto de determinar para cada empresa o que é que essa empresa devia fazer, quais as relações que devia ter com o Estado e com as outras empresas... A gestão, o relacionamento das empresas umas com as outras e com o consumidor, quanto a mim, são questões que podem não estar no âmbito da planificação. Nalguns sectores - sectores estratégicos, básicos - poderão estar; mas a outros níveis mais inferiores não é necessário que estejam.

O.T.: Parece-me que a análise das economias capitalistas mostra um crescendo do papel da planificação, exigida quer pela complexidade dos produtos, quer pela complexidade das relações de produção. Mas há que fazer uma destrinça: é completamente diferente a planificação a nível de uma sociedade socialista e a planificação que se verifica numa empresa ou numa economia capitalista. Nas economias socialistas a necessidade de planificação coloca-se a níveis muito mais elevados.

Regresso à NEP

Por outro lado, a introdução dos mecanismos de mercado, de que se fala agora, nas economias socialistas, designadamente na União Soviética, não é uma coisa nova. É, em certa perspectiva, o regresso à NEP, que também surgiu depois de se ter verificado (verificou-o, nomeadamente, Lénine), naquele momento da construção do socialismo, que a eliminação do mecanismo de mercado não era possível. Se analisarmos apenas a teoria marxista, pode-se ficar com a ideia de que, a partir do momento em que há a apropriação colectiva dos meios de produção numa sociedade, se pode imediatamente avançar para a eliminação da *mercadoria*, passando a haver apenas o *produto*, passando a haver troca de produtos, deixando de haver troca de mercadorias e, por conseguinte, seria desnecessária a existência das relações monetário-mercantis. Lénine teve um papel importante ao demonstrar que as coisas não se passam assim. É todo o problema das fases de desenvolvimento da sociedade socialista.

É necessário aqui um parêntesis: é que Marx parte da análise da realidade capitalista do seu tempo, e depois, logicamente, avança para a análise crítica do modo de produção capitalista e apresenta como resposta o modo de produção socialista que, na sua fase superior, quando se fala da *sociedade comunista*, é, em certa medida, uma *utopia*. Enquanto essa fase não se atinge - se é que alguma vez se atingirá na sua plenitude - nas várias fases da criação da sociedade socialista, de aperfeiçoamento da sociedade socialista, mantém-se o Estado como proprietário dos principais meios de produção, mas mantêm-se também as empresas como tal. Estas não passam a ser apenas secções técnicas de um conjunto que é a estrutura produtiva do país. Ora, enquanto as empresas continuam a existir, enquanto têm uma autonomia económica e uma personalidade jurídica, é evidente que elas têm que ter relações mercantis, o mercado tem que existir.

Hoje vemos que cada vez há mais planeamento numa economia capitalista e que há mercado numa economia socialista. Mas o que caracteriza a economia, em termos do mecanismo de regulação, é o factor predominante: o mercado na capitalista, a planificação na socialista. Não se justifica, por exemplo, a ideia da convergência dos dois sistemas.

J.P.M.: Há uma virtualidade que não se pode atribuir ao mercado, que é justamente esse papel da regulação, tanto em termos de equidade e de justiça social, como em termos de resposta eficaz e segura à necessidade de oferecer um conjunto de bens e serviços que deve ser acessível a todos os cidadãos, independentemente das regras do mercado. Falo, designadamente, de bens e serviços que constituem o corpo essencial dos direitos sociais e económicos que, na nossa concepção e na concepção das forças progressistas, devem estar amplamente garantidos em todas as sociedades e a todos os cidadãos, independentemente da maneira como, numa dada sociedade e num dado momento, se faz a repartição de rendimentos: saúde, educação, um certo conjunto de bens de primeira necessidade, certo tipo de bens culturais.

E falo de uma outra questão, em que é indispensável a intervenção reguladora do Estado e de entidades de fora do mercado: uma atribuição de recursos que dê resposta à necessidade de criação de infra-estruturas económicas e sociais que são indispensáveis ao funcionamento de todas as economias e ao desenvolvimento das sociedades.

Ou seja, ao mercado o que é do mercado. Mas não podemos nem devemos pensar que o mercado, por si só, é uma mezinha que resolve, nomeadamente, esta questão da regulação da actividade económica segundo critérios de justiça social.

O plano, o Estado e o resto

Também não devemos identificar planeamento com intervenção do Estado na economia, a qual tem outros instrumentos que vão para além da atribuição dos recursos materiais, como é o caso dos instrumentos da política económica - a política fiscal, a política orçamental, a política monetária, a política cambial.

«Avante!»: Abrangendo, por exemplo, o controlo dos preços ou dos salários?

J.P.M.: O Estado deve ter *patamares de intervenção* em relação à política de preços, à política de rendimentos, à política de salários. Não acho que o Estado se deva abster desse tipo de intervenção; mas não defendo, e critico, que o Estado, mesmo nos países socialistas, substitua administrativamente o funcionamento desse tipo de mecanismos.

L.C.: Ao falar do Estado e da intervenção do Estado nas sociedades capitalistas e nas sociedades socialistas, devemos começar por ter em conta a diferente natureza de classe do Estado, que vai, ela própria, determinar o tipo e os objectivos do planeamento. Não se pode falar no abstracto da intervenção do Estado na economia, desligado do modo de produção, da formação social e da natureza de classe desse Estado. Eu estou de acordo que a própria interdependência e mundialização da economia - e no que toca à economia capitalista - exige cada vez mais uma consideração mais vasta dos objectivos gerais dos diferentes países. O capitalismo reconhece isso mesmo, procurando regular as suas contradições através de um processo, como a CEE e o Mercado Único, de agrupamento de países e de articulação entre as grandes multinacionais, mas na perspectiva do reforço do sistema capitalista, dos interesses das multinacionais, do domínio do mundo por quem detém os meios de produção.

Outra coisa deve ser o Estado socialista, com uma natureza de classe diferente, que tem como objectivo, com a sua intervenção na economia, um desenvolvimento rápido e equilibrado das forças produtivas, uma distribuição justa da riqueza social. Mas mesmo aí, no Estado socialista, a planificação tem que ter em conta os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas - não só dos diferentes países, mas dos diferentes sectores económicos dentro de cada país - e, portanto, ela tem que ser diversificada. Este princípio, penso eu, não foi tido em conta nos processos de planeamento das economias socialistas, construindo-se um «modelo» que foi aplicado indistintamente em vários países.

Estas questões são ponderadas pelo nosso próprio Partido, tanto no XII Congresso, como nas Teses para o XIII, ao apontar, mesmo na sociedade socialista, uma economia diversificada, com relações de propriedade diversificadas, onde o papel do mercado tem de ser levado em conta no processo de planificação e desenvolvimento da sociedade.

J.M.: Esta é uma questão importante, a natureza do Estado. E, para o nosso debate, acho que se deve ainda acrescentar mais este dado: em economia de mercado existe um efectivo predomínio do poder económico sobre o poder político; em economia planificada há o predomínio do poder político sobre o económico.

A natureza das economias também é diferente. Os principais meios de produção, no capitalismo, estão, ou tendem a estar, essencialmente nas mãos do capital privado e, hoje particularmente, nas mãos das multinacionais, enquanto numa economia socialista tendem a pertencer ao Estado.

Também têm a ver com estas duas questões os instrumentos que são utilizados num e noutro sistema. Claro que, quando falo em propriedade predominante, não me refiro ao domínio exlusivo.

Numa economia planificada há outras questões que se levantam, há outros instrumentos, como se disse, que têm que ter maior relevo no que toca à intervenção do Estado na economia. Estou-me a lembrar dos mecanismos de crédito - que ainda hoje não estão previstos e que, naturalmente, têm que ser definidos -, da fixação dos preços - é evidente que terá que haver preços fixados obrigatoriamente pelo Estado, nomeadamente como forma, não só de gestão da economia, mas por razões mais imediatas, como seja o controlo da inflação; mas há depois preços que vão ter que ser fixados por mecanismos de mercado.

Algumas questões de que nós aqui estamos a falar têm igualmente a ver com o desenvolvimento da CEE - onde há, a propósito, um caso flagrante de planeamento capitalista, que é a Política Agrícola Comum. Na Comunidade verifica-se, por exemplo, um crescimento económico; mas isso não significa que tenham sido superados problemas de natureza social - e mesmo de natureza económica: mantiveram-se profundas diferenças entre regiões e países, nalguns casos as assimetrias até se desenvolveram; o problema do desemprego tem as dimensões que lhe conhecemos, e outros problemas sociais estão a colocar-se, como a questão dos novos pobres. Ou seja, houve crescimento, mas não foi um crescimento harmonioso, foi um crescimento assimétrico, e não houve a resolução de problemas sociais.

«O que muitos pretendem quando falam da crise nos países socialistas é tratá-la como crise do socialismo em si, para concluírem que a economia planificada e o socialismo não têm razão de ser. Mas a questão coloca-se de outra maneira: como foi utilizada a planificação, como foi ou não foi utilizado o mercado. E hoje é reconhecido que houve, de facto, nesses países uma excessiva centralização, uma excessiva planificação e burocratização, os agentes da planificação substituíram o mercado. O mercado não pôde exercer a sua função, e isto criou um afastamento da produção relativamente aos anseios da população, aos desejos dos consumidores.»

Preços e valor

O.T.: Julgo que um dos papéis importantes do mercado é fazer com que os *preços* se aproximem do *valor* das mercadorias. Numa economia planificada, socialista, a formação dos preços deve ter sempre esse objectivo da aproximação ao valor das mercadorias e, por conseguinte, têm de ser, no essencial, determinados pelo mercado. Só que, na situação actual, as reformas de preços nos países socialistas devem ser feitas de forma cuidadosa. O mecanismo de mercado na formação de preços é eficaz numa situação de equilíbrio entre a oferta e a procura.

➔

Mesa redonda

Razões e lições

«Há uma virtualidade que não se pode atribuir ao mercado, que é justamente esse papel da regulação, tanto em termos de equidade e de justiça social, como em termos de resposta eficaz e segura à necessidade de oferecer um conjunto de bens e serviços que deve ser acessível a todos os cidadãos, independentemente das regras do mercado.»

«Hoje vemos que cada vez há mais planeamento numa economia capitalista e que há mercado numa economia socialista. Mas o que caracteriza a economia, em termos do mecanismo de regulação, é o factor predominante: o mercado na capitalista, a planificação na socialista. Não se justifica, por exemplo, a ideia da convergência dos dois sistemas.»

Havendo uma situação de tão grande desequilíbrio como a actual, se se fosse libertar a força do mercado na formação de preços isso levaria, quase de certeza, a situações inflacionistas impressionantes e ao aparecimento dos elementos especulativos.

Por outro lado, aparecendo o mecanismo de mercado, as relações monetário-mercantis, isso pode conduzir a que as empresas mais eficazes e mais eficientes possam pagar melhores salários aos seus trabalhadores. Também aqui tem que haver uma regulação do Estado - e além da planificação há outros instrumentos económicos, como foi referido; não se pode é cair no extremo oposto ao que existe actualmente, e passar de um igualitarismo exacerbado para desigualdades sociais bastante acentuadas.

A experiência dos países socialistas mostra-nos também que é necessário haver concorrência, com a autonomia do sujeito económico *empresa*, para que haja uma motivação económica para a eficácia e eficiência da produção. Do meu ponto de vista, a inexistência de concorrência entre as empresas dos países socialistas, devido à existência de monopólios - monopólios a nível de um país, de uma região, de um sector -, foi um dos grandes obstáculos à introdução na produção dos resultados da revolução científico-técnica, conduzindo ao atraso tecnológico dos países socialistas face aos países capitalistas na última vintena de anos, ou se se quiser, das economias planificadas face às economias de mercado.

«Tende a ser superada a divisão - aliás muito teorizada e assumida nos manuais de economia, qualquer que seja a sua escola - em economias de mercado e economias planificadas. Essa divisão correspondeu a um período histórico, tanto do ponto de vista da organização das sociedades, como do ponto de vista da teoria económica, mas tende a ser superada.
Para o capitalismo é evidente - e já há muitos anos, nomeadamente depois da crise de 1929-32 - que os mecanismos de mercado, por si só e a funcionar livremente, são completamente incapazes e insuficientes para garantir um desenvolvimento económico minimamente estável e de acordo com os interesses económicos, sociais e políticos do capitalismo. Nos países socialistas, ou que colocavam como objectivo a construção do socialismo, este problema, com todo o drama da actual crise, passou a pôr-se também, mas do outro lado da questão: a planificação, por si só, não garantiu nem pode garantir o cumprimento dos objectivos sociais, económicos e políticos do socialismo.»

«Avante!»: Essa ideia acerca da formação dos preços aplica-se também, por exemplo (e para citar casos conhecidos dos portugueses), às rendas de casa e ao *cabaz de compras*?

O.T.: Mesmo que a habitação seja uma responsabilidade exclusiva do Estado, julgo que é impraticável, por exemplo, o congelamento de preços; é impraticável, em termos económicos, em qualquer país, porque os custos vão aumentando. É preciso haver, também aí, como que uma adequação aos níveis de rendimentos, que vão evoluindo.

Cabaz de compras... Como já disse, defendo que o preço deve aproximar-se do valor das mercadorias. Significa isto que não pode haver o chamado cabaz de compras? Não. Mas, em termos económicos, deve fazer-se uma distinção bastante nítida entre a evolução dos preços dos vários produtos, de acordo com os mecanismos económicos, e a necessidade que o Estado tenha de subsidiar directamente os preços ou de fazer uma compensação às diferentes camadas sociais de acordo com os seus níveis de rendimento. Nunca, do meu ponto de vista, congelamentos de preços por dezenas de anos, a serem suportados pelas unidades de produção. Isso conduz a enormes distorções e à ineficácia económica.

L.C.: A questão, penso eu, não está na substituição dos mecanismos da economia planificada pela economia de mercado, mas em encontrar, no quadro de uma economia planificada numa sociedade socialista, o ponto de equilíbrio entre o que deve ser a intervenção do Estado e o que deve ser descentralizado e deixado à livre iniciativa das unidades produtivas e à relação entre os diversos sectores da actividade económica.

Subsídios

O facto, por exemplo, de ao longo dos anos na União Soviética se estarem a subsidiar os produtos transformados da agricultura para que eles pudessem ser vendidos a um determinado preço, muito abaixo do seu valor, criou profundos desequilíbrios e transferências entre a agricultura e o sector industrial, problemas sérios no próprio desenvolvimento equilibrado dos vários sectores da economia: os sectores a montante na agricultura venderam durante décadas, ao Estado, a preços inferiores ao valor, para que o Estado pudesse, ao nível do consumo, manter o preço dos bens muito abaixo também do seu valor durante 20 e 30 anos. Isto foi conseguido à custa de enormes subsídios e do desvio de volumosos recursos em prejuízo dos produtores e da agricultura, em prejuízo também da necessária afectação de recursos para o desenvolvimento da agricultura e ao agravamento das diferenças entre a cidade e o campo.

Mas a prova de que não é a economia de mercado que vai oferecer bebidas baratas aos povos dos países socialistas está já à mostra, nos efeitos que a aplicação de um conjunto de mecanismos impostos pelo mundo capitalista a alguns desses países, está a levar aos desequilíbrios sociais. Não nos esqueçamos que hoje, na Polónia, em resultado de receitas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, temos já como perspectiva que hajam 400 mil desempregados no final deste ano, chegando esse número aos 3 milhões a curto prazo; e o facto de se ter estilhaçado todos os mecanismos de intervenção do Estado ao nível do mercado faz com que os preços tenham, em Janeiro deste ano, tanto na Polónia, como na Hungria, subidas da ordem dos 300 e 400 por cento. Isto não leva à resolução dos problemas que se colocavam nas economias socialistas, mas leva ao bloqueamento do desenvolvimento e ao surgimento de novos problemas de desequilíbrios sociais.

J.P.M.: Quando se fala em introduzir os mecanismos de mercado nas economias *planificadas*, tem que se ter em conta que o mercado é isso mesmo: uma procura, uma oferta e um preço. Podem encontrar-se sucedâneos, instrumentos reguladores, maneiras de compensar factores de injustiça social que a introdução destes mecanismo produza; mas, se se assenta que se tem que introduzir mecanismos de mercado, não se pode - para não voltar à situação anterior -, regulamentar os preços de 90 por cento dos produtos que se vão trocar nesse mercado.

Uma coisa é quando os preços se formam nesta dinâmica de mercado e, em relação a sectores mais carenciados da população, se segue uma política de subsídios para compensar os problemas que comporta o funcionamento de tais mecanismos. Mas quando se fazem imposições administrativas ao sistema de preços que se formam no mercado, está-se a avaliar toda a população pela mesma bitola, o que é profundamente injusto do ponto de vista social.

O.T.: Mas, na realidade actual dos países socialistas, com uma procura muito superior à oferta, é necessário ter os máximos cuidados na introdução plena dos mecanismos de mercado.

J.P.M.: Certo. É evidente que a introdução de mecanismos de mercado pressupõe - até, eventualmente, a curto prazo em relação a artigos de que as pessoas estejam mais carenciadas ou de que haja uma procura social mais intensa - a possibilidade de serem encaradas medidas conjunturais, e até não muito ortodoxas do ponto de vista da teoria económica, para *encharcar* aqueles mercados com produtos que a curto prazo não podem ser produzidos nas respectivas economias.

Receita única? Não!

As soluções podem ser muitas e, principalmente, creio que a introdução dos mecanismos de mercado nos países socialistas nem pode obedecer a uma receita única, seja a do FMI ou outra qualquer, nem mesmo dentro de cada país pode ser feita da mesma maneira para todo o tipo de mercados e para todos os produtos.

O.T.: Nós temos estado aqui a falar sobretudo de *bens de consumo*. Valerá a pena ter em conta que a introdução do mercado nos *bens de equipamento* também é necessária, por exemplo, na União Soviética, por causa das relações entre as unidades económicas e tendo em conta a necessidade do desenvolvimento tecnológico.

J.P.M.: Temos estado a falar muito, também, de mecanismos de mercado. Seria interessante falar de *mercados;* conforme a diferente natureza dos mercados, será também diferente o papel e o grau de intervenção, administrativa ou política, do Estado. Parece-me, por exemplo, mais lógica e defensável uma intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho do que noutro tipo de

«Na lógica dessa notícia, poder-se-ia até dizer que a venda, em países capitalistas, de relógios, máquinas fotográficas ou viaturas de fabrico soviético, a preços mais baixos do que os que são produzidos nestes países, significaria que a economia planificada dá resposta a necessidades de acesso a bens de consumo em melhores condições de preço.»

«Na CEE verifica-se, por exemplo, um crescimento económico; mas isso não significa que tenham sido superados problemas de natureza social - e mesmo de natureza económica; mantiveram-se profundas diferenças entre regiões e países; o problema do desemprego tem as dimensões que lhe conhecemos, e outros problemas sociais estão a colocar-se, como a questão dos novos pobres.»

mercados, como o mercado de bens e serviços, e nomedamente se estes forem de procura já mais selectiva.

Também devíamos ter em conta, quando falamos de planeamento e economia planificada, que há *planeamento* e há *planeamentos*. Temos estado a falar de planeamento estatal, num espaço nacional; mas há - e essa é uma característica, que eu julgo positiva, da actualidade, tanto nos países capitalistas, como nos países socialistas - o desenvolvimento de múltiplos mecanismos de planeamento: regional, empresarial, urbanístico, de utilização dos recursos mais escassos e menos renováveis, da intervenção das unidades económicas tendo em conta os problemas ambientais e de equilíbrio ecológico. Tudo isto são formas de planeamento que se complementam, tanto entre si, como com os mecanismos de mercado. Vai-se complexizando a estrutura das actividades económicas, não só nos espaços nacionais, como, cada vez mais, nos espaços supranacionais; um campo de intervenção política - de renovação da nossa própria concepção de planeamento e de intervenção na vida social, económica e política - que interessaria desenvolver é esta articulação dos vários planeamentos entre si, e dos mecanismos de planeamento com os mecanismos de mercado, e da intervenção democrática dos agentes económicos - trabalhadores, empresários, consumidores - no modo como estes mecanismos se articulam e na definição do que devem enfatizar mais ou menos.

J.M.: É extremamente actual a necessidade de uma planificação num país socialista ter em conta uma maior internacionalização das economias e maiores interdependências. Este é outro dado que, em meu entender reforça aquilo que temos vindo a dizer: embora a planificação tenha um papel extremamente importante num país socialista, o mercado, naturalmente - por mais esta razão - tem que ser tido em conta.

E, a par da aproximação do preço ao valor das mercadorias, deve ser procurada uma efectiva relação entre *salário* e *produção*. Também não são métodos de natureza administrativa que podem regular esta questão, até pela necessidade do interesse na própria produção, de motivação do trabalhador.

O.T.: O excessivo igualitarismo que havia, por exemplo, a nível salarial, é também uma violação da lei que conhecemos desde que começámos a lidar com o marxismo: *«A cada um segundo o seu trabalho»*.

E, para além dos vários planos (integrados) que podem existir, é necessária uma planificação democrática, e não burocrática; é necessária a simplificação da planificação, abrangendo as grandes categorias, os grandes objectivos, as grandes proporções; e é necessária a utilização dos métodos económicos, e não dos métodos administrativos.

L.C.: Ainda convém clarificar outra coisa: quando, nalguma imprensa, defensores do mundo capitalista falam da introdução da economia de mercado ou dos mecanismos de mercado nos países socialistas, não estão a falar em mecanismos correctores que renovem a economia planificada no quadro da sociedade socialista. Estão a falar na introdução do modo de produção capitalista que substitua o modo de produção socialista, estão a falar na privatização de toda a economia, na entrega dos meios de produção às grandes empresas privadas, aos grandes grupos económicos, às multinacionais, estão a querer substituir o socialismo pelo capitalismo. Não é disso que nós estamos a falar aqui.

Utopia?

«Avante!»: Nesta altura, na base do que de novo se conhece, o socialismo e o comunismo podem ser encarados ainda como uma necessidade do desenvolvimento económico, ou serão antes uma utopia para não se sabe bem quando?

J.M.: Enquanto se verificarem as injustiças sociais e as desigualdades que nós constatamos, enquanto houver exploração do homem pelo homem, relações perfeitamente desiguais entre países, desemprego, enquanto se verificar todo este tipo de situações, o socialismo, naturalmente, tem razão de ser. Todos estes fenómenos são inerentes ao próprio capitalismo, ao seu funcionamento como sistema, o capitalismo não consegue resolvê-los por si só. Pelo contrário, tem é perpetuado este tipo de situações.

Hoje verificamos que nos países socialistas houve situações incorrectas e há esta crise a que todos assistimos...

L.C.: Isso não significa que tenha sido a falência do socialismo ou a demonstração da superioridade da economia de mercado.

J.M.: Foi a falência de uma determinada maneira de encarar e de concretizar o socialismo, isso sim. Mas não, de forma alguma, o terminar de um desejo de maior justiça social, de maior igualdade.

O.T.: Encarando a sociedade comunista como a fase suprema da evolução da sociedade, a fase última, em que a principal necessidade do homem seria o trabalho, julgo que se pode considerar uma certa *utopia*, uma situação acabada que, na prática, nunca se atingirá. Agora o socialismo enquanto sociedade cuja construção vai tendo fases sucessivas; o promover, através da evolução da sociedade socialista, a eliminação da exploração do homem pelo homem e das injustiças sociais, a igualdade, o desenvolvimento harmonioso e no interesse de toda a sociedade; a construção desta sociedade não é uma utopia, continua a ser uma necessidade social e económica e uma esperança dos trabalhadores.

L.C.: Acho *utopia* um termo ambíguo. Se se entende a utopia como a busca de uma sociedade verdadeiramente livre, verdadeiramente justa, sem exploração do homem pelo homem, a «sociedade da felicidade», é uma utopia que o homem sempre buscou e sempre há-de buscar. Agora, não é uma utopia irrealizável, nem nunca ninguém disse o tempo, os anos e as gerações, que esse objectivo levaria a conseguir, nem as dificuldades por que hoje passa a construção da sociedade socialista se podem considerar o fim dessa utopia.

J.P.M.: A luta por uma sociedade alternativa à sociedade capitalista e à organização capitalista da produção continua a ser necessária. Eu recuso passar de um finalismo histórico (durante muito tempo considerámos o socialismo tal como existia um fruto irreversível da história) para outro, passando a considerar a sociedade capitalista, ou as sociedades capitalistas, como a única e a última forma de organização da vida social. Há espaço para e há necessidade de uma sociedade alternativa. Intervindo sobre a realidade social que temos e não a que gostaríamos de ter, tanto à escala do nosso País, como à escala internacional, há que buscar novas formas de encaminhar a evolução social nesse sentido.

«Na URSS os sectores a montante na agricultura venderam durante décadas, ao Estado, a preços inferiores ao valor, para que o Estado pudesse, ao nível do consumo, manter o preço dos bens muito abaixo também do seu valor durante 20 e 30 anos. Isto foi conseguido à custa de enormes subsídios e do desvio de volumosos recursos em prejuízo dos produtores e da agricultura, em prejuízo também da necessária afectação de recursos para o desenvolvimento da agricultura e ao agravamento das diferenças entre a cidade e o campo.
Mas a prova de que não é a economia de mercado que vai oferecer bebidas baratas aos povos dos países socialistas está já à mostra, nos efeitos da aplicação de um conjunto de mecanismos impostos pelo mundo capitalista a alguns desses países, que está a levar aos desequilíbrios sociais.»

Neste sentido estrito, acho que a luta pelo socialismo não perdeu nem actualidade, nem necessidade, embora passe por um mau bocado, como está a passar.

O.T.: A construção da sociedade socialista continua a ser a alternativa. Mas sem as deturpações, os erros, as deformações, que lhe foram introduzidas nas experiências históricas.

J.M.: Uma das razões para o nosso justificado optimismo é o facto de a procura de novas soluções partir precisamente de um país socialista, a União Soviética, e de um partido comunista, o Partido Comunista da União Soviética. Isto mostra que não foram questões exteriores, foi efectivamente num país socialista e por iniciativa de um partido comunista que se reconheceram os erros e que se procura a saída.

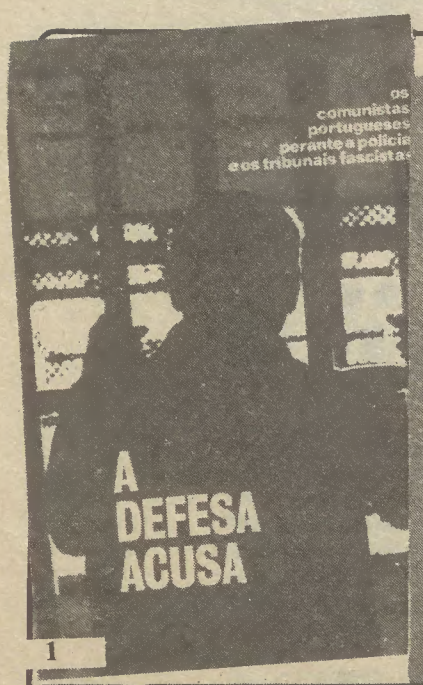
L.C.: Creio que não há necessidade nem razão para estarmos à busca de novas definições ou novos conceitos para a tal utopia ou sociedade justa que queremos construir. Essa sociedade tem um nome - sociedade socialista - que é aquele que no quadro actual da luta das ideias, dos conceitos, existe e se opõe à sociedade capitalista. Mal-grado as perversões, as dificuldades, os desvios aos próprios conceitos originais do marxismo-leninismo, não se justifica a conclusão de que devíamos buscar uma *terceira sociedade*, que não se descortina qual seria no quadro actual. Penso que a luta pela sociedade socialista mantém plena actualidade, mantém plena necessidade histórica e plena razão para termos uma perspectiva optimista em relação ao futuro. ■

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

Campanha de Assinaturas

válida até 31 de Março

6 meses (26 semanas) ___ 2000$00
12 meses (52 semanas) ___ 3800$00

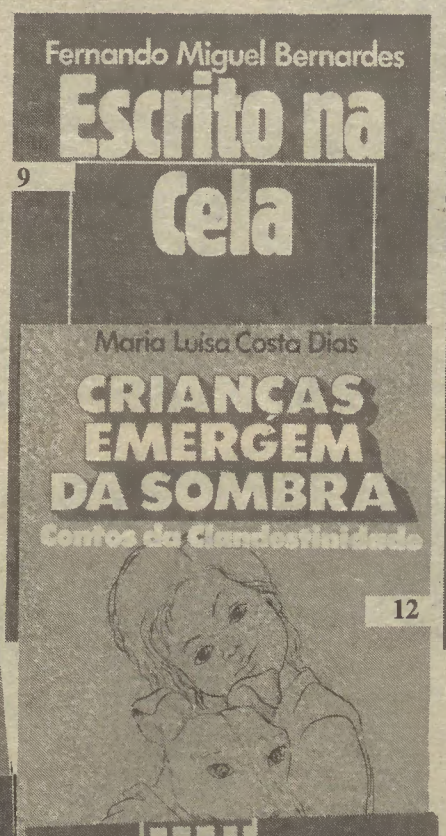


1

2

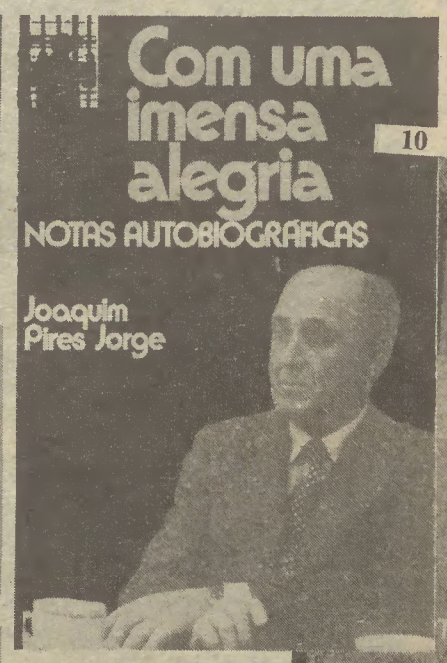
3

6

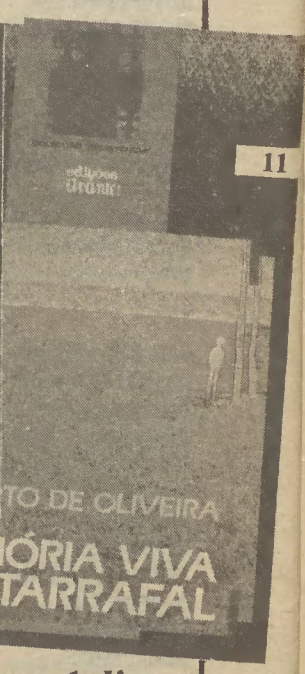


9

12



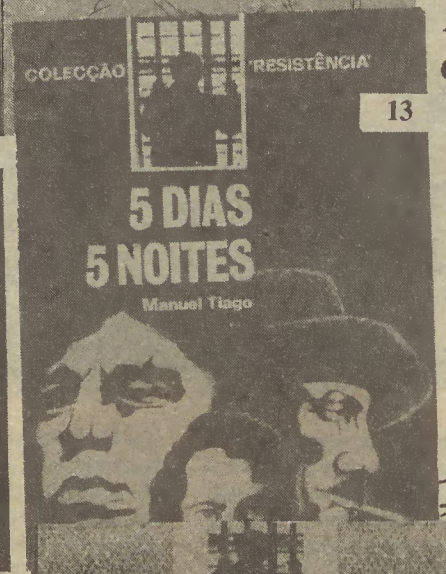
10



11

4

7



13

5

8

14

Prémios

- *Assinatura semestral — 1 livro*
- *Assinatura anual — 2 livros*

BOLETIM DE ASSINATURA

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Assinatura 6 meses ☐ 12 meses ☐ (assinalar com um X) Envio a quantia de Esc. 2000$00 • Esc. 3800$00 (riscar o que não interessa) em cheque n.º _____ s/o Banco _____

Livros (assinalar com uma cruz o número ou números acima indicados)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14

Angariador (1)

Nome _____

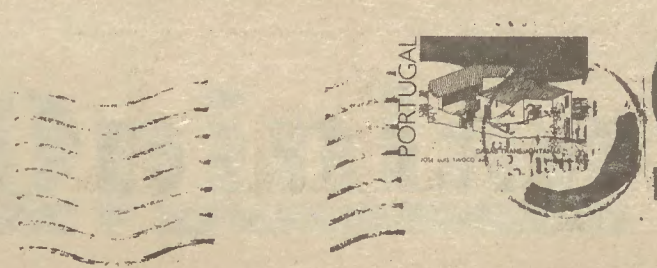
Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Prémio especial para os angariadores

10 novos assinantes semestrais ou 5 novos assinantes anuais

(1) Para envio do livro *Civilizações Antigas do Oriente e Ocidente* os 5 boletins de assinaturas anuais ou os 10 boletins de assinaturas semestrais e os respectivos pagamentos deverão ser enviados em conjunto com estas fichas preenchidas em nome do mesmo angariador



Cartas do leitor

Alguma discordância

A primeira palavra é de franco aplauso e vai para o «Avante!», pelo esforço que está a desenvolver nesta fase preparatória do XIII Congresso. O jornal tem acolhido um vasto leque de opiniões, numa abertura total ao debate de ideias, e só por evidente má fé ou preconceito se pode sustentar o contrário ou inculcar suspeições.

Li atentamente o que o camarada Jaime Gralheiro escreveu. Um trabalho que considero útil, equilibrado, sereno, sem sombra de sectarismo ou crispação. O que de resto não me surpreendeu por muitas e boas razões que não vêm agora ao caso. Discordo, porém, de alguns dos seus pontos de vista. Correspondendo ao convite formulado na respectiva «nota final», aqui estou a dar conta dessa discordância, relativa principalmente a três pontos.

A saber:

Ponto 1 – Os funcionários do Partido

Penso que é injusta a generalização que JG faz. Aceito perfeitamente a ideia de que um ou outro funcionário possa ser incompetente, por falta de «capacidade técnica e humana». Basta, aliás, que JG o afirme. Mas seguramente que não é essa a regra. Conheço a política de recrutamento dos funcionários do Partido e posso garantir que no meu Organismo só os mais dotados e esclarecidos têm sido convidados para o quadro profissional. Afirma JG **que apenas eles (os funcionários) passaram a intervir na formação da vontade colectiva, sendo os militantes meros destinatários das opiniões, decisões e directivas tomadas por eles.** A minha experiência leva-me exactamente à conclusão inversa. Os funcionários que tenho conhecido sempre se esforçaram (até de mais!) por levar os militantes à plena discussão e participação. O camarada JG tem o cuidado de frisar que só questiona nos funcionários a aptidão técnico-profissional, o que me dispensa, portanto, de referir detalhadamente o espantoso empenho revolucionário e a enorme capacidade de sacrifício e de entrega que neles detecto e tanto me impressiona. Tenho um profundo respeito e admiração pelos funcionários do Partido, razão básica do calor (talvez excessivo) com que os defendo. O camarada JG que me desculpe.

Ponto 2 – A eleição do Comité Central

A metodologia que JG defende é, parece-me, a que se utiliza para a eleição dos delegados ao Congresso, em que o factor proporcional e geográfico é determinante. Mas o Comité Central é um órgão cuja operacionalidade importa garantir. Por isso é que para a sua composição se tenha de entrar em linha de conta com uma série de dados: classe de origem (a maioria operária é desejável), a especificidade técnico-profissional, os escalões etários, o número de mulheres, o grau de formação ideológica, as provas dadas, a disponibilidade, etc. De tudo isto resulta o óbvio: é necessário traçar critérios e coordenar a composição da lista a propor ao órgão supremo — o Congresso. E ninguém melhor que a direcção cessante tem condições para realizar um trabalho correcto, dado o conhecimento que possui de toda a organização partidária a nível nacional. Mas — e aqui vou ao encontro de algumas preocupações de JG — nada impede que a auscultação de todos os Organismos Distritais e outros seja mais profunda, periódica e pormenorizada, por forma a minimizarem-se os erros de apreciação. Quanto à divulgação prévia da lista a submeter ao Congresso, desconheço se há ou não inconvenientes. De uma coisa estou certo: o recurso exclusivo ao factor geográfico e proporcional na eleição do Comité Central podia trazer gravíssimos prejuízos ao Partido.

Os congressistas — não o esqueçamos — poderão (sempre) pedir esclarecimentos sobre os critérios adoptados na constituição da lista proposta estudar os currículos e, em última análise, votar alterações no todo ou em parte. O Congresso não deixa nunca de ser soberano e esta qualidade suprema só será meramente teórica se os congressistas o permitirem. Agora se o Congresso concede o voto de confiança pedido pela Direcção e aprova a constituição do Comité Central que lhe é proposta, então não se pode mais tarde vir a acusar esse Comité Central de falta de legitimidade democrática. Não se pode ser e não ser, não se pode dar e não dar. A procura de transparência e da democraticidade não pode ser de tal modo obsessiva que nos faça tomar a árvore pela floresta.

Ponto 3 – A substituição do secretário-geral

Entende JG que o actual secretário-geral deve ser substituído **por razões da própria idade**. Ora está dito e redito, além de comprovado, que a idade não é, em princípio, factor determinante para o desempenho dessa tarefa. Embora inusual, todos sabemos que um homem de 76 anos ainda pode desempenhar bem o cargo e não repugna acreditar que outro com metade da idade o pode desempenhar mal. Ainda há dias o actual secretário-geral deu provas exuberantíssimas de excelente condição, durante uma notável entrevista à RDP. Os entrevistadores bem se esforçaram por fazer-lhe perder o fio à meada, mas no fim quem ficou baralhado e confundido foram eles.

Diz JG que o actual secretário-geral começa a ser factor de divisão dentro do Partido. Peço licença para discordar. Os dramáticos acontecimentos a Leste tinham de repercutir no PCP, como aconteceu, aliás, noutros partidos irmãos. E isto independentemente do secretário-geral em exercício. Embora estejamos, JG e eu, no campo da pura subjectividade, atrevo-me a afirmar que o desmoronamento a Leste só não teve maiores e mais graves consequências para o PCP exactamente porque temos este secretário-geral («homem superior», lhe chama JG) que, com o seu grande prestígio e o exemplo de toda uma vida dedicada ao ideal revolucionário, amorteceu e absorveu grande parte das ondas de choque com epicentro a Leste. Colocá-lo numa presidencial prateleira? Numa gaiola dourada? Figura ornamental? Referência viva? Nem ele merece o castigo (estou seguro de que para ele isso seria mesmo um forte castigo), nem o Partido se pode permitir semelhante «luxo».

Estes, pois os três pontos em que claramente me demarco do camarada Jaime Gralheiro. A quem envio as mais cordiais saudações.

■ **Fernando Pereira – AMADORA**

E se começássemos pelas bases?

É isso mesmo, camaradas. Embora pareça uma controvérsia, não escrevi esta carta igual ou parecida a outras que tenho lido nas colunas do «Avante!». Os problemas sobre os países do Leste, que são obviamente deles (embora não se pondo em dúvida que nos afectam), os problemas que a muitos se colocam sobre a substituição deste ou daquele dirigente, estão já por de mais discutidos, com várias opiniões, umas coincidindo, outras não, mas que desejo tenham uma solução e um rumo certo.

Era salutar que certos camaradas não fizessem só dessas duas questões o centro de todas as conversas, que a meu ver só conduzirá a um maior aproveitamento pela parte dos nossos inimigos.

Tenho a certeza que, a nível de organização de bairros, células de empresas, muita, mas mesmo muita coisa está errada, e muito continua por fazer. Deve-se acarinhar e ouvir todos os militantes sem excepção, por vezes até só amigos, sempre que lhes faz falta uma palavra de apoio.

Mas é com tristeza que vejo, que onde realmente deveria haver unidade e confiança, se vai lentamente desmoronando tudo isso. Assim não dá, camaradas. As bases são sempre o alicerce, seja ele do que for, e uma vez corroídas nunca mais podem suportar o resto, sempre que haja algum temporal.

Tenho a certeza de que muitos lendo esta carta me haveriam de dar razão, porque no fundo sentem tudo isto, embora tantos façam por ignorar, e bem poucos até terão a coragem de o afirmar.

Quem sente que determinadas coisas vão mal, em qualquer organismo a que pertence, quantas vezes fala por fora. Mas nunca nas reuniões, onde o deveria fazer. Dentro delas limita-se a calar, e quantas vezes até a concordar, com o que à partida sente que reprova. Para mim aí só existem três adjectivos: ignorância, cobardia e um tremendo medo.

O título desta carta tem um significado coerente com tudo o que penso com firmeza e com o que reprovo na totalidade, a nível de certas organizações. Nem sequer direi de todas em geral, porque não há regra sem excepção. Falo por experiência própria e também baseada em conversas que tenho tido com outros camaradas de outros sectores.

Para vencer esta luta, que dia a dia se vai tornando mais difícil, a prioridade das prioridades seria a unidade de todos. Qualquer coisa fragmentada é à partida logo condenada ao insucesso. E isso deve-se evitar a todo o custo. Sempre me bati com tudo o que tinha ao meu alcance por uma maior unidade. Para mim nunca fez sentido que em todas as lutas, greves, manifestações, etc., o povo se unisse, para em eleições seguintes se dividir.

A prova de que estava certa teve-se recentemente com as eleições autárquicas. A unidade dos partidos democráticos num verdadeiro consenso, com o único objectivo de derrotar a direita, conseguiu dar um grande passo e fazer tremer os barões e as suas hostes. Os votos dos verdadeiros democratas, juntos, conseguiram um resultado totalmente inverso do que se tivessem mais uma vez sido dispersos. E o grande vencedor foi sem dúvida alguma a unidade, há tanto desejada. E por isso se deve continuar a lutar por ela para os próximos actos eleitorais que se avizinham. Voltando um pouco atrás, penso que há que rever e com a maior urgência possível, com um correcto esclarecimento, que se não deve rotular disto e daquilo (sempre em sentido pejorativo), camaradas que lêem outros jornais que não são totalmente afectos ao Partido, se falarem com amigos que sejam mais ou menos moderados, ou até mais radicais, logo são apodados como frequentadores de meios hostis. Muitas vezes fazendo deturpações gravosas. Isso não é liberdade! Mais nos faz lembrar outros tempos, que desejávamos apagar da nossa memória. Outros camaradas, que estão desde sempre à frente de organismos de direcção num absoluto controlo que não seja as suas ideias. Sem outros terem direito a voz, ou se a tiverem ser simplesmente ignorada.

Em resumo: passando tudo a ser monopolizado. Os outros, a quem pomposamente há quem chame arraia miúda (só que alguns desses outros, na prática, até são maiores que eles), esses são considerados para trabalhar e aprovar o que eles propõem. Só que... com essas suas atitudes apenas conseguem três coisas distintas:

Os que lhes obedecem cegamente, porque não têm vontade própria. Outros que foram activos militantes, mas ao longo destes anos foram-se afastando, quer de uma forma, quer de outra. Talvez porque não tiveram a força suficiente para ultrapassar certas barreiras que, concordo, são por vezes bem difíceis. Outros ainda (é o meu caso) não está nos seus horizontes remar e deixar andar tudo ao sabor do acaso.

Quando não se consegue fazê-lo no sítio certo, tenta-se por outras vias, com todas as formas de luta ao nosso alcance.

E torna-se o impossível no possível. E porque não recuo, estou convicta que se deve tentar corrigir tudo o que não está bem. (...)

■ **Maria Emília M. Almeida**
Lisboa

Crescer no Partido

Cresci politicamente dentro deste Partido, o que não faz de mim um original. Comigo há centenas de milhares suficientes ao longo da história do PCP para que possa, sequer, lembram-me do espelho, quanto mais julgar-me um Tarzan que salta sempre melhor entre lianas. Ou nenúfares. Ou a teoria disso e de outras coisas mais complicadas.

Vem isto a propósito – embora talvez não pareça – da discussão das Teses actualmente em curso no Partido.

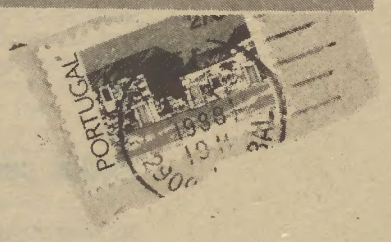
Nesta secção das «Cartas» tem desaguado um caudal de opiniões que, confesso, constitui leitura obrigatória dos meus fins-de-semana, que é quando tenho tempo de estar um bocado mais comigo (e não estou a armar-me ao intelectual ocupado que faz questão de ter tempo para tudo menos para ter tempo).

Daí resultou uma constatação formulada neste fim-de-semana (que também utilizo para formular coisas) que os camaradas publicarão quando lhes der jeito. Até ao Congresso há tempo de sobra (...)

Diz respeito à secção «Cartas do Leitor»

As cartas enviadas para esta secção devem ter um máximo de 50 linhas dactilografadas a 60 espaços ou equivalente. A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de realizar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários. Toda a correspondência que contenha propostas de emendas ou sugestões sobre documentos em discussão para o XIII Congresso será transmitida às respectivas comissões de redacção. A correspondência para esta secção deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!»
Secção de Cartas do Leitor
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 LISBOA CODEX



ou, mais precisamente, ao espaço de diálogo e opinião que ela constitui no «Avante!». Como disse, tenho seguido com muito interesse tudo o que aqui se tem publicado e, já agora aproveito, acho ser uma rubrica que deveria manter-se para além do objectivo concreto da discussão das Teses (...)

Ora que constatei eu, após buscas minuciosas em toda a correspondência entretanto publicada nesta secção?!... Que nela ainda não apareceu nenhum dos camaradas – e são vários – que têm discreteado profundamente em tudo o que é Imprensa da moda (ou do poder,

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

que é a mesma coisa) sobre o PCP e os seus problemas, sobre o problema e os seus PCP's, em geral demonstrando um profundo empenho em discutir o Partido e, em particular, afirmando implícita ou explicitamente que não encontram nele, tal como é, espaço suficiente para as suas amplas respirações democráticas. E é aqui que surge a minha perplexidade: então por que não aproveitam esta «aberta»? Por que não escrevem, denunciam, teorizam, expõem – protestam, sei lá! – nas páginas do próprio órgão central?

A não ser que o tenham feito e os tenham censurado, mas permito-me duvidar: se tal houvesso ocorrido já toda a gente o saberia – não pelo «Avante!», naturalmente, mas pela televisão, ou o «Expresso», o «Independente» ou o «Jornal» – e denunciado pelos próprios (...)

É verdade que não sou um original só pelo facto de ter crescido, politicamente, dentro deste Partido, o que tenho feito com os tropeções próprios destas coisas: dúvidas aqui e ali, discussões quando calha, perguntas e respostas construídas individual e colectivamente, mas sobretudo com uma metodologia que entretanto se me entranhou: a que leva dezenas, centenas, milhares de indivíduos a discutir em conjunto quaisquer problemas, às vezes mal, às vezes bem mas sempre com o bom, o são e o empenhado esforço de se conseguir encontrar uma opinião maioritária que, muito «burguesmente», toda a gente depois aceita, quanto mais não seja até à próxima oportunidade de rever o assunto.

Foi assim que cresci politicamente no Partido o que, se não fez de mim um atleta capaz de balouçar em qualquer problema teórico, também impediu que me transformasse num macaco qualquer com a mania que é o rei da selva. O Tarzan é um original mas eu não. E pronto.

■ **Carlos Menezes – Cacém**

Lições para o futuro

No «Avante!» da semana passada, na secção Talhe de Foice, abordava-se a questão do resultado das eleições na RDA de uma forma que não me parece correcta.

Embora tendo em consideração que se trata de uma crónica e que a abordagem do tema é apenas parcial, penso que devia ser tido em conta o facto de tais resultados não serem, não poderem ser, apenas o resultado das promessas de marcos feitos pelo dirigente da RFA.

E mesmo admitindo que fossem, havia que tecer então as necessárias considerações sobre as razões dessa opção. Ou seja, como é que um povo, pelo menos uma significativa maioria, toma uma opção como a que foi feita depois de ter vivido tantos anos num regime que se afirmava socialista?

Levanto aqui esta questão porque sendo as alterações registadas nos chamados países socialistas um dos temas em debate nas Teses do Congresso, me parece oportuno que não se continue a escamotear a realidade e se fale do assunto com a maior profundidade possível. Não tenho – e bom era que tivesse – respostas para as dúvidas que estas questões levantam. Mas tenho, como toda a gente, muitas perguntas. Como é que se chegou a uma situação destas? Como é que o nosso Partido não se apercebeu da gravidade dos problemas que existiam nos países socialistas? Porque é que, se se apercebeu, nunca tomou uma posição sobre eles, tanto publicamente como junto dos militantes? Como é que depois de tudo isto se continua a falar de países socialistas? Que medidas tomar para que erros de análise semelhantes ou controlo de informação tão graves não voltem a repetir-se no Partido?

Não espero naturalmente que me respondam, mas creio que a discussão das Teses e o próprio Congresso não se podem alhear destas questões que me preocupam a mim e estou certa também muitos militantes do Partido. O mesmo se pode dizer em relação ao «Avante!», que nesta como em outras matérias agora em debate não aprofunda as questões de forma a permitir aos militantes um esclarecimento necessário e urgente de tanta coisa que nestes dias nos fazem pensar na validade das nossas certezas de ontem. Mas é claro, se o Partido não abordar em profundidade estes problemas como poderá o jornal fazê-lo?

Embora não subscreva muitas das posições que têm vindo a ser tomadas na secção das cartas por quem até parece ter tirado uma assinatura de correspondência, devo dizer que me parece fácil cair em posições menos lúcidas quando os dados estão tão baralhados como agora e o Partido, ao invés do debate aberto e franco, da abordagem sem preconceitos das questões, parece preferir retirar-lhes a sua gravidade, em particular naquilo que implica com a postura que assumiu ao longo dos anos.

Afinal, e esta é a última pergunta, o que é que temos a perder em reconhecer os erros do passado, nosso e dos outros, e tirar deles as necessárias lições para o futuro?

■ **Ana Gonçalves – Lisboa**

Os funcionários e os militantes...! Um Comité Central ou uma Assembleia de Representantes?

O camarada Jaime Gralheiro numa carta publicada no Avante de 15/3/90 refere-se entre outros ao papel dos funcionários na organização e sobre a forma de eleger o Comité Central. — Passo a comentar.

— Diz J.G. que na organização do Partido existem duas realidades, os militantes e os funcionários; — o que leva a crer que ou os funcionários não são militantes, ou que têm mais direitos do que os outros militantes...!

Se as afirmações que o J.G. faz, se traduzirem em situações existentes em algum sector ou organização do Partido, é grave.

Do que conheço, e conheço algumas organizações regionais e concelhias o que acontece é o contrário: existem militantes por vezes camaradas com responsabilidades em organismos de direcção do Partido que se demitem, ou não aparecem às reuniões, ou não dão seguimento prático às orientações traçadas. Outros camaradas exercem o papel de meros «conselheiros», alguns até porque partilham da ideia de que os funcionários pelo facto de receberem salário têm por obrigação realizar todas as tarefas do Partido.

Os camaradas que têm ou tiveram responsabilidades sabem que por vezes marca-se um, dois ou três encontros com um camarada e este não aparece!

— A vida do Partido não pára — e lá vai o funcionário ou outro camarada dar seguimento às tarefas que cabiam ao camarada por quem esperaram.

Quanto maior for a participação dos militantes mais amplo é o funcionamento democrático do Partido, maior é a capacidade de resposta.

Quanto ao papel dos funcionários (dirigentes): — o camarada J. G. ou não conhece — o que não acredito — ou então pretende escamotear a intensidade da vida diária do nosso Partido, aos vários níveis é constante a necessidade de dar respostas do mais variadíssimo tipo.

A consumar-se o que o camarada propõe o Partido perdia capacidade de direcção e de luta — emperrava — ou então montava-se uma máquina partidária tipo empresarial, em que os funcionários dariam execução às tarefas sob a ordem de «chefes» — e se os «chefes» não fossem funcionários tal máquina não funcionaria.

Isso não seria devolver o Partido aos militantes, mas sim, cair num absurdo embuste que limitaria o direito de participação democrática dos militantes na vida do Partido, seria burocratizar o Partido.

Quanto à forma como deve ser eleito o Comité Central: aquilo que J. G. propõe é acabar com o Comité Central e para o seu lugar criar uma Assembleia de Representantes das organizações regionais, que evidentemente não seria eleita no Congresso, mas sim nas respectivas assembleias regionais.

A estrutura orgânica do nosso Partido não assenta nem em federações nem em Partidos Regionais.

O que os Estatutos dizem, é na minha opinião, amplamente democrático. — Transcrevo:

— O Comité Central deverá proceder a uma ampla auscultação sobre os quadros, nomeadamente junto das Direcções Regionais, de organismos de direcção e grandes sectores e de outras organizações.

Em relação a cada um dos candidatos a integrar na proposta do novo Comité Central, deverá ser considerado a opinião do organismo a que pertence e dos organismos com quem directamente trabalha.

Quem melhor do que os camaradas que compõem o conjunto destes organismos pode conhecer o candidato em causa?

Quanto ao se conhecer os nomes dos camaradas, no XII Congresso os delegados conheceram a proposta do novo Comité Central no início dos trabalhos. É natural que um camarada de Lisboa não conheça um camarada de Bragança.

■ **Vítor Manuel Lima Martins**
Funchal

Diferente e melhor

Três notas sobre as «reflexões» que o camarada Mário Lino fez a propósito de um escrito meu:

1. – Em diversas passagens ML (sem ofensa) afirma que critico, que faço críticas. **Sou um crítico!**

2. – ML certamente não ignora – apesar de controversa interpretação sobre o X Congresso – que ninguém atacou com tanta violência os fraccionistas como o fez V.I. Lénine.

3. – ML pinta com cores tenebrosas o regulamento proposto para o Congresso. Descontando as sombrias cores, é verdade que acho bem o regulamento no que tem de essencial. Não apenas por ser **diferente**, mas, sobretudo por ser **melhor**.

■ **A. Villaverde Cabral**

Nota *— Os títulos antecedidos de • são da responsabilidade da Redacção; todos os restantes são propostos nas próprias cartas pelos seus autores.*

Opinião

A propósito do «espaço» do PCP

1. O sismo que tem abalado os países socialistas — há quem diga que o século XXI começou agora, nos anos 90 — tem sido acompanhado do reaparecimento de velhos debates, que por surgirem envolvidos numa nova roupagem, não deixam por isso de reproduzir discussões antigas.

A proclamação do fim das ideologias, do fim das classes sociais ou, pelo menos, da conflitualidade entre classes, como causa do movimento da História, do fim dos partidos como representando ou expressando os interesses de classes e camadas sociais, da convergência ou fusão dos sistemas — do capitalismo e do socialismo — mesmo do fim da História, são slogans que voltam hoje a estar na moda, catapultados pelos acontecimentos que têm vindo a decorrer nos países da Europa Central e de Leste.

A partir daqui questiona-se o «espaço» do(s) partido(s) comunista(s), interroga-se mesmo sobre a sua validade e actualidade como partidos da classe operária e de todos os trabalhadores, há quem se apresse a mudar de nome e de corrente ideológica.

Tudo isto, não sendo novo, é indubitavelmente importante pela dimensão que assume e, obviamente, estimula discussões e reflexões a que não devemos virar costas.

2. Aos que se apressam a proclamar o fim das classes ou o seu papel determinante na História, há que recordar que o lugar que os Homens e as Mulheres ocupam num sistema social determinado, a sua posição e atitude perante os meios de produção, o seu papel na organização social do trabalho, as funções que desempenham, a proporção em que beneficiam na distribuição da riqueza social, continuam a ser traços essenciais que definem as classes sociais e que mantêm plena actualidade. Hoje, no alvor do século XXI, como ontem, com Lénine.

O capitalismo assenta a sua reprodução exactamente na exploração de uma classe por outras, na exploração por uma determinada classe que detém a propriedade privada dos meios de produção daquela outra ou outras classes que, desprovidas da propriedade dos meios de produção, vendem a sua força de trabalho para angariar meios de subsistência, criando um sistema iníquo, de profundas injustiças e desigualdades sociais, de miséria, de bolsas de milhares de novos e velhos pobres, da exploração de países terceiros.

Em Portugal, o trabalho precário atinge já hoje cerca de 20% do número total de trabalhadores por conta de outrém; em França, de 9 milhões de contratos de trabalho assinados em 1988, 8 milhões são de trabalho a prazo ou precário, existem hoje 2,6 milhões de pessoas à procura de emprego e o último relatório do Centro de Estudos de Rendimentos e Preços afirma que o número das famílias mais pobres cresce duas vezes mais depressa que a população; na CEE o número de pobres ascende a 40 milhões e nos EUA os pobres atingem 35 milhões, dos quais 30% são negros, sendo certo que os negros só representam 12% da população; 10% dos americanos detêm 2/3 (dois terços) da fortuna nacional; a fortuna acumulada dos 400 americanos mais ricos equivale à totalidade da poupança depositada nos bancos comerciais por toda a população americana; no Brasil, 42% das crianças abandonam a escola por falta de meios, e 25% da força de trabalho é constituída por crianças de 10 a 14 anos; no México, mais de 5 milhões de crianças abandonaram a escola primária entre 1982 e 1988; na Grã-Bretanha 400 crianças de menos de um ano morreram devido à miséria, no último Inverno; em cada dia morrem no mundo 40 mil crianças vítimas de doenças benignas que seriam perfeitamente curáveis; os 176 milhões de dólares de juros da dívida externa pagos pelo Brasil de 1977 a 1988 é superior em 52 milhões de dólares ao valor da própria dívida.

Desde 1981, segundo os últimos dados publicados pela Conferência das Nações Unidas para o Mercado e Desenvolvimento (UNCTAD), o número de países subdesenvolvidos aumentou de 32 para 42 enquanto que na CEE os indicadores de assimetrias, no plano agrícola, entre os países mais desenvolvidos do Norte e os menos desenvolvidos do sul passou de 55 para 64, em 7 anos.

Isto é, o carácter explorador, profundamente injusto e agressivo, do capitalismo «real» e do imperialismo, assente na exploração do Homem pelo Homem e na pilhagem de outros países, não mudou na sua essência e está longe de se vislumbrar alguma convergência com os valores do socialismo.

Os «deserdados» da terra estão obviamente interessados em terminar com este sistema perverso e criar uma nova sociedade baseada nos valores da liberdade, da solidariedade, da justiça social, da paz, do socialismo, sem exploração nem opressão. Todos, e em especial a classe operária e todos os trabalhadores assalariados, que vendem a força de trabalho e são a fonte de enriquecimento de uma minoria que se apropria do trabalho alheio e das riquezas da Humanidade, estão interessados na criação de uma sociedade justa, o que só é possível pela conquista do poder político e pela transformação do sistema.

3. Nas sociedades modernas os partidos são a expressão política organizada de classes, camadas e grupos sociais tendo como fim exactamente a conquista do poder político.

Assim sendo, o espaço dos partidos — todos releva dos interesses sociais que exprimem e que representam no plano das ideias e dos projectos de transformação social que perfilham.

Neste quadro, o PCP reclama-se, e bem, dos valores da classe operária e de todos os trabalhadores, é a sua expressão organizada no plano político e cujos interesses protagoniza na sua própria composição de classe, nos seus objectivos programáticos, na sua linha estratégica, na sua táctica, na sua luta, no seu discurso. Todo o PCP é, e bem, atravessado centralmente por esta matriz.

Estilhaçar e neutralizar esse espaço recorrendo a uma linguagem globalizante que apagaria a dimensão conflitual das causas e dos interesses sociais que caracterizam e definem o PCP seria a consequência certa se o Partido renunciasse, apagasse ou esvaziasse a sua matriz operária fazendo-o «convergir» com a social-democracia. Correr atrás dessa falsa modernidade significaria exaurir o PCP, alienar-lhe a sua base de apoio, isolá-lo da classe operária e de todos os trabalhadores que deixariam de ver representados os seus interesses, anseios e aspirações, nas propostas e nos discursos do PCP sem, certamente, atrair na mesma proporção, outros sectores sociais que, originariamente, estão representados por outras «famílias» políticas.

Isto não significa, obviamente, — e desde já se diz para evitar falsificações apressadas — que o PCP se dispense de atrair para o seu projecto e as suas propostas outros sectores sociais, não monopolistas, cujos interesses convergem, objectivamente, com os interesses dos trabalhadores.

Pelo contrário, essa é uma necessidade vital para qualquer partido comunista, até porque, com o desenvolvimento do capitalismo e da revolução científico-técnica se alargam cada vez mais os limites da classe operária e de todos os trabalhadores e cada vez é mais complexo traçarem-se fronteiras rígidas de demarcação entre a classe operária e as classes «vizinhas» e entre os vários grupos que constituem as diferentes classes e camadas sociais não monopolistas.

Dentro, aliás, da própria classe operária e do conjunto dos trabalhadores há diferenciações de estatuto e condição social, de atitudes perante a vida e o trabalho que não se pode deixar de ter em conta.

Nunca, aliás, o PCP vestiu uma farda igual ou teve um visão estreita e redutora das classes, camadas e grupos sociais cujos interesses diversificados representa e defende no plano político.

Por outro lado, é necessário ter permanentemente presente e confrontar certas teses com o nível concreto de desenvolvimento das forças produtivas e de cada sociedade. E no caso português se há manchas de grande desenvolvimento tecnológico onde as funções dos diversos «agentes» no processo produtivo estão estreitamente associados e interligados e onde o trabalho de carácter manual foi ou está a ser substituído por um labor de carácter intelectual, também é verdade que em largas zonas da nossa economia subsiste uma classe operária «tradicional» (para usar a expressão de alguns autores) por onde continua a passar o centro do dinamismo e da transformação social e onde mais se faz sentir o agravamento das desigualdades sociais, o desemprego, o emprego precário, a ausência de segurança social, a instabilidade. São eles que preenchem as novas ilhas de pobreza e as estatísticas da emigração.

4. Mas, evidentemente que também é verdade que o processo de desenvolvimento económico e social, a internacionalização e a mundialização da economia (e no nosso caso a integração comunitária e o Mercado Interno que está já a ser construído em ritmo acelerado), as novas interdependências, a acelerada revolução tecnológica, designadamente no plano informático e nos meios audiovisuais, o peso cada vez maior da comunicação social na (de)formação e condicionamento da opinião pública provoca cada vez mais a inserção nas preocupações da opinião pública, no debate e na luta política pela transformação social de novas questões e novos temas que, mais do que estar atento, devem ser inseridas com um estatuto de relevo no vocabulário político, na acção e nos objectivos programáticos do PCP (as questões do ambiente e do urbanismo; do ordenamento do território e da gestão dos recursos; da marginalidade e da droga; dos jovens e das mulheres; da paz e da segurança global; etc.).

Os recentes e vertiginosos acontecimentos ocorridos e em curso nos países socialistas provocam por sua vez, naturalmente, profundas interrogações, sobre as suas variadas causas, sobre a natureza e o «modelo» das sociedades que estavam em construção, sobre os partidos que detinham uma posição hegemónica e omnipresente nessas sociedades, sobre a importância intrínseca da democracia política e da liberdade cruzada com a democracia económica e social, sobre a ausência e a necessidade de mecanismos e «contra-poderes» que impedissem o desenvolvimento de processos perversos que nada tinham a ver com o marxismo-leninismo e que acabaram por afogar e fazer diluir as grandes transformações que se produziram no mundo socialista (e que devem ser valorizadas), sobre a vaga social de fundo que em muitos desses países se produziu contra os partidos comunistas no poder.

As interrogações e reflexões que estes acontecimentos originam são perfeitamente legítimas e necessárias.

Há também neste terreno que lhes dar resposta e retirar delas as experiências e os ensinamentos que nos possam ser úteis, sem esquecer, contudo, que foi em 1935 a última vez que a orientação do PCP foi debatida com outros partidos no quadro da Internacional Comunista e que, desde então, sempre se rejeitou a noção de «modelo» e se determinou a actividade do PCP de modo autónomo.

É pois óbvio que é necessário ter em conta todos os cada vez mais complexos matizes neste mosaico que é a vida social e política que nos rodeia. Constitui, contudo, uma condenável falsificação da realidade quando se pretende dar a ideia que o PCP esteve ou está alheio a essas questões.

Vital Moreira (Expresso, 17 de Fevereiro de 1990) pretende fazer passar a ideia de que o «espaço social» do PCP estaria a ser «redutivamente circunscrito à classe operária» para depois proclamar — como se fosse uma original tese do próprio — que o PCP há-de «continuar a reclamar-se fundamentalmente dos interesses da classe operária e dos trabalhadores em geral».

Zita Seabra (Diário de Notícias, 13 de Março de 1990) depois de, ao que diz, ter lido as teses, resume as posições do PCP face aos acontecimentos nos países socialistas, à transcrição parcial, contida em 4 linhas do ponto 1.5.5. das Teses e onde se afirma que «não eram conhecidas a real dimensão e a gravidade das situações, dos erros e do abuso do poder revelados pelos acontecimentos dos últimos anos» escamoteando os restantes 68 pontos que ao longo de 7 páginas das Teses analisam com profundidade os acontecimentos ocorridos naqueles países e avançam com uma análise das causas fundamentais das crises verificadas, das suas consequências internacionais, da posição do PCP ao longo de anos, das características essenciais que são apontadas no projecto de sociedade socialista que o PCP propõe para Portugal.

Isto é, por um lado, tenta-se imputar ao PCP características e análises redutoras que este não tem nem faz, para depois vir propor-se, como se fossem teses próprias, propostas que de há muito estão assumidas no Programa, nos Estatutos e na prática do PCP — sem com isso se ignorarem as deficiências e os atrasos na organização e na acção do Partido — ou que estão contidas nas Teses, e por outro falsificam-se deliberadamente as posições do PCP, para melhor o poder atacar.

São atitudes que não podem deixar de ser consideradas intelectualmente pouco sérias e que não contribuem para o debate sério que se pretende e para o reforço e renovação do PCP, que é o objectivo do XIII Congresso (Extraordinário).

■ **Lino de Carvalho**

XIII CONGRESSO
EXTRAORDINÁRIO
PCP
LOURES · 18 · 19 · 20 · MAIO · 1990

XIII CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO PCP

O Congresso na comunicação social

Congresso e Congressos

AQUELA MÁQUINA!

O tema jornalístico «O ano de todos os Congressos» está gasto e regasto na comunicação social tal a atenção que é naturalmente conferida ao facto de todos os mais importantes partidos realizarem Congressos no 1.º semestre deste ano.

Entretanto, pode dizer-se que tem sido escasso o interesse dos órgãos de comunicação social sobre as reais regras de preparação dos Congressos dos diversos partidos.

Há entretanto uma óbvia diferença de critério no que respeita ao PCP e no que respeita aos outros partidos. É que sobre estes, em matéria de regras de preparação, não há nem informação nem comentário. Mas quanto ao PCP, faltando exame atento e despreconceituoso das suas regras, sobram entretanto acusações e sentenças inapeláveis de falta de democracia.

Com efeito, não suscitou qualquer reflexão o facto de na preparação do Congresso do CDS, além do mais de carácter ordinário, passados vinte dias da entrega de moções, já terem de estar concluídas as eleições de delegados.

Igualmente quanto a este partido, também não provocou qualquer comentário acutilante aquela realidade retratada pelo «DN» (edição de 19.3) com expressões como «Futuro do CDS decidido nos corredores do Congresso» e frases como «à hora do fecho desta edição do DN, as figuras secundárias do CDS "entretinham" os trabalhos com uma longa série de intervenções enquanto nas suites, corredores e restaurantes da zona do Altis os vários grupos em "confronto» procediam a negociações».

Também ninguém se interessou por reflectir se foi em resultado daquele frenético debate democrático acima descrito que Freitas do Amaral, tendo exigido ⅔dos votos (o que corresponde a 66,6%), tenha obtido, não 67% ou 65%, mas exactamente 66,3%, ou se, pelo contrário, se trata afinal daquela «engenharia das almas» que agora está na moda os profissionais desta «engenharia» atribuírem aos comunistas.

Mas sobretudo passou completamente despercebido a todos quantos em órgãos de comunicação social se afadigam a amesquinhar as regras e o funcionamento da preparação do Congresso Extraordinário do PCP dois factos referentes ao Congresso do PSD que, relacionados, comportam um exemplar significado.

O primeiro facto: estando o Congresso (Ordinário, lembre-se) do PSD marcado para 6,7 e 8 de Abril, em 14 de Março, ou seja três semanas antes, já o «Povo Livre» publicava a lista completa dos delegados eleitos e dos participantes (e dos designados por inerência que são uma grossa fatia), devidamente ordenada por ordem alfabética, começando concretamente no Sr. Abreu, Armando Ribeiro de e terminando no Sr. Viveiros, Américo Natalino Pereira de.

O segundo facto: só uma semana depois de ter publicado a lista completa dos delegados eleitos, e a duas semanas do Congresso, é que o «Povo Livre» publicava as moções de orientação para o Congresso.

Juntando estes dois factos, ficamos num dramático dilema pois não sabemos se, com base no primeiro, devemos dedicar-nos a enaltecer o facto de o PSD ter assim conquistado o direito a ser considerado no plano partidário como «aquela máquina», ou se nos devemos pôr a conjecturar quão prolongado, intenso, rico e fundamentado deve ter sido, sem moções publicadas, o debate de ideias que terá percorrido e agitado o PSD antes da eleição de delegados.

Não se entenda a ironia como traduzindo ignorância sobre que um Congresso implica necessariamente representação e delegação ou inculcando menosprezo pela dignidade e responsabilidade dos delegados eleitos.

Não é isso naturalmente que está em causa. Mas está em causa sim a profunda diferença entre uma mera delegação e uma delegação que se opera no quadro de um vasto debate de ideias, de propostas e de orientações em que são chamados a intervir todos os militantes de um partido. Está em causa sim a diferença profunda entre simplesmente eleger e eleger tendo falado e ouvido, debatido e discutido, participado e contribuído para as decisões colectivas e para a formação da vontade colectiva, como acontece com a preparação do XIII Congresso do PCP, apesar de Extraordinário.

Claro que em resultado destas opções, é absolutamente seguro e certo que, ao contrário do PSD e do «Povo Livre» nem a três semanas, nem a duas nem a uma do Congresso de Loures, o PCP e o «Avante!» conseguirão publicar a lista dos delegados, nem por ordem alfabética nem a granel.

Fique o PSD com a fama de ser «aquela máquina» que, mesmo sem reconhecimento de comentadores, nós estimamos mais a honra e o proveito da democracia vivida e praticada. ■

ANTOLOGIA

é só latim

• «No seio do PCP, tem-se do PCP como certo que Álvaro Cunhal tem, desde há muito, uma solução que guarda «in pectore» ou apenas confiou a alguns amigos íntimos»

— «O Jornal» de 23/3

Expresso citando o próprio

• «Contactado pelo Expresso, Saramago disse que não irá adiantar quaisquer esclarecimentos às razões que avançou na carta de demissão e afastou qualquer possibilidade de abandonar a prazo a sua condição de militante do PCP. *"É uma eventualidade que não coloco, nem virei a colocar"*, afirmou».

— «Expresso» de 17/3

...e oito dias depois Semanário não citando o próprio

• «José Saramago admite deixar o PCP» (manchete); «José Saramago está a encarar a hipótese de abandonar o PCP».

— Semarário de 24/3, invocando «fonte comunista»

«Sábado»: continuidade na evolução

• «Teses do PCP: Evolução na continuidade»

— título de peça na revista Sábado de 23/3

não é de crer

• «A discussão já começou entre as organizações e assembleias plenárias dos comunistas portugueses, mas não é de crer que o resultado desse debate **altere o que quer que seja** às teses que o Comité Central divulgou para esse efeito».

— «Sábado» de 23/3

será de crer?

• «O jornalista Miguel Sousa Tavares considera ter sido **"alvo de uma conspiração»** no processo que levou à sua demissão do cargo de director da revista "Sábado" ocorrido há duas semanas».

— Citação extraída, não da «Sábado», mas do «Expresso» de 24/3

elegância acaciana e liberal

• «Debalde procurará alguém de bom senso encontrar algo de novo nas teses para o XIII Congresso do PCP. Álvaro Cunhal muda apenas as moscas».

— Acácio Gomes, em «O Liberal» de 23/3

um pormenor: até hoje!

• «Nesse Congresso [de 1965], o último realizado na clandestinidade (..) veio a ser aprovado o programa do PCP que, com pequenas alterações de pormenor (...) tem regido os destinos do partido **até hoje**.

— «Sábado» de 23/3

«Quis o destino» — letra e música de Cunha Rego

• «Para piorar o cenário e prolongar a tragédia neste País, quis o destino que a direcção do PCP, submetida à clandestinidade durante 40 anos, fosse frugal nos costumes, convicta nos dogmas e nunca partilhasse o poder do Estado de forma a que por ele fosse corrompida».

— Victor Cunha Rego, em editorial no «Semanário» de 24/3

Não é em 90, é só na «década de 90». Não é certo, é só «provável». Há dez anos já dizia que. Uff!

• «É também provável que a década de 90 seja em Portugal, como por essa Europa fora, a época do fim do partido comunista (...) Como há dez anos escrevi, o marxismo não tem resposta para nenhum dos problemas das sociedades modernas»

— José Miguel Júdice no «Público» de 25/3 escrevendo sobre «Uma década imprevisível»

«Público» minucioso...

• «Quando a sessão principiou metade das cadeiras do salão do Hotel Roma estava vazia; quando (...) encerrou contabilizavam-se 35 pessoas; no total (...) não passaram por lá mais do que 120 cidadãos».

— «Público» de 22/3, em notícia sobre um colóquio promovido pela DORL do PCP

...e «Público» genérico

• «No encontro de ontem, menos concorrido que o anterior. (...)»

— «Público» de 25/3, em notícia sobre um colóquio promovido pelo INES

andam por aí a inventar

• «Após o comício de aniversário do PCP, no qual aludiu aos "camaradas que, com cartão de comunistas, continuam a **fazer críticas**"».

— «Diário de Lisboa» de 16/3

• No comício comemorativo do sexagésimo aniversário do PCP realizado na sexta-feira dia 9, Cunhal tivera uma referência directa aos críticos da direcção do partido tratando-se como "pessoas que ainda têm cartão de militante mas **andam por aí a fazer críticas**"».

— «Semanário» de 17/3

• «O paradigma foi a intervenção de Álvaro Cunhal no comício comemorativo do 69.º aniversário do PCP. O Secretário-Geral do PCP afronta directamente aqueles "que ainda têm cartão, mas **andam por aí a fazer críticas**".»

— «Público de 20/3

• «(...) ficou particularmente sentido com a referência feita por Álvaro Cunhal "às pessoas que ainda têm cartão de militante e **andam por aí a fazer críticas** ao Partido».

— «Semanário» de 24/3

o que foi dito e é verdade

• «Na televisão e em certas rádios dão-nos uns escassos segundos e ainda por cima truncados e defraudados. E **logo a seguir**, chovem comentários anticomunistas e, a apoiar e a confirmar, **aparecem** por vezes em fila, à bicha ou à carreira, **como comentadores fazendo dócil e colaboracionisticamente coro contra o Partido**, pessoas que têm o cartão do Partido e entretanto não coram de vergonha pelo papel a que se prestam».

— Álvaro Cunhal, no comício de Lisboa, em 9/3, conf. «Avante!» de 15/3

«Semanário» com olho clínico...

• «Cunhal outra vez doente» (manchete); «Cunhal doente passa partido a Abrantes» (título na última pág.).

— «Semanário» de 24/3

... mas ao DN não lhe pareceu

• «Cunhal aparentou boa forma em deslocação a Alpiarça»; «O Secretário-Geral do PCP, Álvaro Cunhal, aparentando boa forma física, desmentiu ontem em Alpiarça que esteja a distribuir tarefas da sua responsabilidade a membros da Comissão Política do Partido (...). Cunhal considerou ainda não terem fundamento referências feitas na comunicação social ao seu estado de saúde».

— «Diário de Notícias» de 26/3

a velha doença

• «Se o anticomunismo e a mentalidade mesquinha forem doença, então é o "Semanário" que está gravemente doente».

— Comentário do Gabinete de Imprensa do PCP de 24/3

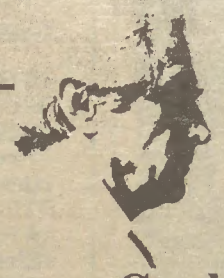
Alfredo Margarido

• «A verdade é que, dentro do ventre marxista-leninista, há sempre um "paredon" que dormita. Basta um abalo e o mecanismo assassino põe-se logo em movimento... Não abramos as portas aos assassinos potenciais!».

— Alfredo Margarido no «Diário de Lisboa» de 26/3

Agenda

Avante!
Ano 60 – Série VII
N.º 848
29 de Março de 1990
5.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente



Álvaro Cunhal
com os militantes da JCP
para discussão das Teses para o XIII Congresso

JCP

Sexta às 21.00
na sede da JCP

Quinta 29

*** HORTA**
Debate sobre **a situação nos países socialistas** com a participaçao de **Miguel Urbano Rodrigues** - na Sociedade Literária Artística Faialense, às 20.30.

*** VIEIRA DE LEIRIA**
Assembleia plenária da célula da Tomé Feteira para discussão das Teses - às 21.00, no Centro de Trabalho.

*** SETÚBAL**
Reunião plenária da célula da Previgal - às 20.00 no Centro de Trabalho.

*** SINES**
Reunião plenária da célula da Lentiscais para discussão das Teses.

*** LISBOA**
Assembleia plenária da célula do LNEC para discussão das Teses - às 13.00, no LNEC.

Reunião da Direcção do Sector Público da ORL com os secretariados de célula para debate do Cap. 2 das Teses - às 19.00, no CT António Serpa (3º andar).

Plenário da organização de Benfica - no CT de Sete Rios, com participação de **Joaquim Judas**.

Reunião da célula das Empresas de Projectos para discussão da situação nos países socialistas (Cap. 1 das Teses) - às 18.30, no CT Vitória.

Reunião da célula dos Escritores, Editores, Artistas Plásticos e Cinema para discussão do Cap. 1 das Teses - às 21.00, no CT Vitória.

Reunião da célula da CP-Campolide - às 18.00 no CT de Campolide.

Reunião da célula da APL - no CT Santos, às 18.00.

Reunião da célula da TAP - no CT da Av. António Serpa, às 18.30.

*** AMADORA**
Plenário da célula da Sorefame para debate das Teses - às 18.00, no Edifício Social.

Reuniões de núcleos da célula da Heska - às 16.00 e às 18.00, com o camarada **Vitor Castro**.

*** COLARES**
Plenário para discussão das Teses no CT do **Mucifal**, com participação dos camaradas **António Cordeiro** e **Felício Loureiro** - às 21.30

Sexta 30

*** SETÚBAL**
Reunião plenária da célula dos Empregados de Comércio - às 21.00 no Centro de Trabalho.

*** BARREIRO**
Reunião da organização de freguesia de **Santo André** para discussão das Teses - no CT de Santo André às 15.00.

*** MONTIJO**
Plenário de militantes - no CT às 21.00
Assembleia da célula da Vasa Boracha - às 21.00.

*** ANGRA DO HEROÍSMO**
Debate sobre **a situação nos países socialistas** com a participação de **Miguel Urbano Rodrigues** - no Centro de Trabalho do PCP (Rua do Galo, 59), às 21.00.

*** LISBOA**
Debate-convívio de militantes da JCP com discussão das Teses para o XIII Congresso do PCP. Participa o camarada **Álvaro Cunhal.** A partir das 21.00, na sede da JCP.

Plenário da organização de freguesia de Benfica para discussão das Teses - às 21.30, no Centro de Trabalho de Benfica, com participação de **Aurélio Santos**.

Plenário da organização da freguesia de Santa Joana para discussão das Teses - às 21.30, no CT de Arroios.

«Ser comunista hoje» - debate na Organização da 6ª Zona (zona norte) com participação do camarada **Carlos Grilo** - no CT do Lumiar, às 21.00.

*** AMADORA**
Debate com independentes sobre as Teses para o XIII Congresso do PCP - às 21.30, no salão da Junta de Freguesia da **Mina**, com a participação do camarada **Luís Sá**.

Plenário da organização de freguesia da **Brandoa** - no Salão dos Reformados, às 21.30.

Reunião do núcleo da RN/Amadora - Centro de Trabalho, às 21.00.

*** BOMBARRAL**
Debate sobre as Teses com participação do camarada **Jorge Paixão** - às 21.30, no CT.

*** VIEIRA DE LEIRIA**
Plenário da célula da Dâmaso - às 21.00, no Centro de Trabalho.

*** VIALONGA**
Plenário para discussão das Teses para o XIII Congresso, com a participação do camarada **Romeu do Rosário** - no CT, às 21.15.

*** PORTO**
Reunião plenária de Quadros Técnicos às 21.30, no CT da Boavista.

*** GONDOMAR**
Debate em **Rio Tinto** sobre «O ideal comunista, a identidade e os estatutos do PCP, a organização e reforço do Partido» - no CT da Ponte, às 21.30, com participação do camarada **Edgar Correia**.

*** AVEIRO**
Reunião da célula dos CTT - às 21.30, no Centro de Trabalho.

*** ESPINHO**
Plenário da organização concelhia - às 21.30, no Centro de Trabalho.

*** VALONGO DO VOUGA**
Plenário da organização - às 21.00.

*** LAGOS**
«A situação internacional e as Teses do PCP para o XIII Congresso» - debate organizado pela Comissão Concelhia com a participação do camarada **Vilaverde Cabral**. Às 21.00, no Salão dos Artistas.

*** SANTARÉM**
Encontro de eleitos da CDU. Às 21.00.

*** SALVATERRA**
Assembleia plenária para discussão das Teses. Às 21.00.

*** TOMAR**
Reunião de militantes para discussão das Teses - às 21.00.

*** COUÇO**
Plenário em **Santa Justa** para discussão das Teses - às 21.00, no Centro de Trabalho.

*** CACÉM**
Plenário da organização de **Mira-Sintra** para discussão das Teses - às 21.30, na Comissão de Moradores.

*** QUELUZ**
Plenário de militantes de **Monte Abraão** - às 21.30.

Sábado 31

*** PONTA DELGADA**
Debate sobre **a situação nos países socialistas** com a participação de **Miguel Urbano Rodrigues** - no Centro de Trabalho do PCP, às 17.00.

*** SANTARÉM**
Plenário distrital de quadros sindicais para discutir o papel dos comunistas no Movimento Sindical. Participação do camarada **Domingos Abrantes.** A partir das 10.00 no CT da DORSA.

Assembleia plenária no **Pombalinho** para discussão das Teses e de problemas de organização na freguesia - às 21.00.

*** SALVATERRA**
Reunião geral de militantes em **Muge** para discussão das Teses - às 21.00.

*** FARO**
Debate com **Vilaverde Cabral** sobre «A situação Internacional e as Teses para o XIII Congresso». Às 16.00, na Cooppofa.

*** LISBOA**
Plenário da célula da **Marconi** para discussão das Teses, inserido na situação da empresa - às 15.00, no CT de Santos.

3ª Assembleia da Organização da freguesia da Penha de França - a partir das 15.00 no salão da Junta de Freguesia da Penha de França, com participação do camarada **Blanqui Teixeira.**

Reunião nacional dos militantes da Petrogal para análise da situação da empresa, inserida na preparação do Congresso. Às 11.00, no CT da Av. António Serpa (nº 26, 3º), com participação do camarada **Vidal Pinto**.

Assembleia da organização da célula dos **Juristas** para discussão das Teses e eleição do secretariado de célula - a partir das 13.00, no Cabo da Roca, com participão do camarada **António Abreu**.

Assembleia plenária da organização de freguesia de **Arroios** para discussão das Teses. Às 15.30, no Centro de Trabalho.

Plenário das organizações de **Alto Pina** e **S. João de Deus** - na sede da UPPSS, às 15.30.

Plenário do sector **Gráficos** - às 15.00, no CT da Av. Duque de Loulé.

*** AVEIRO**
Reunião da célula da Renault (Cacia). No CT de Aveiro às 9.00.

*** S. JOÃO DA MADEIRA**
Plenário da organização para discussão das Teses - às 21.30, no CT.

*** SINTRA**
Plenário dos militantes de **Almargem** - em casa do camarada Miguel, às 17.00.

*** PORTO**
Debate promovido pelo SINTEL sobre «O ideal comunista, a identidade e os estatutos do PCP. A organização e reforço do Partido. O papel dos intelectuais». Participa **Edgar Correia.** No CT da Boavista, às 15.00.

*** SANTO TIRSO**
Plenário concelhio de militantes - na Biblioteca Municipal, a partir das 15.30.

*** AMADORA**
Plenário da organização de freguesia da **Damaia** - às 15.00, no Centro de Trabalho local, com a participação de **José Soeiro.**

Plenário da organização de freguesia da **Venteira** - às 15.00, no CT da Amadora, com a participação de **Henrique de Sousa**.

*** SESIMBRA**
Plenário da freguesia de **Santiago** - no Centro de Trabalho.

*** SETÚBAL**
Reuniões plenárias das células da **Ariston** e da **Renault** - ambas a partir das 15.00 no CT de Setúbal.

Reunião do sector **Função Pública** para discussão das Teses - às 17.00, no CT.

*** BARREIRO**
Plenários das organizações do **Bairro 3/Zona 4** - às 15.30; da **Zona 1/Lavradio**, às 15.00, no CT do Lavradio; da freguesia de **Santo António** - às 15.00, no CT de Santo António.

*** TORRES VEDRAS**
Almoço de trabalho da célula da **Hipólito**, com discussão das Teses.

*** LOURINHÃ**
Reunião para discussão das Teses na freguesia de **Reguengo Grande**.

Domingo 1

*** ARRUDA**
Reunião dos militantes das freguesias de **Arranhó** e **Santiago** para discussão das Teses.

*** ALENQUER**
Plenário de militantes para discussao das Teses, com a participaçao do camarada **Jerónimo de Sousa** - àa partir das 14.30, no «Romeira» de Alenquer.

*** MONTE DE CAPARICA**
Almoço-convívio comemorativo do aniversário do Partido com participação do camarada **José Vitoriano**.

*** AVEIRO**
Plenário da organização de freguesia de **S. João de Ver** para discussão das Teses - a partir das 10.00.

Segunda 2

*** LISBOA**
«Os acontecimentos nos países socialistas, suas causas e consequências» - debate dirigido a independentes, promovido pela DORL, com a participação de **Domingos Lopes, Jorge Cordeiro** e **Ruben de Carvalho**. No salão Milão do Hotel Roma, às 21.00.

Reunião dos núcleos da Refinaria, Olivais, Aeroporto e Matinha da célula da **Petrogal** para debate das Teses - às 18.30, no CT dos Olivais.

Reunião da célula do **Metropolitano** para debate das Teses - às 18.30, no CT da Av. António Serpa.

*** PORTO**
Reunião plenária dos camaradas dos Orgãos de Informação - às 21.30, no CT da Boavista.

Terça 3

*** CACÉM**
Plenário da célula dos Reformados - às 15.00, no Centro de Trabalho.

*** MARINHA GRANDE**
Plenário da organização do **Sector Vidreiro** para debate das Teses - com o camarada **Saúl Fragata**, às 21.30, no Centro de Trabalho.

Plenário da organização de **reformados** - às 21.30 no CT.

*** LEIRIA**
Plenário da organização de Leiria com a participação do camarada **António Orcinha** - às 21.30

*** LISBOA**
Plenário dos núcleos dos ministérios da Educação e da Justiça, da Manutenção Militar e dos Aposentados da Organização da **Função Pública** para debate das Teses - às 18.30, no CT António Serpa.

«Seguros - O futuro do sector face às transformações em curso»: debate promovido pelo Sector Seguros no âmbito da preparação do XIII Congresso. Às 17.30, no CT Vitória.

Assembleia plenária do Sector Saúde da ORL, no âmbito da preparação do XIII Congresso. Introdução à discussão das Teses. Intervenção do camarada **Vítor Dias.** Às 21.00 no Centro de Trabalho Vitória.

Reunião das células da Imprensa e Agências Noticiosas para discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos do Congresso: às 21.00, no CT Vitória.

Quarta 4

*** LISBOA**
Reunião das células da Rádio e RTP para discussão do ponto 2 da ordem de trabalhos do Congresso: às 21.00, no CT Vitória.

Reunião do núcleo da Carris de S. Amaro para discussão das Teses: às 18.30, no CT de Alcântara.

Grande Confraternização na Atalaia

Sábado, 7 de Abril
Quinta da Atalaia - Amora - Seixal

CONCENTRAÇÕES
às 10 horas da manhã
para desfile
até à Quinta da Atalaia

Locais:
CRUZ DE PAU - para os que se deslocam de Almada, Sesimbra, distritos de Lisboa e Leiria

AMORA (junto ao Campo de Futebol) - para os que se deslocam dos outros concelhos do distrito de Setúbal, de Santarém e do Alentejo.

XIV Festa Avante!

Manifeste a solidariedade à confraternização e à Campanha dos 150 mil contos, entregando nas Sedes do PCP géneros destinados a esta grande iniciativa

CONTRIBUA COM GÉNEROS PARA O SUCESSO DA CONFRATERNIZAÇÃO:

ANTOLOGIA

VÁRNAI, György – *Hungria – in «Calendário da revista Eulenspiegels» 1990.*

TV O Programa

Quinta 29

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez** (inclui «Rua Sésamo»)
12.05 - **Fera Radical** (72º epis.)
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Um Anjo na Terra** (36º epis.)
14.15 - **Vila Faia** (61º e 62º epis.)
15.05 - **O Mundo Animal** (31º epis.)
16.40 - **Hospital Central** (136º epis.)
17.25 - **Brinca Brincando**
18.30 - **Rua Sésamo** (104º epis.)
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo** (80º epis.)

21.15 - **Sofia e Constança** (3º epis.)
22.15 - **Conversas Vadias** (4º progr.)
22.35 - **Terence Trent D'Arby**
23.35 - **24 Horas**
00.05 - **Um Dia**
00.10 - **Remate**
00.20 - **Cartas de Humor**

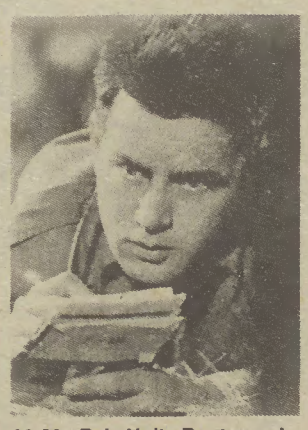
RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas** (436º epis.)
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Benji, o Príncipe Extraterrestre** (últº epis.)
17.20 - **História dos Instrumentos Musicais** (últº epis.)
17.50 - **Meu Pé de Laranja Lima** (66º epis.)
18.20 - **A Mácula** (últº epis.)
19.30 - **Clássicos da TV** («Estrada 66»,30º epis.)
20.30 - **Primeiro Andamento**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Emoções** (10º. epis.)
21.55 - **Hora da Verdade**
23.00 - **Quinta Dimensão** (15º epis.)

Sexta 30

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Gloss** (39º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.25 - **O Mundo Animal**
15.45 - **Ponto por Ponto**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Brinca Brincando**
18.25 - **Rua Sésamo**
18.50 - **Chegar, Apostar e Vencer** (concurso)
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Mobil nos Caminhos de Portugal**
21.25 - **Missão Impossível** (8º epis.)
22.20 - **Telemundo**
23.00 - **Chefe, Mas Pouco** (35º epis.)
23.30 - **24 Horas**
24.00 - **Remate**
00.15 - **Cartas de Humor**



00.20 - **Pela Noite Dentro** - «A Execução do Soldado Slovik», real. Lamont Jonhson (telefilme, EUA/ 1974, 140 min.)

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **3, 2, 1 Contact** (27º epis.)
17.20 - **Os Ícones da Macedónia** (série, 1º epis.)
17.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
18.20 - **Haja Música**

19.30 - **Clássicos da TV**
20.20 - **As Cidades e as Terras**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **D. Beija** (28º epis.)
23.00 - **Acerto de Contas**
23.30 - **Rotações**

Sábado 31

RTP1

09.00 - **Juventude e Família**
12.00 - **No Reino do Urso Polar** (últº epis.)
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Oito e Basta** (27º epis.)
14.00 - **Parlamento**
14.30 - **Crime, Disse Ela** (39º epis.)
15.15 - **Sessão da Tarde** - «Vidas em Perigo», real. James Goldstone (EUA/ 1970, 94 min))
16.50 - **Recordes Guiness**
17.15 - **Vivamúsica**
18.00 - **Ricardina e Marta** (27º epis.)
19.10 - **Sete Folhas**
19.45 - **Totoloto**
20.00 - **Jornal de Sábado**
21.15 - **Boletim Meteorológico**
21.30 - **Contos de Hollywood** (6 e últº epis.)
22.30 - **Oscars 1990**
00.10 - **Cinema da Meia Noite** - «Yakuza», real. Sidney Pollack (EUA/1974, 107 min.)

RTP2

09.00 - **Universidade Aberta**
10.20 - **O Jogo dos Disparates**
11.05 - **Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»**
13.40 - **A Ilha das Crianças** (7º epis.)
14.00 - **Arte Negra**
15.00 - **Estádio**
19.00 - **Music Box Especial**
19.55 - **Encontro em Trieste** (últº epis.)
21.15 - **Estádio/Edição da Noite**

Domingo 1

RTP1

09.00 - **Domingão** (programa infantil)
11.30 - **70x7**
12.00 - **Missa**
13.00 - **Notícias**
13.10 - **Espaço 1999** (10º epis.)
13.55 - **Napoleão, Meu Amor** (3º epis.)
15.20 - **Primeira Matinée** - «Um Espada para Hollywood», real. Frank Tashlin, interpr. Jerry Lewis e Dean Martin (EUA/1956, 91 min.)
17.00 - **Concurso 1, 2, 3**
19.00 - **McGyver** (26º epis.)
20.00 - **Jornal de Domingo**
20.30 - **Boletim Meteorológico**
20.30 - **Querido John** (24º epis.)
21.00 - **Para Além da Guerra** (série, 1º epis.)
22.30 - **Domingo Desportivo**

RTP2

09.00 - **Via Rápida**
11.00 - **Troféu**
13.00 - **Caminhos**
13.30 - **Novos Horizontes**

13.50 - **A Clínica dos Animais** (2º epis.)
14.30 - **Sobrevivência** (27º epis.)
15.30 - **Troféu**
18.00 - **Quem Sai aos Seus**
18.25 - **Imagem e Imagens**
18.55 - **Nós Dois**

20.00 - **A Bela e o Monstro** (3º epis.)
21.00 - **Cineclube** - «A Revolução Francesa», real. Harold Young (Gr.Bret./1934, 92 min.)
22.45 - **Artes e Letras** - «Andy Warhol»
23.25 - **Lusitânia Expresso**

Segunda 2

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **A Rota de Howard** (38º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.10 - **O Mundo Animal**
15.45 - **Ponto por Ponto**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.00 - **Boletim Meteorológico**

20.15 - **Vale Tudo**
21.10 - **Clube dos Subscritores**

21.40 - **Casino Royal** (11º epis.)
22.35 - **Quase Adultos** (11º epis.)
23.25 - **24 Horas**
24.00 - **Remate**
00.10 - **Cartas de Humor**

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**

16.55 - **O Jovem Sherlock** (3º epis.)
17.30 - **Os Ícones da Macedónia**
18.00 - **Segunda Volta**
18.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
19.30 - **Ana dos Cabelos Ruivos**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal da Nove**
21.30 - **Teatro Estrangeiro**

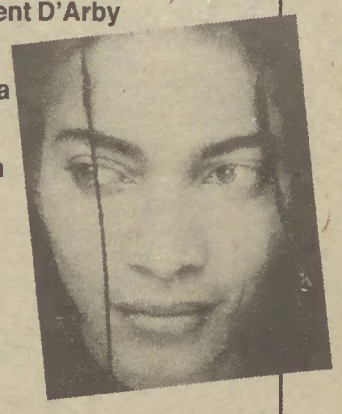
Filmes

«A Execução do Soldado Slovik» - 6ª, 00.20, RTP-1
«Vidas em Perigo» - sáb., 15.15, RTP-1
«Yakuza» - sáb., 00.10, RTP-1
«Um Espada para Hollywood» - dom., 15.20, RTP-1
«A Revolução Francesa» - dom., 21.00, RTP-2
«Eles Não Usam Black Tie» - 3ª, 22.00, RTP-2
«O Caminho das Estrelas» - 4ª, 21.25, RTP-1

Música

Quinta
20.30, RTP-2: **Primeiro Andamento**
22.35, RTP-1: **Terence Trent D'Arby**

Sexta
18.20, RTP-2: **Haja Música**



Sábado
17.10, RTP-1: **Vivamúsica**
19.00, RTP-2: **Music Box Especial**

Domingo
09.00, RTP-2: **Via Rápida**

Segunda
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

Terça
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

Quarta
20.45, RTP-2: **Via Rápida**

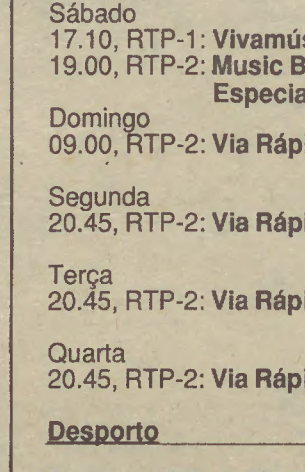
Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.10), 6ª (00.05), 2ª (24.00), 3ª (23.40), 4ª (00.35)
Estádio - RTP-2, sáb., 15.00 e 21.10
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.50
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.00

Terça 3

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Dallas** (76º epis.)
14.15 - **Vila Faia**
15.05 - **O Mundo Animal**
15.45 - **Ponto Por Ponto**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.15 - **Vale Tudo**
21.15 - **Primeira Página**



22.15 - **Crónica do Crime** (28º epis.)
23.05 - **24 Horas**
23.40 - **Remate**
23.50 - **Cartas de Humor**

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora,Escolha!**
16.55 - **Os Novos Caça-Fantasmas** (18º epis.)
17.20 - **Elogio da Leitura**
18.55 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **Cinemagazine**
22.00 - **Cinemadois** - «Eles Não Usam Black Tie», real. Leon Hirszman (Brasil)

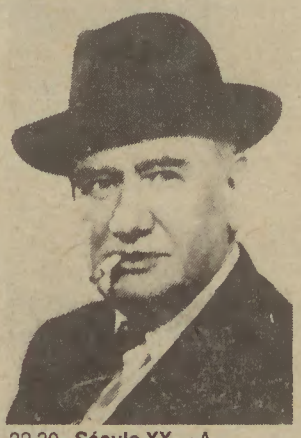
Quarta 4

RTP1

09.00 - **Bom Dia**
10.00 - **Às Dez**
12.05 - **Fera Radical**
13.00 - **Jornal da Tarde**
13.30 - **Também os Rios Correm** (4º epis)
14.15 - **Vila Faia**
15.10 - **O Mundo Animal**
16.40 - **Hospital Central**
17.25 - **Hora do Lecas**
18.30 - **Rua Sésamo**
19.00 - **Jogo de Cartas**
19.30 - **Telejornal**
20.05 - **Boletim Meteorológico**
20.20 - **Vale Tudo**
21.10 - **Vamos Jogar no Totobola**
21.25 - **Lotação Esgotada** - «O Caminho das Estrelas», real. Robert Wise (EUA)
24.00 - **24 Horas**
00.35 - **Remate**
00.45 - **Cartas de Humor**

RTP2

15.00 - **Filhos e Filhas**
15.25 - **Agora, Escolha!**
16.55 - **Os Campbells** (25º epis.)
17.30 - **Um Mistério Misterioso**
18.00 - **A Rota Marítima da Seda** (7º epis.)
18.45 - **O Meu Pé de Laranja Lima**
20.00 - **Clássicos da TV**
20.45 - **Via Rápida**
21.00 - **Jornal das Nove**
21.30 - **O Submarino** (5º epis.)



22.30 - **Século XX** - «A Caminho da Guerra» (5º epis.)
23.20 - **Programa Musical**

Teatro O Cartaz

LISBOA

Comuna, Pr. de Espanha. *Sala Nova* - Às 21.30 ; dom. só às 17 (descanço à 4ª). **A Pécora**, de Natália Correia, enc. João Mota. *Café Teatro* - Sáb. às 24.00. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Al Cavaquinho**, de E. Damas. C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo Oliveira.

Teatro da Cornucópia, Rua Tenente Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Salada**, encenação colectiva da Cornucópia.

Teatro Ibérico, Rua de Xabregas, 54. Dom., 3ª, 4ª e 5ª às 17.00, 6ª e sáb. às 21.30. **O Auto da Índia**, de Gil Vicente e **A Castro**, de António Ferreira, encen. Blanco Gil.

Teatro Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras, 52. De 3ª a 5ª às 21, 6ª e sáb. às 20.30 e 22.45, dom. às 15 e às 18. **Severa**, de Júlio Dantas, enc. Nicolau Breyner.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. **Vitória! Vitória!**, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **Auto da Índia**, de Gil Vicente, enc. e coreogr. Águeda Sena

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16.00. **Os Meninos à Roda da Mamã**, enc. Francisco Nicholson.

Para crianças

LISBOA

Os Papa-Léguas, Rua Prof. Santos Lucas. 3ª, 5ª e 6ª às 11.30 e 14.00. **Hoje Sou Rei... Amanhã Não Sei**.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16. **Feliz Aniversário**, texto e encenação de Fernando Gomes, pelo TIL.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Clube dos Poetas Mortos	—	★	★★	★★
B	Miss Daisy	—	★★	—	—
C	Nascido.a 4 de Julho	—	★	★★	★★
D	Negócio de Família	—	★★	—	—
E	O Processo do Rei	★★★	★★★	★★★	★★★
F	Que Fiz Eu Para Merecer Isto	—	★★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Peter Weir – **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Amoreiras/10** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **King/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.30), **Quarteto/2** (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa**.

B — Real. Bruce Beresford – **Alfa/Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Amoreiras/2** (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15), **S. Jorge/3** (14.30, 16.45, 19.15, 21.45) — **Lisboa**

C — Real. Oliver Stone — **Alfa/1** (13.30, 16.15, 19.00, 21.30, 00.30), **Amoreiras/1** (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30), **Berna** (15.00, 18.00, 21.30), **Fonte Nova/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Mundial/1** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Plaza/1** (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), **S. Jorge/1** (15.15, 18.15, 21.15) — **Lisboa**.

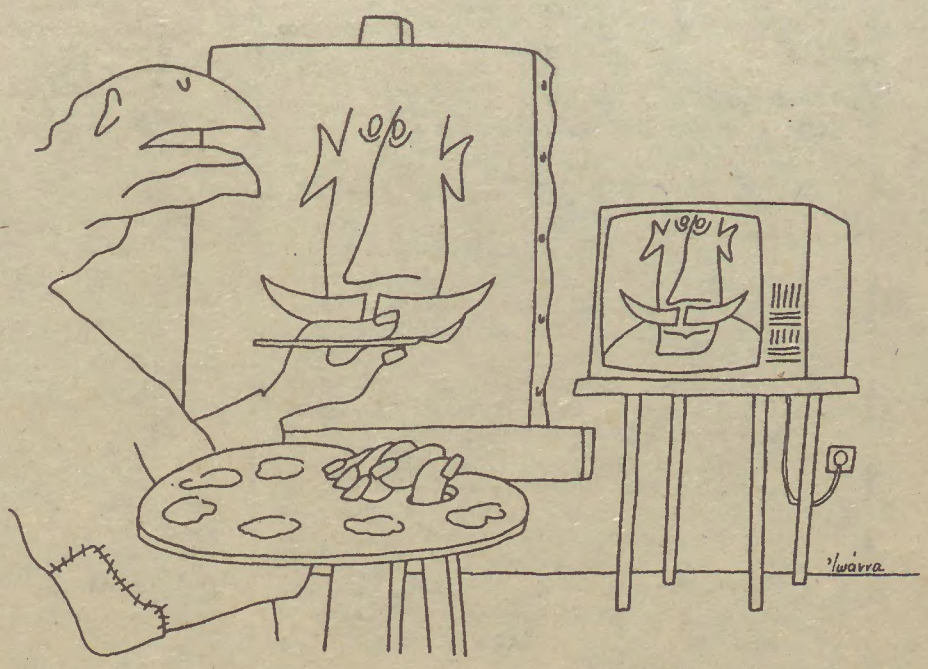
D — Real. Sidney Lumet — **Amoreiras/8** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Fonte Nova/2** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45, 24.00) — **Lisboa.**

E — Real. João Mário Grilo — **Forum Picoas/2** (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — **Lisboa.**

F — Real. Pedro Almodôvar — **Quarteto/4** (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — **Lisboa**.

...e ainda

Música, debates, etc.



Exposições

Manuela Pinheiro

Rogério de Freitas

LISBOA

Alberto Lacerda - Colagens. Clube Cinquenta, Rua de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 11/4).

Amália Rodrigues - 50 Anos - A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a sab. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até 28 Março).

Ana Vidigal - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 21/4).

Anabela Costa - Escultura em pedra e madeira. Biblioteca Na-cional, Campo Grande. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 21/4).

Ângelo de Sousa - Escultura. Galeria EMI-Valentim de Carvalho, Rua Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 5/4).

Bruce Charlesworth e **João Jacinto** - Fotografia e pintura. Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 17/4).

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da valiosa colecção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Abril)

Costa Camelo - Pintura. Espaço Alliance, R. Braamcamp, 13, 1º. De 2ª a 6ª das 10 às 19.30 (até 6/4).

Eduardo Nery - «Água, princípio de». Museu da Água Manuel da Maia, R. do Alviela, 12 (Santa Apolónia). De 3ª a sáb. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30 (até 21/4).

Eleni Nicodemou (Grécia)- Pintura. Galeria Ygrego, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C. De 2ª a 6ª das 9.30 às 20 (até 31/3).

Francisco Agostinho - Escultura. Clube Cinquenta, R. de S. Mamede (ao Caldas), 9, 1º. De 3ª a 6ª das 17 às 20, sáb. das 15 às 20 (até 18/4)

Guilherme Parente - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 12/4).

Helena Mártires - gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro (Bairro Alto).

Helena Sá e **Dulce Farinha** - Tapeçaria. Gal. Interni, R. Rodrigo da Fonseca, 51. Der 2ª a sáb. das 10 às 14 e das 15 às 19.30 (até 21/4)

«3.4-Ilustração» - colectiva de alunos da ESBAL. A partir de 26/3, Junta de Freguesia de Alcântara.

Jaime Lebre - Pintura. Galeria Bertrand, Rua Anchieta, 23. De 2ª a 6ª das 10 às 18 (até 2/4).

João Cutileiro - Escultura (exppsição antológica 1956-1990). Galerias de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 22/4).

João Ribeiro - Pintura. Galeria do Príncipe Real, Pç. do Príncipe Real, 32, r/c. De 2ª a sáb. das 11 às 19 (até 7/4).

Lívio Morais - Pintura e escultura. Galeria Míron, Rua do Mirante, 14, r/c. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 31/3).

Luís Cruz- Escultura. Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 24/3).

Maria Antónia Santos - «Tapeçarias do suor, do riso e do cansaço». Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Lumiar). De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17 (até 13/5).

Martin Disler (Suíça) - Gravura. Galeria Pedro e o Lobo, Rua do Salitre, 169. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4).

Niklas Skapinakis - «Paisagens Interiores», pintura e desenho. Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (até 10/4).

«Passagem no Feminino» - colectiva de pintura, cerâmica e escultura, organizada a propósito do Dia Internacional da Mulher. Espaço CESL, Rua Almirante Barroso, 3. De 2ª a 6ª das 12 às 16 e das 18 às 20 (até 23/3).

Presente da Cerâmica Espanhola - 90 peças de 8 ceramistas. Galerias de Exposições do CAM, R. Nicolau Bettencourt. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Rogério de Freitas - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 9/4).

Rui Chafes - Escultura. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 12/4).

Rui Laginha - «Eléctricos de Lisboa», fotografia. Vale Tudo..., Rua Rodrigo da Fonseca, 25. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 7/4).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Teresa Magalhães - Pintura. Galeria Nasoni, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3).

PORTO

António Beneyto - Pintura. Galeria Trindade, Rua Ricardo Jorge, 55, 1º. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 19.30 (até 22/4).

David Tremlett - Desenhos. Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 20/4).

Gonzalez Bravo - Aguarelas. Galeria Inter-Atrium, Av. Boavista, 1471 (até 15/4).

Henrique Ruivo e **Fátima Vaz** - Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 2ª a 6ª das 10 às 12.30 e das 15 às 19.30; sáb. das 15 às 19.30 (até 31/3).

Miró - Óleos, desenhos e obras gráficas . Casa de Serralves, Rua de Serralves. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 22/4).

Paulo Hernâni- Pintura e desenho. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1 (até 10/4).

Rui Sanches - Escultura. Gal. Atlântica, Rua Galeria de Paris, 66.

Sebastião Resende - Escultura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125. De 2ª a sáb. (até 17/4).

O Vitral Alemão da Idade Média. Museu Soares dos Reis, R. D. Manuel II. De 3ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 17 (até 4/4).

OUTRAS LOCALIDADES

«Gravura - 30 anos de ensino na ESBAL» - trabalhos de 29 alunos e dos professores Gil Teixeira Lopes e Matilde Marçal. Galeria Municipal de Arte, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 74-A. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 30/3). ALMADA

Manuela Pinheiro - Pintura. Galeria Vértice, Av. Eng. Amaro da Costa, 71-A. De 2ª a 6ª das 15 às 20, sáb. e dom. das 11 às 18.30 (até 22/4) CASCAIS.

Louro Artur - Desenho e pintura. Galeria Almadarte, Av. General Humberto Delgado, 3-B. Sáb. e Dom. das 15 às 23 (até 20/4) COSTA DA CAPARICA.

Carlos Reis - Desenho. Galeria Múltiplo, Rua 19, nº 855. De 3ª a dom. das 14.30 às 20 (até 6/4) ESPINHO.

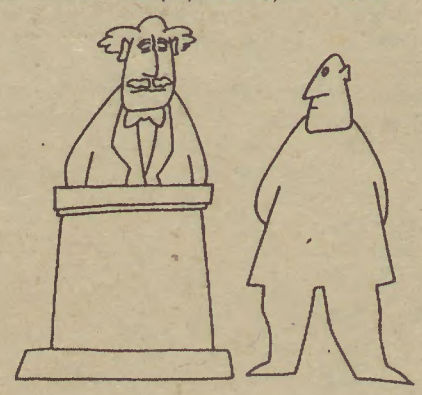
Homenagem a Luís Dourdil - colectiva de pintura. Galeria do Casino Estoril (até 2/4) ESTORIL.

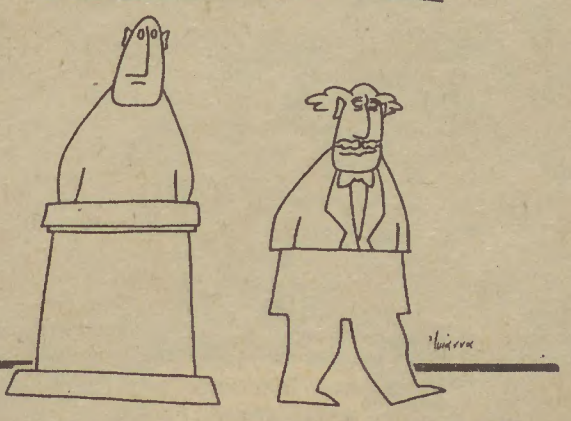
«Mulher é o Tema» - colectiva de escultura. Casa do Adro, Rua Fria. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 1/4) LOURES.

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições - Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ.

António Canau Espadinha - Desenho, gravura e escultura. Galeria Municipal de Exposições, Av. Pedro Dias, 88. De 3ª a dom. das 15 às 22 (até 1/4) VILA FRANCA DE XIRA.

Martins Disler





Tempo

Fim de Semana

Céu geralmente muito nublado. Aguaceiros, especialmente no domingo nas regiões Norte e Centro. Possibilidades de trovoada no sábado. Subida da temperatura mínima.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Considerações sobre quem tanto nos desconsidera

●

Era intensa a campanha do governo nos tempos que antecederam as eleições autárquicas. Chegou a ser sufocante. Em Portugal não acontecia mais nada, senão aquilo que o governo fazia, não havia mais ninguém fora dos ministros que compunham o governo. Daqui ao deserto a distância era pouca. Talvez por essa Europa adiante houvesse até quem pensasse que o cabo da Roca era a sinalização para o deserto do Saará...

Depois, houve alguma acalmia. Os coelhos recolhiam-se nas suas tocas à espera que a tempestade passasse. Foi a altura, no entanto, em que aconteceu um dos maiores escândalos da RTP: na ocasião própria não se fez um único debate sobre os resultados das eleições - depois não se fez nunca porque já passara a ocasião...

Os responsáveis da RTP quiseram assim mostrar como a informação, ali, além de isenta (de impostos?) era independente do poder político.

Tudo boa rapaziada...

●

Cavaco e sus muchachos ei-los que estão voltando «depressa e em força» segundo a velha receita.

Praticamente, não há um boletim informativo em que o Primeiro-Ministro não apareça, cinético ou paralítico. Se disse é porque disse, se não disse é porque não disse, se esteve é porque esteve, se não esteve é porque não esteve. Resumindo: sempre notícias palpitantes!

Os seus amigos igualmente não falham. À velocidade de uma câmara por ministro ou subsecretário, este governo custa-nos os olhos da cara - em sentido figurado e não figurado.

Cada qual tem o seu pelouro ou, como se costuma dizer, o seu **lobby**. Este porque o PIDDAC, aquele porque o FEDER, essoutro porque o FEOGA...

O de presença mais constante é o Valente de Oliveira. É mais do que um hábito: é uma obsessão. É mais do que uma imagem: é uma calamidade. É mais do que uma lembrança: é um pesadelo.

Tudo envolvido no celofane do mais conselheiral lugar-comum...

●

Mas neste e noutros campos a táctica provinciana da utilização da TV pelo governo enriquece-se igualmente pela negativa.

Por exemplo: Marques Mendes, o angelical porta-voz do Conselho de Ministros, aparece várias vezes na RTP para dizer o quê? Para declarar o quê? Que é totalmente falso. Que é falso o quê? Que o governo pretenda baixar as pensões da Função Pública...

O governo reage ao descontentamento dos reformados dizendo-lhes: estejam tranquilos, as pensões não baixarão...

Não se compreende bem como é que o governo poderia baixar as pensões já tão... baixas. A táctica consiste em quebrar as inevitáveis lutas dos reformados dizendo-lhes que eles já se podem dar por muito felizes recebendo aquilo que recebem - e que, portanto, o melhor é não fazerem ondas...

Estão a meter medo. Não se iludam. Quem quer meter medo - já está a meter água...

●

Outro exemplo: a ausência do debate, a fuga à discussão.

Repare-se no caso das toneladas de ouro do Banco de Portugal que naufragaram no banco dos Estados Unidos. Não é brincadeira nenhuma, meus senhores, são 18 milhões de contos, estão a ver?

O **Telejornal** falou no caso - pois silenciar ostensivamente seria tornar o escândalo mais... escandaloso.

Mas calar não é só não falar. Por vezes, a maneira mais sofisticada de calar - é falar mesmo.

Que é que o país ficou a saber do assunto? Quem escolheu aquele banco para depositar o nosso dinheirinho? Porquê aquele e não outro? Que garantias ou promessas ou vantagens? Houve intermediários? Houve comissões? O caso foi tratado entre que entidades? Entre que pessoas? Resumindo: quem assume a responsabilidade, a negligência, o fracasso? Quem deve prestar contas e quem pode alegar inocência?

Nada disso **o Telejornal** levantou. Justificava-se um debate? Ah, sem dúvida. Que faz a **Primeira Página?** Organiza uma conversa sobre o Rali do Vinho do Porto...

Se é questão de vinho, meus senhores, não bebam tanto. Se é questão de servicinho ao governo, que raio quer dizer o crachá de jornalistas na vossa lapela?

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

A Televisão da Igreja

A decisão está tomada. A Igreja terá a sua televisão num dos novos canais. Ao PSD só resta escolher: ou nacionalizar o terceiro canal ou fazer um concurso público à medida da Igreja. E Cavaco Silva já tem a sua preferência. Espera só a cobertura legal dos seus juristas.

De facto, o primeiro-ministro já disse como vai conceder à Igreja Católica um canal de televisão. Mas ao Governo resta ultrapassar a questão das possíveis inconstitucionalidades. Por isso, os juristas do PSD analisam agora as duas saídas resultantes de uma semana de intensos contactos: o terceiro canal público, a entregar directamente, ou um concurso alargado mas dando prioridade a instituições com um *«relevante papel histórico, moral, social e cultural»*, como a Igreja.

Esta última hipótese parece ser a que reúne maior consenso e é provável que venha a vingar, tanto mais que na última quarta-feira, num almoço em que estiveram presentes Cavaco Silva, Fernando Nogueira, Dias Loureiro e Montalvão Machado, o primeiro-ministro parece ter dado a sua anuência ao projecto.

Com Cavaco Silva agarrado ao canal 2, no que é incondicionalmente acompanhado por Fernando Nogueira e Marques Mendes, os sociais-democratas procuram uma solução. Rui Machete tem tido um papel importante neste processo, falando quase diariamente com o primeiro-ministro. No entanto, a sua ausência no almoço de quarta-feira, para que não foi convidado, foi decisiva no aparente desaire da proposta por ele defendida.

Nesse dia Machete não esteve no almoço. Mas reuniu com Costa Andrade, Pedro Roseta e Montalvão Machado. Aos seus pares, o líder da bancada social-democrata pediu uma proposta que substituiu a do Executivo. É esse mesmo documento que desde ontem os juristas do partido estão a estudar. A ideia é chegar a acordo quanto à alternativa e saber das eventuais inconstitucionalidades.

Estas diligências foram, entretanto, participadas por Montalvão Machado na reunião de quarta-feira, à Comissão Política do PSD, onde estava Correia Afonso. Ele ouviu e reiterou a recente mensagem de Ângelo Correia: *«Cuidado! Tratem disto com cuidado! Nada de mais problemas com a Igreja e as Forças Armadas.»*

«O Independente», 23 de Janeiro

Pertinências...

João Soares Louro – Façam as contas que quiserem. Não conseguem manter um canal no ar por menos de mil contos/hora, se forem os mais económicos, os mais capazes, os mais imaginativos e com uma programação fraquinha. Não incluo nesse cálculo a rede de transmissão.

Acresce que, antes de 1995 não haverá crescimento publicitário, mesmo que se mantenha o ritmo actual, capaz de aguentar mais de três canais. Se arrancarmos com a televisão privada antes de 1993, das duas uma: ou há grupos económicos dispostos a perder muito dinheiro, vocação que não é muito comum aos empresários portugueses, ou é o Estado que vai ter que subsidiar as empresas privadas. Nós, países pobres, somos dados a alguns luxos que só os pobres se permitem ter, porque os ricos não têm dinheiro para isso.

Seria curioso saber quantas são as televisões no mundo que dão lucro. Provavelmente os dedos de uma mão chegariam para as contar.

Frei Bento Domingues – Se o tal canal contribuir para a libertação deste povo, ajudando-o a ser diferente e mais fraterno de um ponto de vista cultural e social... Quem me dera. Nesse caso, que exista o tal canal! O problema é que a este respeito ninguém sabe o que o espera. É um salto no vazio. Diz-se aos católicos que a obtenção de um canal para a Igreja é uma grande luta. Exige-se fé em algo que, no fundo, se desconhece. Não será um pouco de fé de mais?

Receio que as tentações que Cristo venceu voltem a tentar a comunidade crente. Não gostaria, como cristão e como católico, que a Igreja se deixasse tentar pelo poder. Jesus recusou sempre e vedou aos seus discípulos os caminhos do poder, do dinheiro e do prestígio e recusou também as três tentações do Diabo que lhe dariam a grande oportunidade de fazer espectáculo. Jesus atirar-se-ia do pináculo do templo e era filmado pela televisão.

Joaquim Letria – Respeito muito o Frei Bento Domingues e respeito Cristo, mas se Cristo tivesse televisão não teria andado com os apóstolos pela Galileia. Aquela humildade de meios era a da época. Mas, mesmo assim, ia às feiras e respeitava as grandes reuniões e os grandes auditórios.

Miguel Lobo Antunes – Julgo que a questão acabará por ser resolvida em termos constitucionais. O perigo é transformá-la numa questão política entre a Igreja e o Estado. A Igreja está a apostar fortíssimo. Está a elevar demasiado a parada. E tudo pode descambar numa questão religiosa de todo em todo desproporcionada e inadequada.

Helena Cidade-Moura – Tambem eu não vejo como é que a Igreja sozinha pode tomar conta de um canal de televisão.

Quanto ao concurso público, considero que a Igreja não deveria querer para si privilégios. Um concurso público é um concurso público. Nós estamos em democracia, num Estado de direito e a Igreja, se quiser concorrer a um canal privado, deve fazê-lo nas mesmas condições que os outros.

Debate no «Diário de Lisboa», de 26 de Março

Contradições...

A JSD lamenta «que o Governo não tenha acautelado o princípio de reduzir a iniciativa do Estado» no que toca à privatização da TV. Um comunicado da Comissão Política Nacional da Juventude Social-Democrata, ontem reunida em Lisboa, referindo-se à preferência dada à Igreja Católica para a obtenção de um canal, critica ainda a instituição de «discriminações ou privilégios que a cidadania deve condenar».

«Público», 26 de Março

Cada vez mais perto do céu: os satélites!

Responsáveis da Igreja Católica da Europa pela Comunicação Social, que ontem terminaram uma reunião em Fátima, decidiram criar um grupo de trabalho para estudar o projecto de um canal europeu de televisão, via satélite.

O Comité Episcopal Europeu para os Media (CEEM), que a partir desta reunião ficou a ser presidido pelo bispo de Aveiro, D. António Marcelino, concluiu, também, ser necessário aumentar a reflexão sobre os meios de Comunicação Social e as responsabilidades da Igreja nesse domínio.

«Diário de Notícias», 26 de Março

O enorme poder

Fez-se luz. Ficamos assim um pouco mais elucidados sobre o que pensam os bispos que seja uma «televisão da Igreja» – coisa que até aqui ninguém se tinha dado ao trabalho de explicar.

Colocada assim a questão, pouco se terá falado do problema português – que, segundo D. António Marcelino, bispo de Aveiro e presidente da Comissão, «não tem a dimensão necessária» para ali ser tratado.

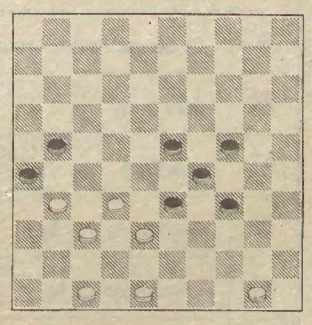
Mas deste encontro saem novas dúvidas, a requerer resposta. Se houver um canal europeu da Igreja, justifica-se um canal português? Há mais que uma Igreja sob o céu de Roma? Para ter 15 por cento de «programação religiosa», justifica-se um canal? Se a Igreja reclama um canal em nome da maioria católica, como é que essa maioria não se reflecte nas televisões públicas e privadas, e é preciso criar uma, única, verdadeira, episcopal?

A Televisão é um enorme poder. Antes de o conceder seja a quem for, urge definir as formas e os limites do seu uso. Excluir dessa delimitação a Igreja é uma inadmissível fuga aos princípios democráticos – que, noutros países e noutras religiões, acusaríamos de fundamentalista. Com tanto menos defesa quanto se sabe no que se transformaram, noutros países, as emissões religiosas – ou se conhece o pendor comercial da Rádio Renascença.

Editorial «D.L.», 26 de Março

Damas

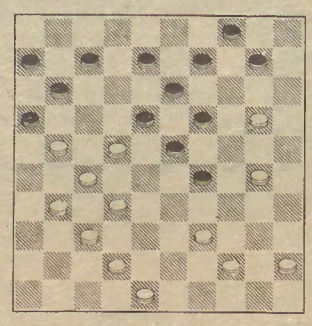
CCXLVII – 29 de Março de 1990
Proposição n.º 247
Por: Serge de Groot
Pr.: [7]: 21-23-24-26-29-33-34
Br.: [7]: 31-32-37-38-47-48-50



Brancas jogam e ganham

◄◆►

Golpe n.º 246
Por; Bonhamme – 1930
Fonte: «Le Monde», 7/V/1983
Pr.: [13]: 4-6-7-8-9-10-11-13-16--18-19-23-29
Br.: [13]: 20-21-22-27-30-31-32--37-39-42-44-45-48



Brancas ganham em 9 tempos (Br. 9 +)

◄◆►

Soluções do n.º CCXLVII

N.º 247 (S. de G.): 47-41 (33X42), 32-27 (21X32), 37X39 (26X46=D), 48X37 (46X44), 50X39 +

Golpe N.º 247 (A.B.): 1. 20-14 (9X20; **2.** 30-24 (19X30); **3.** 22-17 (11X22); **4.** 31-26 (22X31); **5.** 42--38 (31X33); **6.** 39X19 (16X38); **7.** 48-43 (38X40); **8.** 45X3 (13X24); **9.** 3X1 +

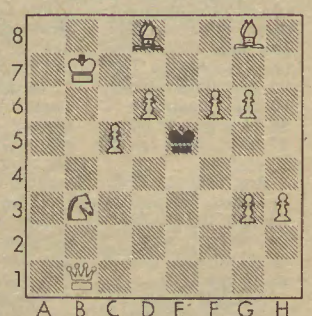
Golpe N.º 246 (G.P.(: 1. 29-24 (22X33); **2.** 50-44!!!... continua na próxima secção!!!

A. de M. M.

Xadrez

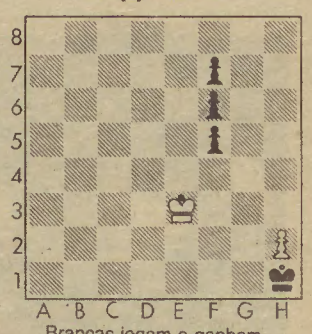
CCXLVII — 29 de Março de 1990
Proposição n.º 247/A (IV)
Por: Comins Mansfield
«The Problemist», 1959

Pr.: Rex Solus é5
Br.: [11]: PS. Ç5, d6, f6, g3, g6, h3--cb3-Bs. d8, f8-Db1-Rb7



Mate em 3 lances

Proposição n.º 247/B
Por.: A. O. Herbstmann
«L Échiquier» 1928
Pr.: [4]: Ps. f5, f6, f7-Rh1fg
Br.: [2]: Ph2-Ré3



Brancas jogam e ganham

Soluções do n.º CCXLVII

N.º 247/A (C. M.): Ç6, R: d6; 2. Bç7 ++

N.º 244/B (A. O. H.): 1. h4, Rg2; 2. Rf4, Rh3; 3. h5, Rh4; 4. h6, Rh5; 5. h7, Rg6!; 6. h8=T! e g.

A. de M. M.